



ITAÚSA

Demonstrações Contábeis Completas 31 de Dezembro de 2010



ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Janeiro a Dezembro de 2010

Senhores Acionistas

Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas, relativos ao exercício de 2010, elaborados de acordo com a Legislação Societária e com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Contam também com o parecer favorável do Conselho Fiscal.

As demonstrações contábeis disponibilizadas nesta data, junto à CVM e BM&FBovespa contemplam o padrão internacional de reporte IFRS (International Financial Reporting Standards), em consonância com as instruções CVM 457/07 e CVM 485/10.

Como os ajustes decorrentes da adoção do IFRS impactaram de forma significativa as demonstrações financeiras da Companhia, bem como de suas controladas, Itaú Unibanco, Duratex, Itaotec e Elekeiroz, e com o objetivo de fazer uma transição de maneira transparente e dentro das melhores práticas, apresentaremos, quando aplicável, os destaques financeiros antes e após os ajustes, para melhor comparabilidade.

Destaques

Itaúsa

A Itaúsa foi classificada como o grupo empresarial com maior faturamento entre os 200 maiores do país na pesquisa da Exame Melhores & Maiores de 2010 e subiu 32 posições no ranking das 500 maiores empresas do mundo divulgado pela revista Fortune, passando a ocupar o 117º lugar. A holding também foi selecionada para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index pela sétima vez.

O Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa (ISE) selecionou a Itaúsa para integrar sua carteira, pelo quarto ano consecutivo.

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation (BAC) vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco. As ações preferenciais foram negociadas fora do Brasil junto a investidores qualificados, em uma oferta privada de American Depositary Shares (ADS), enquanto as ações ordinárias foram adquiridas pela Itaúsa, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco de 35,46% para 36,57%.

Itaú Unibanco

A integração das agências Unibanco à plataforma Itaú foi concluída em outubro de 2010, menos de dois anos após o anúncio da fusão das duas instituições. Com a reforma e integração de mais de 1.200 pontos de atendimento do Unibanco, a instituição passou a contar com quase 5 mil pontos em todo o País, todos com a marca Itaú. Como parte da estratégia de atendimento diferenciado aos clientes pessoa física, em adição ao Personnalité, foi criado o Itaú Uniclass para atender aos clientes do topo do Varejo servidos pela rede de agências. Em junho foi apresentado o novo conceito de relacionamento com os clientes, que amplia o foco das agências em consultoria e venda de produtos, além das operações financeiras.

Com o objetivo de ampliar a sua base de capital e, conseqüentemente, poder aumentar a concessão de crédito, em 2010 o Itaú Unibanco realizou captações de recursos nos mercados local e internacional. No mercado local foram emitidos R\$ 3,3 bilhões em CDBs Subordinados e no internacional foram captados US\$ 2 bilhões em Notas.

Segundo a empresa Bloomberg, em 2010 o Itaú Unibanco figurou entre os dez maiores bancos do mundo, pelo segundo ano consecutivo, tendo como parâmetro o valor de mercado.

Duratex

Em 2011, a Duratex completa 60 anos de sua fundação como líder nos segmentos de painéis de madeira industrializada, metais e louças sanitárias no Brasil e Hemisfério Sul. A idade média dos ativos é baixa e a tecnologia empregada, moderna. A escala de produção, aliada à localização geográfica de suas plantas, próximas aos mais importantes mercados consumidores, e ao alto grau de integração de suas operações, garante-lhe importante diferencial competitivo.

Foi destaque em 2010 a consolidação da associação entre Duratex e Satipel, ocorrida em agosto de 2009. Em novembro de 2010 foi anunciada proposta vinculativa para aquisição da totalidade das cotas de um concorrente no segmento de cerâmica sanitária localizada em João Pessoa (PB). Em fevereiro de 2011, portanto subseqüentemente ao encerramento do exercício de 2010, foi concluída tal aquisição, o que permitirá a ampliação da atuação da Duratex no mercado do Nordeste brasileiro.

Durante o ano de 2010, a Duratex realizou importantes investimentos para ampliar sua competitividade. São destaques a conclusão da montagem e o início da operação, em abril, de uma fábrica de resinas em Agudos (SP), com foco no abastecimento das unidades de painéis localizadas no Estado de São Paulo. Foram adquiridos em leilão 8.671 hectares de terras, com florestas formadas no Estado, fazendo com que a área total das terras atingisse 224 mil hectares, sendo 52% em terras próprias e 48% em terras arrendadas. Essa aquisição é estratégica para fazer frente à demanda futura por madeira na região em futuras expansões. Os sites da Divisão Deca de Cabo de Santo Agostinho (PE), Queimados (RJ) e Jundiá (SP) estão incluídos num plano de investimentos que deverão somar R\$ 400 milhões entre 2010 e 2012.

Em termos de responsabilidade socioambiental, a Duratex foi a primeira empresa latino-americana a ter suas áreas florestais certificadas com o Selo Verde. É signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) e desenvolve ações voltadas às questões dos direitos humanos, direitos do trabalho, proteção ambiental e combate a corrupção. É membro fundador do Green Building Council Brasil, organização dedicada ao fomento da atividade sustentada das construções. Realiza inventário de emissões de carbono e contribuiu para a elaboração do Índice de Carbono Eficiente da BM&FBovespa. As áreas de preservação permanente em suas fazendas são palco de estudos acadêmicos que atestam o equilíbrio da exploração florestal com a flora e fauna locais.

Itautec

O ano de 2010 da Itautec foi marcado por um processo de reestruturação operacional, estratégica e de gestão, que resultou em uma empresa financeiramente mais sólida e melhor preparada para competir e vencer em cada segmento de mercado onde atua. Durante o período, a Itautec conquistou resultados que comprovam a tendência de fortalecimento da empresa, com destaque para a gestão de capital de giro, que resultou na geração de caixa operacional de R\$ 311,6 milhões, levando a empresa a uma posição de saldo de caixa de R\$ 264,9 milhões e de dívida líquida negativa de R\$ 55,6 milhões. A receita líquida de vendas e serviços consolidada de 2010 atingiu R\$ 1.571,4 milhões, superior em 18,7% à obtida em 2009, em razão do desempenho da área de Soluções de Automações, que apresentou crescimento de 60,5% na receita líquida de vendas em relação ao ano anterior. Foram expedidos no período 16,3 mil ATMs e Terminais de Autoatendimento, volume 101,8% superior em relação a 2009.

A Itautec concluiu em julho a venda das ações das subsidiárias Tallard Technologies para a Avnet Inc., com o recebimento de R\$ 45 milhões pelas ações, mais R\$ 24 milhões referentes a créditos decorrentes de empréstimos. A operação reforça a estratégia da Itautec de concentrar sua atuação nas áreas de Soluções de Automações, Soluções de Computação e Serviços Tecnológicos.

Elekeiroz

A Elekeiroz lançou em novembro uma linha completa de Resinas Sustentáveis, de base vegetal, para a fabricação de peças em compósitos. Chamada comercialmente de BIOPOLI, a nova linha emprega matérias-primas de fontes renováveis e resinas termoplásticas reutilizadas, podendo, assim, economizar até 20% de recursos não renováveis, como o petróleo, usados nas resinas de poliéster tradicionais. Com tecnologia 100% nacional e pedido de patente já requerido, é resultado dos investimentos realizados pela empresa em pesquisa e desenvolvimento nos últimos anos. O lançamento dessa tecnologia no mercado viabilizará o desenvolvimento de diversos produtos sustentáveis para os segmentos automotivo, de construção civil, eletroeletrônico e náutico, entre outros.

Em setembro de 2010 entrou em operação um sistema de coleta e recuperação de dióxido de carbono (CO₂) no site de Camaçari (BA), reduzindo substancialmente as emissões desse gás para a atmosfera. O dióxido de

carbono recuperado está sendo vendido para uma empresa produtora de gases industriais, que o recebe por tubovia.

Ambiente Econômico

Em 2010, os números da atividade econômica internacional surpreenderam positivamente, ainda que de maneira distinta. A Europa ainda enfrenta recessão, enquanto os países emergentes apresentam economias superaquecidas. A inflação internacional voltou a subir, pressionada pela elevação dos preços das commodities. Esse contexto internacional de recuperação do crescimento, com preços de exportações subindo, preços de importações caindo e a consequente valorização do real, explica boa parte da composição do crescimento do Brasil em 2010. A demanda interna cresce acima da variação do PIB desde 2009, e a inflação continuou em elevação. A demanda foi 2,8% maior do que o PIB em 2010, sendo essa diferença atendida pelo déficit em conta-corrente e a redução de estoques na economia.

O crescimento da demanda interna foi impulsionado pelo crescimento das despesas públicas e pela maior disponibilidade de crédito oferecida pelos bancos oficiais. A produção nacional, no entanto, não acompanhou a velocidade da demanda interna no segundo semestre. No setor de construção civil, o crescimento de 2010 foi de 11,6% recuperando-se da queda de 6,3% em 2009. A indústria expandiu-se 10,5% em 2010, mas esse crescimento se concentrou no primeiro semestre, quando cresceu 5,7% em relação ao segundo semestre de 2009, ajustado sazonalmente. Porém, no segundo semestre, houve uma ligeira queda de -0,1% em relação ao primeiro semestre. O setor de produção de madeiras alcançou um crescimento de 16% e o setor de produtos químicos apresentou contração, de 10%, da mesma forma que os setores de equipamentos de informática (13,1%) e de móveis (10,7%).

Como resultado, a inflação em 2010 acelerou para 5,9%, a maior em seis anos. O Conselho Monetário Nacional adotou medidas que visam conter o crescimento do crédito: elevação do adicional de compulsórios e elevação do requerimento de capital. Em dezembro, os depósitos compulsórios do sistema bancário no Banco Central aumentaram em R\$ 81,8 bilhões, em relação a novembro. Essas medidas vêm moderando o crescimento dos empréstimos. Dados reais e com ajuste sazonal de dezembro mostraram queda na média diária de novas concessões de empréstimos de 10,8% para pessoa físicas e de 5,9% para pessoas jurídicas em relação a novembro. Não obstante, o crédito total concedido pelo sistema bancário aumentou sua importância durante o ano de 44,4% do PIB para 46,6%.

No mercado de seguros, nota-se até o mês de novembro um crescimento do faturamento de 11,7% em termos reais, em comparação ao mesmo período de 2009. Esse crescimento foi comandado principalmente pelo vigoroso aumento dos seguros patrimoniais e pessoais. No mercado de planos de previdência, o crescimento das contribuições superou em 6,9% os valores alcançados no mesmo período de 2009, com destaque para a expansão de 10% nos fundos PGBl, em termos reais. Finalmente, no mercado de cartões, o faturamento por cartão mostrou um vigoroso crescimento de 15,1% em termos reais em 2010, além de um aumento de 11% no número de cartões.

DESEMPENHO ECONÔMICO

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA – ANTES DOS AJUSTES EM IFRS

	Controladora		Não Controladores		Conglomerado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Lucro Líquido	4.953	3.930	9.714	7.812	14.667	11.742
Patrimônio Líquido	23.743	19.785	44.424	38.170	68.167	57.956
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	23,0%	21,5%	23,7%	22,3%	23,4%	22,1%

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA – ANTES DOS AJUSTES EM IFRS

	Janeiro a Dezembro	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS		ÁREA INDUSTRIAL		CONSOLIDADO/ CONGLOMERADO (1)
		Itaú Unibanco Holding S.A.	Duratex S.A. (5)	Itautec S.A.	Elekeiroz S.A.	
Ativos Totais	2010	755.112	5.006	1.079	640	764.211
	2009	608.273	4.354	1.298	604	615.962
Receitas Operacionais (2)	2010	120.510	2.728	1.795	851	123.695
	2009	111.994	2.013	1.872	571	117.369
Lucro Líquido	2010	13.323	442	12	45	14.667
	2009	10.067	182	54	4	11.742
Patrimônio Líquido	2010	60.879	2.623	520	476	68.167
	2009	50.683	2.331	496	443	57.956
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) (3)	2010	24,1%	17,7%	2,5%	9,9%	23,4%
	2009	21,4%	9,2%	11,4%	0,9%	22,1%
Geração Interna de Recursos (4)	2010	37.201	839	76	86	35.943
	2009	37.887	301	35	(14)	36.013

(1) Os dados do Consolidado/Conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de

(2) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco : Receita de Juros e Rendimentos, Ganho(Perdas) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Dividendos, Receita de Prestação de Serviços Financeiros, Receita de Prêmios de Operações de Seguros e Previdência e Outras Receitas
- Duratex S.A., Itautec S.A. e Elekeiroz S.A.: Vendas de Produtos e Serviços e Receita de Prestação de Serviços Financeiros.

(3) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez + mar + jun + set + dez/5).

(4) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(5) Em 2009, inclui o resultado da Satipel (pró-forma) para efeitos comparativos.

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA CONSOLIDADO – EM IFRS

	Controladora		Não Controladores		Conglomerado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Lucro Líquido	4.417	4.362	595	386	5.013	4.748
Patrimônio Líquido	26.302	23.190	2.876	2.650	29.178	25.840
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	18,0%	20,6%	23,4%	20,7%	19,5%	21,2%

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS – EM IFRS

	Dez/10	Dez/09	Evolução %
Resultados por lote de mil ações - em R\$			
Lucro Líquido da Controladora	4.417	4.362	1,3
Valor Patrimonial da Controladora	6,01	5,21	15,3
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	0,33	0,28	15,1
Preço da Ação PN (1)	13,14	11,83	11,1
Capitalização de Mercado (2) - em R\$ milhões	57.478	51.411	11,8

(1) Com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período.

(2) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA - EM IFRS

	Janeiro a Dezembro	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS		ÁREA INDUSTRIAL		CONSOLIDADO/ CONGLOMERADO (2) (3)
		Itaú Unibanco S.A.	Holding S.A.	Duratex S.A.(1)	Itautec S.A.	
						R\$ Milhões
Ativos Totais	2010	727.481	6.171	1.081	632	275.635
	2009	578.604	5.467	1.314	597	213.504
Receitas Operacionais (4)	2010	119.473	2.742	1.571	851	47.942
	2009	119.326	1.930	1.324	571	45.856
Lucro Líquido	2010	11.708	467	12	45	5.013
	2009	11.838	181	51	2	4.749
Patrimônio Líquido	2010	66.265	3.453	514	466	29.178
	2009	57.516	3.142	502	433	25.840
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) (5)	2010	19,2%	14,1%	2,2%	10,1%	19,5%
	2009	23,4%	7,5%	10,7%	0,5%	21,2%
Geração Interna de Recursos (6)	2010	36.996	839	76	86	15.374
	2009	37.887	360	33	(14)	16.436

(1) Em 2009, inclui o resultado da Satipel (pró-forma) para efeitos comparativos.

(2) O Conglomerado Itaúsa inclui: a consolidação de 100% das empresas controladas; e a consolidação proporcional à participação detida, das empresas sob controle conjunto.

(3) Os dados do Consolidado/Conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco foram consolidados proporcionalmente a participação detida pela Itaúsa de 36,57% (35,46% em 2009).

(4) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco : Receita de Juros e Rendimentos, Ganho(Perdas) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Dividendos, Receita de Prestação de Serviços Financeiros, Receita de Prêmios de Operações de Seguros e Previdência e Outras Receitas Operacionais.
- Duratex S.A., Itautec S.A. e Elekeiroz S.A.: Vendas de Produtos e Serviços e Receita de Prestação de Serviços Financeiros.

(5) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez + mar + jun + set + dez/5).

(6) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DECORRENTES DA ADOÇÃO DO IFRS

As principais alterações da adoção do IFRS estão demonstradas nos quadros abaixo, e todo descritivo dos ajustes efetuados encontram-se na nota explicativa 2b:

A – Operações de Crédito

O CPC 38 determina que a entidade deve avaliar a cada data-base se existe evidência objetiva que a operação de crédito ou grupo de operações de crédito está em situação de perda por redução do seu valor recuperável.

B – Reconhecimentos da totalidade de Crédito Tributários

O CPC 32 determina que os créditos tributários devem ser mensurados usando-se substancialmente a alíquota efetiva e reconhecidos quando for provável que lucros futuros tributáveis serão gerados, possibilitando a compensação do ativo.

C – Planos de pensão e saúde

De acordo com os requerimentos do CPC 33: para os planos onde os cálculos atuariais resultaram em uma posição líquida positiva, foi reconhecido um ativo; e para os planos onde os cálculos atuariais resultaram em uma posição líquida negativa, foi reconhecido um passivo.

D – Combinação de Negócios

O CPC 15 requer a identificação do adquirente contábil em uma combinação de negócios. Ajustes em decorrência da operação de associação entre Duratex e Satipel; e da associação entre Itaú Unibanco e Porto Seguro.

E – Deságios, líquidos

Ainda de acordo com o CPC 15, se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração de resultado.

F – Ativos Biológicos

Esse ajuste refere-se ao reconhecimento do valor justo de reservas florestais da Duratex, conforme requerido pelo CPC 29.

G – Dividendos Excedentes

Esse ajuste refere-se ao fato de que o dividendo proposto, acima do mínimo obrigatório, somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembléia Geral, CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

I) Reconciliação do patrimônio líquido

	Referências	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Patrimônio Líquido antes dos ajustes de IFRS		23.743	19.785	16.592
Patrimônio Líquido de acionistas não controladores		2.340	2.126	1.410
Ajustes que afetam o patrimônio líquido entre BR GAAP e IFRS		3.095	3.929	2.897
Operações de Crédito	A	679	1.159	964
Reconhecimento da totalidade de Crédito Tributário	B	595	827	947
Planos de pensão e saúde	C	44	573	441
Combinação de Negócios	D	717	1.029	481
Deságios, líquidos	E	483	483	482
Ativos biológicos	F	219	203	284
Dividendos Excedentes	G	445	380	-
Imposto de Renda e Contribuição Social		(532)	(1.003)	(916)
Outros		445	278	214
Patrimônio Líquido em IFRS		29.178	25.840	20.899
Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas não controladores		2.876	2.650	1.539
Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas controladores		26.302	23.190	19.360

Todo descritivo dos ajustes efetuados encontram-se na nota explicativa 2b.

II) Reconciliações do lucro líquido consolidado:

	Referências	2010	2009
Lucro Líquido antes dos ajustes de IFRS		4.953	3.930
Lucro Líquido Acionistas não controladores		586	387
Ajustes que afetam o lucro líquido entre BR GAAP e IFRS		(526)	431
Operações de Crédito	A	(513)	196
Reconhecimento na totalidade do Crédito Tributário	B	(239)	(83)
Planos de Pensão e Saúde	C	76	169
Combinação de Negócios	D	(303)	148
Ativos Biológicos	F	34	(4)
Imposto de Renda e Contribuição Social		330	(153)
Outros		89	157
Lucro Líquido em IFRS		5.013	4.748
Lucro Líquido atribuível aos acionistas não controladores		595	386
Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores		4.417	4.362

Todo descritivo dos ajustes efetuados encontram-se na nota explicativa 2b.

Consolidação Proporcional Itaú Unibanco Holding

O CPC 19, parágrafos 30 e 40, determina que os investimentos controlados em conjunto devem ser contabilizados pelo método da consolidação proporcional. Desta forma, as demonstrações financeiras do Itaú Unibanco foram consolidadas proporcionalmente nas demonstrações financeiras da Itaúsa. A seguir apresentamos os principais impactos provocados no Balanço Patrimonial Consolidado:

I) Balanço Patrimonial Consolidado em 31/12/2009:

(Em Milhões de Reais)

	ANTES DOS AJUSTES DE IFRS	AJUSTES DE DESCONSOLIDAÇÃO	AJUSTES IFRS	IFRS
TOTAL DO ATIVO	615.961	(398.487)	(3.970)	213.504
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
TOTAL DO PASSIVO	558.005	(362.434)	(7.906)	187.665
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	19.786	(401)	3.805	23.190
Participações de Acionistas não Controladores	38.170	(35.652)	131	2.649
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	57.956	(36.053)	3.936	25.839
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	615.961	(398.487)	(3.970)	213.504

O impacto detalhado nas Demonstrações Contábeis encontra-se na nota explicativa 36.

II) Reconciliação do Balanço Patrimonial em 31/12/2010 (Nota 36):

(Em Milhões de Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	ANTES DOS AJUSTES DE IFRS	PARCELA NÃO CONSOLIDADA	AJUSTES IFRS	IFRS
TOTAL DO ATIVO	764.211	(483.988)	(4.587)	275.635
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
TOTAL DO PASSIVO	696.044	(441.074)	(8.514)	246.456
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	23.743	(1.799)	4.358	26.302
Participações de Acionistas não Controladores	44.424	(41.116)	(431)	2.877
PATRIMÔNIO LÍQUIDO INCLUINDO PARTICIPAÇÕES DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	68.167	(42.915)	3.927	29.179
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	764.211	(483.989)	(4.587)	275.635

O Impacto detalhado nas Demonstrações Contábeis encontra-se na nota explicativa 36.

ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Itaú Unibanco

Os valores comentados as seguir, quando extraídos das demonstrações contábeis, foram apurados de acordo com o IFRS (International Financial Reporting Standards) e não estão proporcionalizados para refletir a participação acionária de 36,57% detida pela Itaúsa.

O lucro líquido do Itaú Unibanco no ano de 2010 atingiu R\$ 11,7 bilhões, com rentabilidade anualizada de 19,2% sobre o patrimônio líquido médio (23,4% em igual período de 2009). O Itaú Unibanco recolheu ou provisionou contribuições e impostos próprios no total de R\$ 11,8 bilhões nesse mesmo período de 2010. Também foram retidos e repassados tributos no montante de R\$ 8,6 bilhões, que incidiram diretamente sobre a intermediação financeira.

O total de ativos consolidado alcançou R\$ 727,5 bilhões em 31 de dezembro de 2010 e o patrimônio líquido consolidado totalizou R\$ 66,3 bilhões no mesmo período.

O saldo das operações de crédito, incluindo avais e fianças, totalizou R\$ 333,9 bilhões em 31 de dezembro de 2010, com crescimento de 20,3% na comparação com 31 de dezembro de 2009. O Itaú Unibanco efetua a classificação de crédito dos clientes e grupos econômicos entre os níveis de risco baixo, médio, alto e com redução ao valor recuperável (impairment), e verifica a probabilidade de perda associada a cada um desses níveis. Em 31 de dezembro de 2010, a relação entre o saldo de crédito classificado como baixo risco e o total da carteira de crédito sem avais e fianças atingiu 68,0%, enquanto a relação entre o crédito com redução ao valor recuperável e a carteira de crédito total alcançou 4,7%, o que evidencia a qualidade da carteira de crédito.

O Itaú Unibanco Holding possui fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 364,1 bilhões de reais em 31 de dezembro de 2010.

O Índice de Basileia foi de 15,4% no fim de dezembro de 2010, com base no consolidado econômico-financeiro.

As cotações das ações preferenciais do Itaú Unibanco valorizaram-se 2,2% em 2010. O valor de mercado em Bolsas de Valores do Itaú Unibanco, calculado considerando a cotação média das ações preferenciais em circulação no último dia de pregão do período, chegou a R\$ 179,6 bilhões no fim de dezembro. Segundo a empresa Bloomberg, o Itaú Unibanco ocupava o décimo lugar no ranking mundial de bancos em 31 de dezembro de 2010, tendo como parâmetro o valor de mercado.

O Itaú Unibanco, líder no segmento de crédito ao consumo no Brasil, por meio da Itaucard, Hipercard e parcerias, oferece um amplo portfólio de produtos para 40,8 milhões de clientes correntistas e não correntistas, originados em canais proprietários e por meio de parcerias com empresas de destaque em seus respectivos mercados de atuação. Entre os meses de janeiro a dezembro, o valor transacionado atingiu R\$ 129,6 bilhões, o que representou um aumento de 26,1% em relação ao ano anterior.

As provisões técnicas de Seguros, Previdência Privada e Planos de Capitalização totalizaram R\$ 59,5 bilhões em 31 de dezembro de 2010, com aumento de 18,4% em relação ao exercício anterior. No decorrer de 2010 a ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar aprovou a transferência de 100% do capital social da Unibanco Saúde Seguradora S.A. para a Tempo Participações S.A. Em 6 de outubro de 2010, a Susep homologou o contrato relativo à aquisição pelo Itaú Unibanco da participação na subsidiária Itaú XL Seguros Corporativos S.A. A Itaú Seguros manterá a estrutura dedicada a atender o segmento de grandes clientes industriais e comerciais.

Em 2010, o Itaú BBA consolidou a segmentação interna iniciada em 2009 na área comercial, que passou a direcionar seu esforço em dois segmentos: Corporate e Large Corporate. Em recursos direcionados, o Itaú BBA ampliou o relacionamento com seus clientes, com aumento da carteira das linhas subsidiadas pelo BNDES de R\$ 4,5 bilhões para o período de 2010. No ranking do BNDES de desembolsos de produtos pela modalidade BNDES-Exim (Programa de Apoio e Financiamento às Exportações), o Itaú BBA ocupou a liderança, com volume de R\$ 3,6 bilhões e 23% de participação de mercado em 2010. Merece destaque também o desempenho das atividades de cash management, com crescimento do volume de 30% em 2010.

Durante 2010, principalmente no quarto trimestre do ano, o Itaú BBA ampliou o foco no atendimento internacional a seus clientes, com o reforço às equipes e estruturas presentes na Europa, Estados Unidos, Argentina e Chile, além da abertura de escritório de representação no Peru, em janeiro de 2011.

Na área de banco de investimentos, o Itaú BBA participou de operações de debêntures e notas promissórias no total de R\$ 18,9 bilhões e operações de securitização que totalizaram R\$ 4,7 bilhões em 2010 (ranking Anbima de distribuição de renda fixa: primeira posição em dezembro de 2010). Foi destaque a oferta do título soberano brasileiro realizada pelo Itaú BBA, o primeiro banco brasileiro a liderar uma captação do Tesouro Nacional. Em renda variável, o Itaú BBA coordenou 13 ofertas públicas de ações, que totalizaram R\$ 132,3 bilhões, consolidando sua posição entre os líderes de mercado em 2010. Nesse mesmo período, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 35 transações de fusões e aquisições (ranking 2010 da Thomson em número de transações: segunda posição).

Durante o ano de 2010, a Itaú Corretora intermediou na Bovespa um volume de R\$ 204,2 bilhões com clientes pessoas físicas, institucionais e estrangeiros. Esse volume representou um acréscimo de 28% em relação ao mesmo período de 2009. No período, a Itaú Corretora ficou em segundo lugar no ranking das corretoras.

A Tesouraria atuou na condução das captações de notas subordinadas no mercado de capitais internacional em 2010. Foram duas emissões de US\$ 1 bilhão com vencimentos em 2020 e 2021 e cupons de 6,20% a.a. e 5,75% a.a. respectivamente. Essas captações foram importantes para a manutenção dos confortáveis índices atuais de Basileia diante do forte crescimento das operações de empréstimos e financiamentos. Além das notas subordinadas, também foi emitida dívida sênior no valor de R\$ 500 milhões, com vencimento em 2015 e cupom de 10,50% a.a.

ÁREA INDUSTRIAL

Duratex

Os demonstrativos financeiros disponibilizados junto à CVM e BM&FBovespa contemplam o padrão internacional de reporte IFRS (International Financial Reporting Standards), em consonância com as instruções CVM 457/07 e CVM 485/10. O ativo total e patrimônio líquido, sob este novo padrão, foram impactados principalmente por: (i) Combinação de Negócios em decorrência da associação entre a Duratex e Satipel oficializada em 31.08.09; (ii) Ativo Biológico em razão do reconhecimento do valor das reservas florestais ao seu valor justo, líquido dos custos estimados de venda no momento da colheita e (iii) Benefício a Empregados advindos do reconhecimento de créditos existentes no fundo de programa previdencial da Fundação Itaúsa Industrial. No total, em 2010, o efeito desses itens, principalmente, causou um aumento de R\$ 1.159 milhões nos ativos totais da Duratex e de R\$ 829,0 milhões no patrimônio líquido.

A receita líquida totalizou R\$ 2.741 milhões no ano, resultado 42,1% acima daquele em 2009, sobre a base IFRS que contempla apenas a receita da Satipel entre setembro e dezembro daquele ano. Na base pro forma, a expansão da receita foi de 22,1%. A melhora da base de preços, um mix de expedição mais rico e o crescimento dos volumes expedidos de 15,8% contra a base pro forma em 2009 no segmento de painéis e de 9,3% no segmento Deca permitiram importantes ganhos de margem operacional.

Desta forma, a margem bruta na metodologia IFRS evoluiu de 34,6% em 2009 para 38,9%, desconsiderado o efeito não caixa do ativo biológico. O Ebitda, no ano, somou R\$ 893,0 milhões, com margem de 32,6%. Esse resultado foi beneficiado por eventos de natureza extraordinária no montante de (+) R\$ 42,4 milhões referentes a recuperação de provisões para devedores duvidosos, PIS semestralidade e venda de ativos. Desconsiderado tal efeito, o resultado recorrente seria de R\$ 850,5 milhões, 71,9% acima do resultado apurado em 2009 e equivalente a uma margem de 31,0%. A margem Ebitda recorrente, nas Divisões Deca e Madeira, totalizou respectivamente 29,7% e 31,7%, o que representa expressiva melhora operacional sobre o desempenho apurado em 2009, em que essas margens totalizaram 24,3% e 26,5%.

O lucro líquido, após os ajustes IFRS, no ano de 2010 somou R\$ 467,2 milhões o que equivale a um retorno sobre o patrimônio líquido médio de 13,9%. A recuperação das bases de preços e crescimento dos volumes expedidos e melhora do mix, contribuíram para a maior rentabilização do patrimônio, em relação a 2009.

O valor adicionado no ano de 2010 após os ajustes IFRS totalizou R\$ 1.571 milhões, 53,5% superior àquele gerado no ano anterior. Desse montante, R\$ 523,0 milhões, equivalentes a 14,4% das receitas obtidas e a 33,3% do valor adicionado total, foram destinados aos governos federal, estadual e municipal na forma de impostos e contribuições.

Itautec

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o IFRS (International Financial Reporting Standards).

A receita líquida de vendas e serviços consolidada de 2010 atingiu R\$ 1,6 bilhão, superior em 18,7% à obtida em 2009, em razão do excelente desempenho da área de Soluções de Automações, que apresentou crescimento de 60,5% na receita líquida de vendas em relação ao ano anterior, resultado da maior expedição de ATMs dos últimos anos. As despesas operacionais de 2010 totalizaram R\$ 260,7 milhões, superiores em 13,6% às despesas do mesmo período do ano anterior.

As despesas com vendas e marketing atingiram R\$ 113,6 milhões, superiores 24,6% a 2009. Esse crescimento é resultado da expansão dos investimentos em marketing, necessários para suportar o novo posicionamento estratégico da companhia, que prevê o crescimento das vendas de equipamentos de computação para o segmento de varejo, e do processo de reestruturação da área comercial, que incluiu o fortalecimento do quadro de pessoal com a contratação de executivos para as unidades de negócio.

As despesas gerais e administrativas de 2010 representaram 4,0% da receita líquida, atingindo R\$ 63,6 milhões, mantendo-se nos mesmos patamares do ano anterior, apesar dos maiores investimentos em tecnologia da inovação e gastos associados ao fortalecimento da estrutura administrativa.

As despesas com pesquisa e desenvolvimento de equipamentos e softwares atingiram R\$ 73,1 milhões, montante 33,1% superior a 2009. Os investimentos foram direcionados principalmente ao desenvolvimento de produtos de automação bancária e comercial, necessários para atender a grandes projetos de instituições financeiras e redes varejistas, e ao desenvolvimento de softwares, como o SIAC Store.

O resultado operacional consolidado do exercício foi de R\$ 13,5 milhões e o Ebitda, de R\$ 34,2 milhões, montante 41,2% inferior a 2009. No acumulado do ano, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 11,5 milhões, representando um retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) médio de 2,2%.

A geração operacional de caixa de 2010 atingiu R\$ 311,6 milhões, resultado do aprimoramento do processo de gestão de ativos instituído no exercício, que resultou em um melhor gerenciamento do ciclo operacional de caixa, e da venda das subsidiárias Tallard Technologies. No encerramento do exercício, a Itautec apresentava um saldo de disponibilidades financeiras de R\$ 264,9 milhões, superior em R\$ 55,6 milhões ao seu endividamento bruto junto a instituições financeiras.

Elekeiroz

A Elekeiroz adotou as normas internacionais de contabilidade (IFRS - International Financial Reporting Standards) nos seus demonstrativos de 2010 e, de forma retroativa, também para 2009 para permitir melhor comparação entre os dois exercícios sociais.

No total de 2010, a receita bruta alcançou R\$ 1.049 milhões, com alta de 47% em relação a 2009, e a receita líquida foi de R\$ 850,5 milhões, com alta de 49% em relação ao ano anterior.

As exportações, realizadas para 35 países, alcançaram R\$ 162,4 milhões, com crescimento de 86% sobre 2009. Nesse total, o continente asiático, com destaque para a China, teve participação de 44%; a América do Sul, 30%; a do Norte, 18%; e os 8% restantes estiveram distribuídos entre a Europa e alguns países da África e do Oriente Médio. Vale sublinhar a abertura de novos mercados como os Emirados Árabes, Austrália, Marrocos e Tunísia. Com esse aumento, a relação entre as exportações e a receita líquida passou de 15% em 2009 para 19% no acumulado de 2010.

No exercício social de 2010, foram alcançados como resultados: lucro líquido de R\$ 45,2 milhões, Ebitda de R\$ 87,7 milhões, margem Ebitda de 10,3% e rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio (ROE) de 10,1% ao ano.

Houve também melhora no perfil de endividamento junto às instituições financeiras, que foi reduzido a R\$ 44,2 milhões, equivalendo a apenas 50% do Ebitda e 9% do patrimônio líquido. As disponibilidades, com R\$ 88,3 milhões, excederam o endividamento em 2,0 vezes.

GESTÃO DE PESSOAS

A Itaúsa e suas controladas contavam com cerca de 125 mil colaboradores no fim de dezembro de 2010. No período, foram investidos R\$ 243 milhões em programas de educação, treinamento e desenvolvimento. O valor aplicado em remuneração fixa das equipes, somado aos encargos e benefícios, totalizou R\$ 14,2 bilhões. Os benefícios sociais para colaboradores e dependentes totalizaram R\$ 1,8 bilhões.

SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Ações das empresas em benefício da sociedade

Itaú Unibanco

O Itaú Unibanco está presente no Dow Jones Sustainability Index (DJSI), principal índice de sustentabilidade empresarial do mundo, há 11 anos consecutivos, desde sua criação. Pela sexta vez consecutiva, o Banco integra a lista das 20 empresas modelo em Sustentabilidade, publicada pelo Guia Exame de Sustentabilidade. Também foi selecionado para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa (ISE) em sua edição 2011.

Um acordo inédito em favor da redução das reclamações com a Fundação Procon-SP foi assinado pelo Itaú Unibanco e outras cinco empresas. Com vigência de 12 meses a partir de junho de 2010, suas metas incluem a redução de no mínimo 20% das Cartas de Informações Preliminares, 6% das Reclamações Fundamentadas Atendidas e 40,8% das Reclamações Fundamentadas Não Atendidas.

Os colaboradores do banco enviaram mais de mil contribuições, em cerca de 40 dias, para a edição 2010 do programa Banco de Ideias Sustentáveis (BIS). As propostas trataram dos oito temas da Essência da Sustentabilidade: educação financeira, microfinanças, satisfação dos clientes, engajamento dos stakeholders, mudanças climáticas, diversidade, critérios socioambientais e transparência e governança.

Duratex

A Duratex destinou R\$ 17,6 milhões para ações em benefício do meio ambiente, envolvendo principalmente o tratamento de efluentes, a coleta de resíduos e a manutenção de áreas florestais. Ao longo do ano, a empresa recebeu diversos reconhecimentos de atuação socioambiental responsável, com destaque para a inclusão de suas ações no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa.

Itautec

Em atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Itautec desenvolveu o primeiro centro regional de reciclagem em Curitiba (PR), com o objetivo de reciclar grande parte dos materiais localmente, trazendo para o Centro de Reciclagem em Jundiaí (SP) apenas os resíduos de placas eletrônicas, reduzindo os custos de logística. Nos próximos 18 meses serão implantados oito centros regionais nesses moldes, prioritariamente onde existem laboratórios. Adicionalmente, foi lançado o “Guia do Usuário Consciente de Produtos Eletrônicos”, iniciativa pioneira da Itautec para auxiliar os consumidores a tomar decisões conscientes na hora da compra e durante o uso de produtos eletrônicos.

Elekeiroz

A empresa recebeu a primeira colocação no 5º Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água, em virtude da implantação de três projetos voltados a esse fim.

INVESTIMENTOS SOCIAIS E CULTURAIS

Itaú Unibanco

Os investimentos sociais e culturais do Itaú Unibanco alcançaram o valor aproximado de R\$ 241 milhões no ano de 2010, com destaque para os investimentos em educação e cultura, que atingiram o montante de R\$ 126 milhões.

Por meio das leis Rouanet e Audiovisual de incentivo à cultura, em 2010, a organização apoiou 48 projetos em oito Estados brasileiros, no montante de R\$ 21 milhões.

A Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro atingiu, em 2010, 99% dos municípios brasileiros e mobilizou mais de 7 milhões de alunos. O Programa Itaú Criança distribuiu 16 milhões de livros infantis com a campanha Ler Faz Crescer.

Os projetos Jovem de Futuro e Entre Jovens, desenvolvidos pelo Instituto Unibanco em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação, beneficiaram em 2010 escolas de São Paulo, Porto Alegre, Vale do Paraíba, Belo Horizonte, Brasília, Vitória, Rio de Janeiro, Juiz de Fora e Campinas.

Em 2010, o Itaú Cultural recebeu em sua sede 283.574 pessoas. As enciclopédias de Artes Visuais, Arte e Tecnologia, Teatro e Literatura registraram 6.615.117 acessos únicos. Foram desenvolvidos 456 eventos – 371 nacionais e 85 internacionais – e lançados 24 produtos, com a entrega de 25.673 unidades. No período, o instituto assinou contrato com 87 novas TVs, com a distribuição de 1.855 programas a 96 emissoras de TVs parceiras. Ao todo, 449 emissoras de rádio transmitiram os programas da série Rumos Música.

A exposição itinerante da Coleção Brasileira Itaú, que mantém cerca de 300 itens ligados à história do Brasil, entre pinturas, aquarelas, desenhos, gravuras, mapas e livros, foi apresentada em São Paulo, Paraty, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

Duratex

A Duratex realizou durante o ano investimentos de caráter social, de incentivo ao esporte e de cunho ambiental no montante de R\$ 799,8 mil. Os destaques foram o Projeto Musical Vozes pela Infância, cuja renda foi doada ao WCF Brasil no âmbito do Programa Na Mão Certa; o Teatro Itinerante Um Mundo Sustentável, que busca conscientizar crianças e adolescentes para as questões da sustentabilidade; e o Projeto Atleta do Futuro, em parceria com as prefeituras paulistas de Agudos, Botucatu, Itapetininga e Jundiá. Para 2011 estão programados diversos projetos com foco socioambiental, de incentivo à cultura e ao esporte. No total, serão investidos na sua realização R\$ 2,5 milhões.

Itautec

Fortalecendo as ações de sustentabilidade com foco social, a Itautec estabeleceu parceria com o Instituto Ayrton Senna, entidade que compartilha os mesmos princípios da companhia e acredita na educação como forma de desenvolvimento humano, inclusão social e desenvolvimento sustentável do país.

No ano, 636 alunos de escolas, universidades e ONGs participaram do Programa de Visita à Fábrica da Itautec, cujo objetivo é apresentar o processo produtivo e a área de Gestão Ambiental da empresa para que possam consolidar e vivenciar os conhecimentos adquiridos em sala de aula.

A Itautec participou do “Natal do Bem”, terceiro maior evento beneficente do Brasil, que este ano beneficiou nove instituições filantrópicas de São Paulo, Santa Catarina e Bahia.

Em continuidade ao Programa De Olho no Computador, foram realizados cursos de informática para jovens e adolescentes da Associação Beneficente Portas de São Pedro localizada na região sul de São Paulo.

A Itautec patrocinou o projeto “Informatizando Conhecimentos”, da Associação Terapêutica de Estimulação Auditiva e Linguagem (Ateal), e incentivou seus funcionários a apoiar projetos de promoção dos direitos da criança e do adolescente.

Elekeiroz

A empresa apoia o programa Na Mão Certa, cujo objetivo é conscientizar os caminhoneiros sobre o problema do abuso sexual infantil nas estradas brasileiras, fazendo com que eles atuem como agentes de proteção dos direitos da criança e do adolescente. Em 2010, foram realizadas diversas palestras para os motoristas das transportadoras prestadoras de serviços à Elekeiroz.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Itaúsa

- Primeira colocação, em faturamento, na lista dos 200 grupos empresariais mais representativos do país, segundo o ranking das Melhores e Maiores da Revista Exame.

Itaú Unibanco

- Melhor Companhia Aberta Brasileira, pela quinta vez nos últimos 12 anos, segundo a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec).
- Marca mais valiosa no Brasil pela sétima vez consecutiva, estimada em R\$ 20,7 bilhões pela consultoria Interbrand.
- Melhor Private Banking do Brasil 2010, Melhor Private Banking do Chile 2010 e Latin America's Best Managed Companies - Most Convincing & Coherent Business Strategy - By sector: Banking & Financial, de acordo com a revista Euromoney.
- Green Enterprise IT Awards (empresa verde no setor de TI), oferecido pelo Uptime Institute.
- Instituição financeira mais sustentável da América Latina e dos mercados emergentes, - Prêmio FT Sustainable Banking, concedido pelo jornal Financial Times e International Finance Corporation (IFC).
- Melhor banco do Brasil, pela 12ª vez, e Melhor Banco da América Latina no Awards for Excellence da revista Euromoney. A revista também classificou o Itaú BBA como o Melhor Banco em Cash Management do Brasil, pela segunda vez consecutiva.
- Primeiro banco do Brasil no Ranking Top 1000 World Banks, da revista The Banker.
- IR Magazine Awards Brazil 2010 nas categorias Gran Prix do Melhor Programa de RI de Empresas Large Caps e Melhor Desempenho em RI por um CEO ou CFO com Roberto Setubal.
- Melhor programa de Relações com Investidores do setor de bancos e serviços financeiros da América Latina, pela revista Institutional Investor.
- Primeiro colocado no *ranking* das empresas mais transparentes do Ibovespa elaborado pela Management & Excellence (M&E), pelo quarto ano consecutivo.
- Primeiro lugar na categoria Bancos no *ranking* das Empresas mais Admiradas do Brasil, da revista Carta Capital.
- Melhor equipe de *research* do Brasil para o Itaú BBA, conforme a revista Institutional Investor.
- Best Latin America Equity House para o Itaú BBA, segundo a IFR Thomson.
- Primeiro colocado no *ranking* dos maiores bancos do Brasil, com base no patrimônio líquido, conforme edição especial Melhores & Maiores 2010 da revista Exame.

Duratex

- Red Dot Award 2010, concedido à linha de filtros Twin da Divisão Deca, na categoria Casa e Cozinha. A Duratex foi a primeira empresa brasileira a receber a premiação. O produto também foi premiado no Good Design Award e recebeu o Prêmio Senai/SP Excellence Design 2010.
- Prêmio Excelência Empresarial Ciesp 2010 para a unidade de Agudos (SP), oferecido pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, na categoria das empresas de grande porte.
- Marca mais lembrada nas categorias Painéis de MDP e MDF durante a 5ª Edição do Prêmio Top Móvil 2010.

- Prêmio Top of Mind na categoria Metais e Louças Sanitárias e Pisos Laminados Duraflor.
- Primeira colocação entre as empresas de materiais de construção e decoração do Prêmio As 500 Melhores Empresas da Dinheiro.

Itautec

- Marca mais conhecida em automação bancária e automação comercial, segundo a Pesquisa INFO de Marcas organizada pela revista InfoExame.
- Menção honrosa na categoria Inovação e Pioneirismo para a subsidiária Itautec em Portugal no Optimus Innovation Awards 2010.
- Prêmio World Finance Technology Awards 2010, concedido pelo World Finance Technology Institute, da Inglaterra, como a melhor fornecedora de tecnologia para o setor financeiro da América Latina. A Itautec foi a primeira empresa brasileira a receber o prêmio.
- Melhor avaliação na categoria Automação Bancária e Comercial da Pesquisa Info de Marcas, segundo a revista Info Exame.
- Destaque de Hardware de TI – Automação Bancária e Comercial no CW 300, em *ranking* criado pela ComputerWorld.
- Primeira colocação, pelo terceiro ano consecutivo, na categoria Eletromecânico e Bens de Consumo do Metrics Competition Awards, com o produto Mecanismo Módulo Depositário.
- Prêmio IDEA Brasil 2010 pelos produtos SelfCheckout (categoria prata) e Prizis Kiosk (bronze).
- Prêmio Lide de Empreendedorismo na categoria de Empresa Empreendedora em Tecnologia, realizado pelo Lide - Grupo de Líderes Empresariais e JLide - Jovens Líderes Empresariais.
- Prêmio Excelência em P&D do Informática Hoje 2010, com o projeto do Self-Checkout PayTower.
- Inclusão no Ranking Fintech 100, levantamento, feito pela IDC Financial Insights e pelas publicações American Banker e Bank Technology News. Pelo segundo ano consecutivo, a Itautec foi a empresa brasileira com a melhor colocação: 23º lugar entre os 100 maiores fornecedores globais de tecnologia para o setor financeiro.

Elekeiroz

- Recebeu a primeira colocação no 5º Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água em sua unidade industrial de Várzea Paulista, pela implantação de três projetos: redução da captação de água do Rio Jundiá, redução da emissão de efluentes líquidos e coleta de água das chuvas para uso industrial.
- Classificada entre as 35 melhores empresas no setor privado no Estado de São Paulo, no evento de premiação “As Melhores Empresas para Estagiar”, promovido pelo Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee).
- A empresa recebeu também menção honrosa na categoria Análise Econômico-financeira no 12º Prêmio ABRASCA de Melhor Relatório Anual, e teve seu relatório classificado em 2º lugar entre as empresas com faturamento até R\$ 1 bilhão em 2009.

AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381

. Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a setembro de 2010, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 05 de fevereiro de 2010 – Contrato para prestação de serviços para a asseguaração limitada dos dados do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa – Itaú Unibanco – Brasil;
- 03 de março de 2010 – Licenças de utilização de biblioteca eletrônica relativa às regras internacionais de contabilidade (Comperio) – Itaú Unibanco Holding S.A.– Brasil;
- 09 de junho de 2010 – Participação em Seminário “Mercado de Seguros: nova dinâmica contábil e atuarial do mercado em 2010” – Itaú Unibanco Holding S.A. – Brasil;
- 23 de junho de 2010 – Licença de utilização de biblioteca eletrônica relativa às regras internacionais de contabilidade (Comperio) – Banco Itaú Europa International – Miami;
- 12 de julho de 2010 – Contrato para prestação de serviços relacionados à assessoria tributária referente à legislação norte-americana e revisão do Formulário “Schedule”.– Itaú Unibanco Holding S.A - Brasil;
- 06 de agosto de 2010 – Contrato para prestação de serviços de revisão dos aspectos relacionados ao Programa de Continuidade de Negócios – Itaú BBA S.A. – Brasil;
- 11 de agosto de 2010 - Contrato para prestação de serviços relacionados com a avaliação das diferenças entre exercer atividades como subsidiária e como Banco – Banco Itaú Europa International – Miami;
- 17 de agosto de 2010 – Participação na 10ª Apresentação Anual de IFRS – Nível Avançado – Itaú Unibanco S.A. – Brasil.

. Justificativa dos Auditores Independentes

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas/coligadas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, todos observados na prestação dos referidos serviços.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas e clientes pela confiança a nós dispensada, que procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado e com a oferta de produtos e serviços de qualidade, e aos nossos colaboradores, pelo talento com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável de nossos negócios.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 28/03/2011).

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

JOSÉ CARLOS MORAES ABREU

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

CARLOS DA CAMARA PESTANA

MARIA DE LOURDES EGYDIO VILLELA

Conselheiros

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

PAULO SETUBAL

Conselheiros Suplentes

RICARDO EGYDIO SETUBAL

RODOLFO VILLELA MARINO

CONSELHO FISCAL

Presidente

JOSÉ MARCOS KONDER COMPARATO

Conselheiros

LUIZ ALBERTO DE CASTRO FALLEIROS

PAULO RICARDO MORAES AMARAL

Contador

REGINALDO JOSÉ CAMILO

CT-CRC-1SP - 114.497/O – 9

DIRETORIA

Diretor Presidente

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

Diretores Vice-Presidentes

HENRI PENCHAS (*)

JAIRO CUPERTINO

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

PEDRO MOREIRA SALLES

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

ALCIDES LOPES TÁPIAS
ALFREDO EGYDIO SETUBAL
CANDIDO BOTELHO BRACHER
FERNANDO ROBERTO MOREIRA SALLES
FRANCISCO EDUARDO DE ALMEIDA PINTO
GUSTAVO JORGE LABOISSIÈRE LOYOLA
HENRI PENCHAS
ISRAEL VAINBOIM
PEDRO LUIZ BODIN DE MORAES
RICARDO VILLELA MARINO

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente

GUSTAVO JORGE LABOISSIÈRE LOYOLA

Membros

ALCIDES LOPES TÁPIAS
EDUARDO AUGUSTO DE ALMEIDA GUIMARÃES
GUY ALMEIDA ANDRADE
ALKIMAR RIBEIRO MOURA

CONSELHO FISCAL

Presidente

IRAN SIQUEIRA LIMA

Conselheiros

ALBERTO SOZIN FURUGUEM
ARTEMIO BERTHOLINI

DIRETORIA

Diretor Presidente

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Diretores Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO SETUBAL (*)
CANDIDO BOTELHO BRACHER

Diretores Executivos

CAIO IBRAHIM DAVID
CLAUDIA POLITANSKI
MARCOS DE BARROS LISBOA
RICARDO BALDIN
SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG

Diretores

JACKSON RICARDO GOMES
JOSÉ EDUARDO LIMA DE PAULA ARAUJO
MARCO ANTONIO ANTUNES
WAGNER ROBERTO PUGLIESE

(*) Diretor de Relações com Investidores

DURATEX S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

SALO DAVI SEIBEL

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
RICARDO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

ALCIDES LOPES TÁPIAS
HELIO SEIBEL
PAULO SETUBAL
FABIO SCHVARTSMAN
RODOLFO VILLELA MARINO
ROGÉRIO ZIVIANI

Conselheiros Suplentes

ANDREA LASERNA SEIBEL
OLAVO EGYDIO SETUBAL JUNIOR
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente

HENRI PENCHAS

Diretores Executivos

ALEXANDRE COELHO NETO DO NASCIMENTO
ANTONIO JOAQUIM DE OLIVEIRA
ANTONIO MASSINELLI
FLÁVIO MARASSI DONATELLI (*)
LUCIA HELENA VIDEIRA
RAUL PENTEADO DE OLIVEIRA NETO
ROBERTO SZACHNOWICZ

Diretores Gerentes

FLÁVIO DIAS SOARES
FRANCISCO DE ASSIS GUIMARÃES
MARCO ANTONIO MILLEO
RENATO AGUIAR COELHO
RONEY ROTENBERG

(*) Diretor de Relações com Investidores

ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

RICARDO EGYDIO SETUBAL

Vice-Presidente

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

Conselheiros

CARLOS EDUARDO DE CÁPUA CORRÊA DA FONSECA
CHU TUNG
LUIZ ANTONIO DE MORAES CARVALHO
MARIO ANSELONI NETO
PAULO SETUBAL
RENATO ROBERTO CUOCO
RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente

MÁRIO ANSELONI NETO (*)

Diretores Vice-Presidentes Executivos

CLÁUDIO VITA FILHO
DENISE DUARTE DAMIANI
JOÃO BATISTA RIBEIRO
JOSÉ ROBERTO FERRAZ DE CAMPOS
RICARDO HORÁCIO BLOJ
SILVIO ROBERTO DIREITO PASSOS
WILTON RUAS DA SILVA

(*) Diretor de Relações com Investidores

ELEKEIROZ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

RODOLFO VILLELA MARINO

Vice-Presidentes

OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR

Conselheiros

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ EDUARDO SENISE
PAULO SETUBAL
REINALDO RUBBI
ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS

Conselheiros Suplentes

RICARDO EGYDIO SETUBAL
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente e Diretor Geral

REINALDO RUBBI (*)

Diretores

CARLOS CALVO SANZ
RICARDO JOSÉ BARALDI

(*) Diretor de Relações com Investidores

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A

Balança Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 2009 e 2010

(Em Milhões de Reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2010	31/12/2009	Balanco de Abertura - 01/01/2009
Disponibilidades	3	4.029	3.903	5.818
Depósitos Compulsórios no Banco Central	4	31.469	5.970	5.724
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5	5.425	6.312	9.316
Aplicações no Mercado Aberto	5	32.786	48.644	39.993
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	6	42.619	20.470	21.468
Dados em Garantia		19.896	2.247	1.083
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		22.723	18.223	19.290
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo Através do Resultado	6	112	132	216
Derivativos	7	2.846	1.984	6.185
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	9	16.803	14.794	16.990
Dados em Garantia		3.766	1.071	1.327
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		13.037	13.723	15.663
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	10	1.159	862	2.250
Dados em Garantia		98	44	1.332
Demais Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		1.061	818	918
Operações de Créditos, Líquidas	11	100.756	79.727	79.923
Operações de Créditos		108.068	86.907	85.907
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(7.312)	(7.180)	(5.984)
Outros Ativos Financeiros	21a	15.724	9.483	11.057
Estoques	13	663	733	732
Investimentos em Empresas não Consolidadas	14 II	1.079	1.129	488
Imobilizado, Líquido	15	4.617	4.304	3.393
Ativos Biológicos	16	1.030	870	466
Ativos Intangíveis, Líquidos	17	2.691	1.904	1.498
Ativos Fiscais		9.450	9.892	10.764
Imposto de Renda e Contribuição Social - a Compensar		1.438	1.655	1.752
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	25b	7.646	7.867	8.558
Outros		366	370	454
Outros Ativos - Não Financeiros	21a	2.345	2.299	2.045
Bens Destinados a Venda		32	92	115
TOTAL DO ATIVO		275.635	213.504	218.441

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A

Balança Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 2009 e 2010

(Em Milhões de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2010	31/12/2009	Balanco de Abertura - 01/01/2009
Recursos Captados		187.876	141.348	148.274
Depósitos	18	74.129	67.634	73.231
Captações no Mercado Aberto	20a	73.020	46.792	44.065
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	19	488	235	105
Recursos de Mercados Interbancários	20a	22.894	15.860	18.947
Recursos de Mercados Institucionais	20c	17.345	10.827	11.926
Derivativos	7	2.077	1.976	5.081
Outros Passivos Financeiros	21b	14.999	9.585	8.892
Provisão de Seguros e Previdência Privada	29	20.797	17.003	14.485
Passivos de Planos de Capitalização		952	802	746
Provisões	31	5.581	5.101	6.404
Obrigações Fiscais		5.650	5.658	3.686
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		364	131	394
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas	25b	3.114	2.839	2.376
Outras		2.172	2.688	916
Outros Passivos não financeiros	21b	8.524	6.193	9.975
Total do Passivo		246.456	187.666	197.542
Patrimônio Líquido				
Capital Social	22a	13.266	13.000	10.000
Ações em Tesouraria	22a	-	(15)	(46)
Capital Adicional Integralizado	22c	12	12	-
Reservas		13.129	11.836	12.510
Prejuízos Acumulados		-	(1.601)	(3.061)
Resultado Abrangente Acumulado		(105)	(43)	(44)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		26.302	23.189	19.359
Participações de Acionistas não Controladores		2.877	2.649	1.539
Total do Patrimônio Líquido		29.179	25.838	20.898
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		275.635	213.504	218.441

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A

Demonstração Consolidada do Resultado

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em Milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	31/12/2010	31/12/2009
Vendas de Produtos e Serviços		5.240	4.299
Receita de Juros e Rendimentos		28.210	26.050
Ganhos (Perdas) Líquido com Ativos e Passivos financeiros		698	1.042
Receita de Dividendos		75	97
Receita de Prestação de Serviços Financeiros		7.239	7.670
Receita de Prêmios de Operações de Seguros e Previdência	29	4.989	5.007
Outras Receitas Operacionais	24a	1.041	1.225
Despesas de Juros e Rendimentos		(9.742)	(7.064)
Perdas com Créditos, Recebíveis e Sinistros		(8.819)	(9.488)
Despesas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11b	(5.686)	(5.560)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		1.534	792
Despesas com Sinistros e Variações nas Provisões		(4.667)	(4.720)
Custo dos Produtos e Serviços		(3.624)	(3.330)
Outras Despesas Operacionais	24b	(2.691)	(3.870)
Despesas Gerais e Administrativas	24c	(14.054)	(12.447)
Despesas Tributárias		(1.660)	(1.617)
Resultado de Participação em Empresas Não Consolidadas	14b	161	135
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		7.063	7.709
Impostos de Renda e Contribuição Social Correntes	25	(1.596)	(2.037)
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	25	(454)	(923)
LUCRO LÍQUIDO		5.013	4.749
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		4.417	4.362
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		596	387
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO			
Ordinárias	26	1,01	1,03
Preferenciais	26	1,01	1,03
Média ponderada da quantidade de ações em circulação - Básica e Diluída			
Ordinárias		1.676.313.114	1.620.340.077
Preferenciais		2.686.114.746	2.597.394.834

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
Período Findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em Milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	31/12/2010	31/12/2009
LUCRO LÍQUIDO		5.013	4.749
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		56	243
Variação de Valor Justo		92	405
Efeito fiscal		(36)	(162)
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		(93)	(294)
Hedge de fluxo de caixa		(25)	51
Variação de Valor Justo		(42)	85
Efeito fiscal		17	(34)
Total do Resultado Abrangente		4.951	4.749
Resultado Abrangente Atribuível a Participação dos Acionistas Controladores		4.355	4.362
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas não Controladores		596	387

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em Milhões de Reais)

	01/01 a 31/12/2010	01/01 a 31/12/2009
Lucro Líquido	5.013	4.749
Ajustes ao Lucro Líquido:	10.169	11.687
Opções de Outorgas Reconhecidas	48	42
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.686	5.560
Variação das Provisões de Seguros e Previdência	3.410	3.093
Receitas de Operações de Capitalização	(170)	(154)
Depreciações, Amortizações e Exaustão	1.221	1.182
Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	(270)	(155)
Tributos Diferidos	454	923
Resultado de Participações em Empresas Não Consolidadas	(161)	(135)
Ganho de Capital na Associação com a Porto Seguro	-	(332)
(Ganho) Perda em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(65)	(31)
(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda	51	18
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos	-	(2)
(Ganho) Perda na Alienação de Imobilizado	4	5
(Ganho) Perda nos Distratos de Operações Intangíveis	(20)	-
Perda por Impairment de Intangível	7	-
Outros	(26)	1.673
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	(24.495)	(1.151)
(Aumento) Redução em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.169	1.215
(Aumento) Redução em Aplicações no Mercado Aberto	8.178	7.653
(Aumento) Redução em Aplicações em Depósitos compulsórios no Banco Central	(26.312)	(232)
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	(21.624)	938
(Aumento) Redução em Derivativos (Ativos/Passivos)	(676)	1.033
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Designados a Valor Justo	25	83
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(24.159)	(6.447)
(Aumento) Redução em Estoques	25	10
(Aumento) Redução em Ativos Fiscais	411	505
(Aumento) Redução em Outros Ativos Financeiros	(5.118)	2.059
(Aumento) Redução em Outros Ativos	156	(470)
(Redução) Aumento em Depósitos	4.449	(6.668)
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	24.745	4.964
(Redução) Aumento em Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	246	131
(Redução) Aumento em Recursos de Mercados Interbancários	6.526	(2.988)
(Redução) Aumento em Provisão de Seguros e Previdência	(140)	(1.286)
(Redução) Aumento em Passivos de Planos de Capitalização	295	955
(Redução) Aumento em Provisões	173	(2.012)
(Redução) Aumento em Obrigações Fiscais	2.049	1.794
(Redução) Aumento em Outros Passivos Financeiros	5.119	96
(Redução) Aumento em Outros Passivos	1.105	(956)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.137)	(1.528)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(9.313)	15.285
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos de Investimentos em Empresas Não Consolidadas	38	27
Recursos da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6.410	7.272
Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento	105	56
Alienação de Bens Destinados a Venda	73	135
Alienação de Investimento no Unibanco Saúde Seguradora S.A.	20	-
Alienação de Investimento no Unibanco Rodobens Adm. De Consórcios S.A.	15	-
Alienação de Investimento na Cia. Hipotecária Unibanco Rodobens	4	-
Caixa Líquido Recebido na Compra da Satipel	-	55
Aquisição de Participação Adicional no Itaú Unibanco Holding S.A.	(1.649)	-
Alienação de Investimentos	86	-
Alienação de Imobilizado de Uso	50	18
Distratos de Contratos do Intangível	60	-
Aquisição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(6.447)	(4.887)
Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	(213)	-
Aquisição de Investimentos	1	(360)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.047)	(532)
Aquisição de Intangível	(229)	(377)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.723)	1.407
Captação em Mercados Institucionais	5.737	4
Resgate em Mercados Institucionais	(657)	(1.545)
Ingresso de Financiamentos	979	486
Pagamento de Financiamentos	(940)	(627)
Variação da Participação dos Acionistas Não Controladores	4	47
Aquisição de Participação Adicional de Acionistas Não Controladores da Redecard	-	(210)
Subscrição de Ações	266	450
Aquisições de Ações para Tesouraria	-	(15)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas Não Controladores	(372)	(166)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(1.644)	(1.624)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	3.373	(3.200)
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(8.663)	13.492
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	25.883	13.438
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	(231)	(1.047)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	16.989	25.883
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa		
Juros Recebidos	29.167	31.301
Juros Pagos	15.028	12.412
Transações Não Monetárias		
Empréstimos Transferidos para Bens Destinados a Venda	25	78
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Declarados e Ainda Não Pagos	832	739
Aumento de Participação de não controladores na compra da Satipel pela Duratex	-	1.096

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração do Valor Adicionado Consolidada
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em Milhões de Reais)

	01/01 a 31/12/2010	%	01/01 a 31/12/2009	%
RECEITAS	44.649		41.891	
Vendas de Produtos e Serviços	6.099		5.102	
Resultado das Operações com Seguros e Previdência	4.989		5.007	
Juros, Rendimentos, Dividendos e Prestação de Serviços Financeiros	36.222		34.859	
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.152)		(4.768)	
Outras	1.491		1.691	
DESPESAS	(21.181)		(19.685)	
Juros e Rendimentos	(9.742)		(7.064)	
Sinistros	(4.380)		(4.735)	
Outras	(7.059)		(7.886)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(7.921)		(6.612)	
Custos dos Produtos e dos Serviços	(3.624)		(3.330)	
Materiais	(166)		(107)	
Serviços de Terceiros	(987)		(889)	
Outras	(3.144)		(2.286)	
Processamento de Dados e Telecomunicações	(1.103)		(841)	
Propaganda, Promoções e Publicidade	(459)		(353)	
Instalações	(570)		(347)	
Transporte	(217)		(139)	
Segurança	(164)		(141)	
Viagens	(61)		(43)	
Outras	(570)		(422)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	15.547		15.594	
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(1.221)		(1.182)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	14.326		14.412	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	161		135	
Resultado de Participação em Empresas Não Consolidadas	161		135	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	14.487		14.547	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	14.486	100,00%	14.547	100,00%
Pessoal	4.465	30,82%	3.987	27,41%
Remuneração Direta	3.504		3.398	
Benefícios	718		404	
F.G.T.S.	243		185	
Impostos, Taxas e Contribuições	5.300	36,59%	5.896	40,53%
Federais	4.854		5.447	
Estaduais	200		235	
Municipais	246		214	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis e Juros	304	2,10%	302	2,08%
Remuneração de Capitais Próprios	4.417	30,49%	4.362	29,98%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados	1.191		1.407	
Lucros Retidos do Exercício	2.630		2.568	
Participação dos acionistas não-controladores nos Lucros Retidos	596		387	

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2010

(Em Milhões de Reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2010	31/12/2009	Balanco de Abertura 01/01/2009
Ativos Financeiros		1.028	1.839	1.730
Disponibilidades	3	-	136	-
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		489	845	769
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		29	-	9
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio a Receber		510	858	952
Ativos Fiscais		519	291	329
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		136	72	96
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos		383	219	233
Investimentos	14	25.768	21.662	18.605
Imobilizado, Líquido		7	7	7
Ativos Intangíveis	17	832	22	-
Outros Ativos não Financeiros		64	121	37
Depósitos em Garantia		50	36	33
Outros Créditos Diversos		14	85	4
TOTAL DO ATIVO		28.218	23.943	20.708

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em Milhões de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2010	31/12/2009	Balanço de Abertura 01/01/2009
Recursos Captados em Mercados Institucionais - Debêntures	20	1.064	-	-
Obrigações Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social		104	47	31
Provisões		14	36	10
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio a Pagar		712	667	1.303
Outros passivos não financeiros		22	4	4
TOTAL DO PASSIVO		1.916	754	1.348
Patrimônio Líquido	22	26.302	23.189	19.359
Capital Social		13.266	13.000	10.000
Ações em Tesouraria		-	(15)	(46)
Capital Adicional Integralizado		12	12	-
Reservas		13.129	11.836	12.510
Prejuízos Acumulados		-	(1.601)	(3.061)
Resultado Abrangente Acumulado		(105)	(43)	(44)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		28.219	23.943	20.708

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO INDIVIDUAL
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Em Milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	01/01 a 31/12/2010	01/01 a 31/12/2009
RECEITAS OPERACIONAIS (Líquidas)		4.663	4.585
Ganhos líquidos com Ativos Financeiros		41	141
Resultado de Equivalência Patrimonial	14	4.465	4.369
Outras Receitas Operacionais		157	75
DESPESAS OPERACIONAIS		(424)	(179)
Despesas Gerais e Administrativas		(51)	(42)
Outras Despesas Operacionais		(167)	(135)
Despesa Financeira		(206)	(2)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		4.239	4.406
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		178	(43)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		1	(4)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		177	(39)
LUCRO LÍQUIDO		4.417	4.362
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO / DILUÍDO			
Ordinárias	26	1,01	1,03
Preferenciais	26	1,01	1,03
MÉDIA PONDERADA DA QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO - BÁSICA / DILUÍDA			
Ordinárias	26	1.676.313.114	1.620.340.077
Preferenciais	26	2.686.114.746	2.597.394.834

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 21)
 Período Findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009
 (Em milhões de reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores					Resultado Abrangente		Total do Patrimônio Líquido - Acionistas não Controladores	Total				
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Capital Adicional Integrado	Reservas Integradas - De Capital e de Lucros	Reservas a Integralizar	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Lucros Acumulados			Disponível para Venda	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Fluxo de Caixa	
Saldo em 01/01/2009	10.000	(46)	-	12.510	-	-	(3.061)	3	-	(47)	19.359	1.539	20.899
Transações com os Acionistas Controladores													
Compra de Ações em Tesouraria		(15)									(15)		(15)
(-) Cancelamento de ações em Tesouraria		46		(46)							(0)		(0)
Aquisição de Participação de Acionistas não Controladores da Redecard			(179)								(179)	(12)	(191)
Efeito da compra pela subsidiária Duratec do controle da Satipel			192								192	854	1.046
Subscrição de Ações	450										450		450
Capitalização de Reservas	2.550			(2.550)							-		-
Outorga de Opções - Despesas Reconhecidas no Exercício				42							42		42
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio						(1.026)					(1.026)		(1.026)
Dividendo - valor a ser proposto excedente ao mínimo obrigatório						(380)	380				-	(166)	(166)
Dividendos pagos para não controladores											-		-
Variação da Participação dos Acionistas Minoritários				(218)		223					-	47	52
Outros						4.362		243	(294)	51	4.362	387	4.749
Total do Resultado Abrangente						(145)					-		-
Lucro Líquido				145		(145)					-		-
Outros Resultados Abrangentes no Exercício				1.573		(1.573)					-		-
Destinações:													
Reserva Legal													
Reservas Estatutárias													
Saldo em 31/12/2009	13.000	(15)	12	11.456	-	380	(1.601)	246	(294)	5	23.189	2.649	25.838
Saldo em 01/01/2010	13.000	(15)	12	11.456	-	380	(1.601)	246	(294)	5	23.189	2.649	25.838
Transações com os Acionistas Controladores													
Subscrição de Ações	266										266		266
(-) Cancelamento de ações em Tesouraria		15		(15)							-		-
Varição em participação de não controladores												(49)	-
Outorga de Opções - Despesas Reconhecidas no Exercício				48							48		48
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio						(1.192)					(1.192)		(1.192)
Dividendo - valor a ser proposto excedente ao mínimo obrigatório						(445)	445				-		-
Dividendo - excedente ao mínimo obrigatório exercícios anteriores						(380)	(380)				(380)		(380)
Dividendos pagos para não controladores											-		-
Variação da Participação dos Acionistas Minoritários						16					-	53	69
Outros						4.417		56	(93)	(25)	4.417	596	5.013
Total do Resultado Abrangente											-		-
Lucro Líquido											-		-
Outros Resultados Abrangentes no Exercício											-		-
Destinações:													
Reserva Legal				221		(221)					-		-
Reservas a Integralizar				974		(974)					-		-
Saldo em 31/12/2010	13.266	(0)	12	11.710	974	445	0	302	(387)	(20)	26.302	2.877	29.179

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individual
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em Milhões de Reais)

	01/01 a 31/12/2010	01/01 a 31/12/2009
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	(374)	25
Lucro Líquido	4.417	4.362
Ajustes ao Lucro Líquido:	(4.791)	(4.337)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(4.465)	(4.369)
Impostos Diferidos	(177)	31
Outros	(149)	1
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	464	(76)
(Aumento) Redução em Outros Ativos não Financeiros	23	(17)
(Redução) Aumento em Provisões e Contas a Pagar e Outros Passivos não Financeiros	114	28
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(1)	(11)
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	328	(76)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	90	(51)
Alienação de Investimentos	86	-
Aquisição de Investimentos	(1.649)	(51)
Aquisição de Intangíveis	-	(22)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1)	(1)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	1.570	1.489
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	6	1.415
Subscrições de Ações	266	451
Aquisição de Ações para Tesouraria	-	(15)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	(1.498)	(1.664)
Emissão de recursos institucionais - Debêntures	1.000	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(232)	(1.228)
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(136)	136
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	136	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	-	136

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração do Valor Adicionado Individual
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em Milhões de Reais)

	01/01 a 31/12/2010	%	01/01 a 31/12/2009	%
RECEITAS	198		216	
Ganhos (Líquidos) com Ativos Financeiros	41		141	
Outras Receitas Operacionais	157		75	
DESPESAS	(196)		(2)	
Outras Despesas	(196)		(2)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(29)		(22)	
Materiais, Energia, Serviços e Outros	(22)		(15)	
Serviços de Terceiros	(5)		(5)	
Outras	(2)		(2)	
Propaganda, Promoções e Publicidade	(2)		(2)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	(27)		192	
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(1)		(1)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(28)		191	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	4.465		4.369	
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.465		4.369	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	4.437	100,00%	4.560	100,00%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	4.437		4.560	
Pessoal	20	0,45%	18	0,39%
Remuneração Direta	18		16	
Benefícios	1		1	
F.G.T.S.	1		1	
Impostos, Taxas e Contribuições	-	0,00%	180	3,95%
Federais	-		180	
Remuneração de Capitais de Terceiros	-	0,00%	-	0,00%
Aluguéis	-		-	
Remuneração de Capitais Próprios	4.417	99,55%	4.362	95,66%
Juros sobre o Capital Próprio	1.191		1.407	
Lucros Retidos do Exercício	3.226		2.955	

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhões de reais)

NOTA 01 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participa, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Por intermédio de suas controladas, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças e metais sanitários (Duratex), tecnologia da informação (Itautec) e produtos químicos (Elekeiroz) – conforme demonstrado na Nota 32 “Informações por segmentos”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 61,1% das ações ordinárias e 18,0% das ações preferenciais.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas elaboradas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 28 de março de 2011.

NOTA 02 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão descritas abaixo.

2.1 BASES DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são publicadas com as demonstrações contábeis consolidadas. Estas são as primeiras demonstrações contábeis apresentadas de acordo com os CPC e IFRS pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (“BRGAAP anterior”) e os CPC/IFRS estão conciliadas na nota 2.5 b, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado abrangente.

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da ITAÚSA, as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme o IFRS seria custo ou valor justo.

Até 31 de dezembro de 2009, as demonstrações contábeis da ITAÚSA eram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP anterior”), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela CVM que diferem em certos aspectos do IFRS. Ao elaborar as demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício de 2010, a administração alterou determinados métodos de contabilização e de avaliação das demonstrações contábeis em BRGAAP para conformidade com o novo padrão contábil.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRSs e vice-versa.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

A fim de possibilitar adequada análise das demonstrações contábeis da ITAÚSA, encontra-se descrito a seguir o evento significativo ocorrido durante o exercício de 2010.

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation (BAC) vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding. As ações preferenciais foram negociadas fora do Brasil e as ações ordinárias foram adquiridas pela ITAÚSA, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding de 35,46% para 36,57%. Esta operação gerou um valor preliminarmente determinado de ágio de R\$ 809 contabilizado na rubrica Intangível.

2.2 PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

a) Pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis consolidadas e não foram adotadas pela ITAÚSA antecipadamente:

- IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”: o pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o “IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. O IFRS 9 simplifica o modelo de mensuração de ativos financeiros, estabelecendo duas categorias de mensuração principais: custo amortizado e valor justo (as categorias de disponível para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e adiantamentos deixarão de existir).

A classificação será baseada no modelo de negócios da entidade para o gerenciamento e características contratuais dos fluxos de caixa dos ativos financeiros. Reclassificações entre as duas categorias são proibidas, a menos que haja alteração no modelo de negócios da entidade.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender aos dois critérios seguintes: (i) o objetivo do modelo de negócios é manter o ativo financeiro para o recebimento dos fluxos de caixa contratuais; e (ii) os fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros referem-se apenas ao pagamento do principal e juros sobre o valor em aberto. Quando classificados ao valor justo, as alterações no valor justo são reconhecidas no resultado, exceto no caso das participações societárias em que a entidade tem a opção de designar um instrumento, que não é mantido para negociação, ao valor justo, por meio de outros resultados abrangentes. Se essa opção for exercida, as alterações subsequentes no valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, sem reconhecimento dos ganhos e perdas em resultado. Dividendos recebidos continuarão a ser reconhecidos no resultado.

Somente é permitido designar ao valor justo um ativo financeiro que atenda aos critérios de custo amortizado se essa classificação reduzir ou alterar inconsistências contábeis. Essa designação deve ser realizada no reconhecimento inicial e deve ser irrevogável.

A norma será vigente para os períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013, sendo permitida sua adoção antecipada. O IFRS 9 deve ser aplicado retrospectivamente, e, se for adotado em data anterior a 1º de janeiro de 2012, a entidade estará isenta de divulgar informações comparativas.

As próximas etapas deste projeto de substituição do IAS 39 irão abordar o tratamento da redução ao valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e o hedge accounting. O IASB já indicou que pretende finalizar a substituição do IAS 39 em junho de 2011. Os impactos do IFRS podem ocorrer como uma consequência de novos desenvolvimentos resultantes do projeto do IASB. Assim, não é possível quantificar os impactos do IFRS na data da publicação destas demonstrações contábeis.

- Alteração do IFRIC 14 – “IAS 19 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provisão de Recursos e sua Interação”: remove as consequências não intencionais do IFRIC 14 relacionada a pagamentos antecipados voluntários de planos de pensão quando existe um requerimento mínimo de financiamento. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo, em vez de despesa. A alteração entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011. Não esperamos impactos relevantes.
- IAS 24 Revisado – “Divulgação de Partes Relacionadas” emitido em novembro de 2009: substitui o IAS 24 “Divulgação de Partes Relacionadas” emitido em 2003. A norma revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo de divulgarem detalhes de todas as transações com o governo e outras entidades relacionadas com este. Sua aplicação é obrigatória para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011. Não esperamos impactos relevantes.

b) Interpretações e alterações de pronunciamentos que ainda não estão em vigor e não são relevantes para as operações da ITAÚSA

- Alteração do IAS 32 – “Instrumentos Financeiros Apresentação – Classificação dos Direitos de Ações”: essa alteração permite que direitos, opções ou warrants para adquirir um número fixo dos próprios instrumentos de capital da entidade por um valor fixo em qualquer moeda sejam classificados como instrumentos de capital, contanto que a entidade ofereça direitos, opções ou warrants de maneira proporcional a todos os seus proprietários da mesma classe de seus próprios instrumentos de capital não derivativos. Sua aplicação é obrigatória para períodos iniciados em ou após 1º de fevereiro de 2010.

- IFRIC 19 – “Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital”: esclarece as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor, e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente. Sua aplicação é obrigatória para períodos iniciados em ou após 1º de julho de 2010. Alteração do IFRS 1 – “Primeira adoção de IFRS – Isenção Limitada a Partir das Divulgações Comparativas do IFRS 7 para a Entidades que Fazem a Adoção pela Primeira Vez”: Oferece, para entidades que adotam pela primeira vez o IFRS e para períodos iniciados em ou após 1º de julho de 2010, as mesmas opções que foram dadas aos usuários atuais do IFRS na adoção do IFRS 7. Também esclarece as regras de transição das alterações ao IFRS 7.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas incorridos durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e julgamentos são avaliados em base contínua, e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente sua carteira de operações de créditos a cliente para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante com provisão para créditos de liquidação duvidosa que deve ser registrada nas demonstrações contábeis consolidadas do resultado para um determinado crédito ou para uma determinada classe de créditos, a ITAÚSA e suas controladas exercem seus julgamentos quanto à existência de dados observáveis indicando um evento de perda. Esta evidência pode incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos e esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável. A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar a quantidade e o momento dos fluxos de caixa futuros são revistos regularmente para reduzir diferenças entre as estimativas e a perdas efetivas.

O montante de provisão em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 7.312.

Caso o valor presente líquido dos fluxos de caixa estimado se afastar em +1% ou -1%, a provisão para créditos de liquidação duvidosa aumentaria ou diminuiria aproximadamente R\$ 1.007.

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4(f) (vii).

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4(n), ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e créditos e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que ITAÚSA irá gerar lucro tributável futuro em relação aos quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 25.

O montante de ativo fiscal diferido em 31 de Dezembro de 2010 era de R\$ 9.891 .

c) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo em 31 de dezembro de 2010 totalizam ativos no valor de R\$ 62.268 (dos quais R\$ 2.846 são derivativos) e passivos no valor de R\$ 2.565 (dos quais R\$ 2.077 são derivativos). O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A ITAÚSA e suas controladas utilizam seu julgamento para escolher diversas metodologias e definir as premissas a serem utilizadas nos cálculos. Essas premissas baseiam-se principalmente em informações e nas condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância por relevância dos inputs usados no processo de mensuração. Há três níveis referentes à hierarquia de valor justo, que estão detalhados na Nota 30.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data-base.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 30.

d) Planos de pensão de benefício definido

Em 31 de dezembro de 2010 o montante de R\$ 89 foi reconhecido como ativo de benefício definido em relação aos planos de pensão de benefício definido. O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A ITAÚSA e suas controladas determinam a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a ITAÚSA e suas controladas consideram as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma redução de 0,5% em relação às estimativas atuais da Administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão aumentaria em R\$ 515.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 29.

e) Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como “Prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 31.

f) Mensuração do valor recuperável de ágios

A ITAÚSA e suas controladas testam anualmente eventuais perdas em ágios, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.4(k). Os saldos poderão ser impactados por mudanças no cenário econômico ou mercadológico.

g) Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Nas datas-base de divulgação das demonstrações contábeis, a ITAÚSA e suas controladas possuem como prática a verificação quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior. Os critérios de cálculo para uma eventual redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e de ativos intangíveis são discutidos em detalhes nas notas 2.4j, 2.4k e 2.4l.

h) Valor justo das opções de outorga de ações

O valor justo das opções de outorga de ações, sobre as quais não existe um mercado ativo, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A ITAÚSA e suas subsidiárias utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

i) Ativos biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 16. Para plantações imaturas (até dois anos de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos de formação desses ativos são reconhecidos na demonstração de resultado conforme incorridos e são apresentados líquidos dos efeitos da variação do valor justo do ativo biológico em conta própria no demonstrativo de resultado.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO

• Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 – “Demonstrações Consolidadas”, controlada é a entidade na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

Subsidiárias são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido à ITAÚSA. O método de compra é utilizado para registrar a aquisição das controladas. O custo de uma aquisição é mensurado pelo valor justo da importância paga na data da transação, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis, as contingências e os passivos assumidos são inicialmente mensurados ao valor justo na data da aquisição. Qualquer quantia paga na aquisição que ultrapasse o valor justo da participação sobre os ativos identificáveis, as contingências e os passivos adquiridos é registrada como ágio. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo da participação, o deságio identificado é reconhecido diretamente no resultado, na data de aquisição.

As entidades que são controladas pela ITAÚSA CONSOLIDADO são consolidadas até a data em que haja a perda de controle. As transações entre empresas da ITAÚSA CONSOLIDADO são eliminadas na consolidação.

• Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”)

De acordo com SIC 12 – “Consolidation – Special Purpose Entities”, consolidamos as sociedades de propósito específico, quando a substância do relacionamento entre a ITAÚSA CONSOLIDADO e as SPEs indica que elas são controladas pela ITAÚSA CONSOLIDADO. As seguintes circunstâncias podem evidenciar controle:

- Em substância, as atividades das SPEs estão sendo conduzidas em favor da ITAÚSA CONSOLIDADO, de acordo com as necessidades específicas do negócio e a ITAÚSA CONSOLIDADO obtém benefícios de sua operação;

- Em substância, a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o poder de decisão para obter a maioria dos benefícios das atividades das SPEs ou a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o poder de delegar tais poderes;
- Em substância, a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o direito de obter a maioria dos benefícios das SPEs e por consequência pode estar exposto aos riscos inerentes à suas atividades; ou
- Em substância, a ITAÚSA CONSOLIDADO retém a maioria dos riscos residuais das SPEs ou seus ativos, com o fim de obter os benefícios de suas atividades.

• Entidades sob Controle Conjunto (Joint Ventures)

O CPC 19 – Investimento em Empreendimento controlado em conjunto (“Joint Ventures”), em seu parágrafo 3, define entidades sob controle conjunto da seguinte forma:

Controle conjunto é o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre uma atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle (os empreendedores).

Empreendimento controlado em conjunto (joint venture) é o acordo contratual em que duas ou mais partes se comprometem à realização de atividade econômica que está sujeita ao controle conjunto.

O CPC 19, parágrafos 30 e 40, também determina que os investimentos controlados em conjunto devem ser contabilizados pelo método da consolidação proporcional, não sendo permitida a aplicação do método da equivalência patrimonial no consolidado.

O objetivo social exclusivo da ITAÚ UNIBANCO PARTICIPAÇÕES, que é consolidada proporcionalmente pela ITAÚSA CONSOLIDADO, consiste na titularidade e no exercício do controle acionário do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, devendo manter, de forma direta e em caráter permanente, a propriedade de ações representativas de, pelo menos, 51% das ações com direito a voto de emissão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Considerando as práticas contábeis estabelecidas pelo CPC 19 – Investimento em Empreendimento Controlado em conjunto (Joint Venture), o controlador deve privilegiar a essência e a realidade econômica do acordo contratual de acionistas para fins de consolidação das demonstrações contábeis das entidades controladas em conjunto. A essência e a realidade econômica do acordo são refletidas nas demonstrações contábeis consolidadas do controlador quando este reconhece sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas da entidade controlada em conjunto utilizando o método de consolidação proporcional. Neste contexto, as demonstrações contábeis da IUPAR – ITAÚ UNIBANCO PARTICIPAÇÕES e de sua subsidiária ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por tratar-se de uma entidade financeira sob controle compartilhado da ITAÚSA CONSOLIDADO, são consolidadas proporcionalmente pela ITAÚSA.

O IAS 31 “Interests in Joint Ventures” permitiria que esse investimento controlado em conjunto fosse tratado contabilmente pelo método de equivalência patrimonial, porém, o CPC 19 não oferece essa alternativa, ratificando a obrigatoriedade da consolidação proporcional.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA CONSOLIDADO que são consolidadas proporcionalmente nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	Pais de constituição	Atividade	Porcentagem do capital votante em 31/12/2010	Porcentagem do capital votante em 31/12/2009
Áreas de Serviços Financeiros - Controle Conjunto				
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Banco	36,57%	35,46%
Área Industrial - Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	35,32%	35,26%
Elekeiroz S.A.	Brasil	Produtos Químicos	96,60%	96,45%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	94,01%	94,01%

CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL DO ITAÚ UNIBANCO HOLDING

Consolidação proporcional é o método de contabilização pelo qual a participação do empreendedor nos ativos, passivos, receitas e despesas da entidade controlada em conjunto são combinadas, linha a linha, com itens similares nas demonstrações contábeis do empreendedor, ou em linhas separadas nessas demonstrações contábeis.

Pelos termos definidos no Acordo de Acionistas da IUPAR (Itaú Unibanco Participações), a ITAÚSA e a Família Moreira Salles exercem o controle compartilhado da ITAÚ UNIBANCO HOLDING, com plenos direitos de sócios, que asseguram de modo permanente a maioria dos votos nas deliberações da Assembléia Geral e o poder de eleger a maioria dos administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas controladas, usando efetivamente seu poder para dirigir todas as suas atividades.

Em decorrência da consolidação proporcional do Itaú Unibanco Holding, para melhor entendimento, as notas explicativas cujos valores têm maior correlação com a atividade financeira estão sendo apresentadas com os valores integrais do Itaú Unibanco Holding com a indicação do valor correspondente à participação da ITAÚSA. Para as demais notas, os valores já estão apresentados na proporção da participação societária.

Os ajustes referentes a consolidação proporcional estão demonstrados na nota 36.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional.

O CPC 02 – “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis” define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente a precificação de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço;
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado abrangente acumulado.

II) Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado em Outras Receitas e Outras Despesas Operacionais exceto os ganhos e perdas cambiais sobre itens de resultado abrangente que são reconhecidos no “Resultado Abrangente” junto com o item correspondente.

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no valor contábil do instrumento. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável são reconhecidas em resultado abrangente acumulado até o “desreconhecimento” ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

A ITAÚSA CONSOLIDADO define como caixa e equivalentes a caixa, as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no balanço patrimonial consolidado na rubrica de "Disponibilidades"), Aplicações em depósitos interfinanceiros e Aplicações no mercado aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 03.

d) APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

A ITAÚSA CONSOLIDADO apresenta suas aplicações de depósitos interfinanceiros em seu balanço patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 18.

e) APLICAÇÕES E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (OPERAÇÕES COMPROMISSADAS)

A ITAÚSA CONSOLIDADO possui operações de compra com compromisso de revenda ("compromisso de revenda") e de venda com compromisso de recompra ("compromisso de recompra") de ativos financeiros.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no balanço patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método dos juros efetivos. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de juros e rendimentos e Despesas de juros e rendimentos, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em nossos compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de nossos compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse das aplicações no mercado aberto é temporariamente transferida ao comprador. Monitoramos rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajustamos o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações contábeis consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial para a rubrica "Ativos financeiros - dados em garantia".

f) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

De acordo com o CPC 38 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – mantidos para negociação;
- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – designados a valor justo;
- Ativos financeiros disponíveis para venda;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- Ativos financeiros empréstimos e recebíveis;
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

A ITAÚSA categoriza os instrumentos financeiros em classes que refletem a natureza e as características desses instrumentos financeiros, conforme demonstrado a seguir. .

A ITAÚSA classifica como empréstimos e recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades, Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 2.4(d)), Aplicações no mercado aberto (Nota 2.4(e)), Operações de crédito (Nota 2.4(f)(vi)) e Outros ativos financeiros (Nota 2.4(f)(viii)).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e “desreconhecidas”, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são “desreconhecidos” (baixados) quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando a ITAÚSA e suas controladas transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para “desreconhecimento” de acordo com os requerimentos do CPC 38. Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, a ITAÚSA e suas controladas devem avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede o “desreconhecimento”. Os passivos financeiros são “desreconhecidos” quando liquidados ou extintos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I. Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo. Os derivativos também são classificados como mantidos para negociação exceto quando são designados e efetivos como instrumentos de hedge contábil. A ITAÚSA e suas controladas optaram por divulgar os derivativos em linha segregada no Balanço Patrimonial consolidado (vide item III abaixo).

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros. As receitas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Receita de juros e rendimentos e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Despesa de juros e rendimentos.

II. Ativos e passivos financeiros designados a valor justo

São os ativos e passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Esta designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o CPC 38, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando sua aplicação reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando estes ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros – Ativos e passivos financeiros designados a valor justo através do resultado. As receitas de juros e rendimentos são reconhecidas em “Receita de juros e rendimentos” e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica “Despesa de juros e rendimentos. A ITAÚSA CONSOLIDADO designa certos ativos a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), pois sua avaliação é efetuada diariamente com base no valor justo.

A ITAÚSA e suas controladas designam certos ativos a valor justo através do resultado com a finalidade de reduzir, ou eliminar, inconsistências contábeis na mensuração ou no reconhecimento desses instrumentos financeiros.

III. Derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o contrato é firmado e são subsequentemente reavaliados a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando é negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Estes derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros exceto se a Administração optar por designar estes contratos híbridos, como um todo, na categoria a valor justo através do resultado.

Derivativos podem ser designados e podem ser qualificados como instrumento de “hedge” para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item objeto de hedge ou método de reconhecer os ganhos ou perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros, e que atendem aos critérios do CPC 38 são contabilizados como “hedge” contábil.

“Hedge” Contábil

De acordo com o CPC 38, para qualificar-se como “hedge” contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do “hedge”, existe designação e documentação formais da relação de “hedge” e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o “hedge”;
- é esperado que o “hedge” seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de “hedge” em particular;
- quanto ao “hedge” de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de “hedge” tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam em última análise afetar o resultado;
- a efetividade do “hedge” pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de “hedge” podem ser confiavelmente medidos; e
- o “hedge” é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das demonstrações contábeis para o qual o “hedge” foi designado.

O CPC 38 apresenta três estratégias de “hedge”: “hedge” de valor justo, “hedge” de fluxo de caixa e “hedge” de investimento líquido em investimento no exterior.

A ITAÚSA e suas controladas utilizam-se de derivativos como instrumento de “hedge” em estratégias de “hedge” de fluxo de caixa, conforme detalhado na Nota 8.

“Hedge” de fluxo de caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como “hedge” de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou perdas do derivativo é registrada na demonstração do resultado abrangente – Hedge de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por “hedge” afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva, ou os componentes de hedge excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no patrimônio e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de hedge relacionado é relatado.

Se o relacionamento de hedge é descontinuado por não mais atender aos requisitos de efetividade, o ganho ou perda reconhecido no patrimônio como uma reclassificação do resultado abrangente acumulado quando os fluxos de caixa que foram protegidos ocorrerem. Se for provável que a transação prevista não irá mais ocorrer conforme a estratégia original, qualquer montante relacionado ao derivativo registrado no patrimônio é imediatamente reconhecido no resultado como uma reclassificação do resultado acumulado abrangente.

IV. Ativos financeiros disponíveis para venda

De acordo com o CPC 38, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando não foram classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento e tais títulos podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo, que consiste inicialmente no montante pago incluindo quaisquer custos de transação. Os ganhos e perdas não realizados (exceto perdas por impairment, diferenças cambiais e dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado abrangente acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Receita de juros e rendimentos. O custo médio é usado para determinar os ganhos e perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativo e passivo financeiro – Ativos financeiros disponíveis para venda. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado como “Receita de dividendos” quando é provável que se estabeleça o direito da ITAÚSA CONSOLIDADO de receber tais dividendos e entradas de caixas de benefícios econômicos.

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia na data do balanço patrimonial se existe evidência que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em situação de perda de seu valor recuperável. No caso de instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, um declínio prolongado e significativo no valor justo, abaixo de seu valor de custo é uma evidência de redução do valor recuperável, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. Se existir evidência de perda para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na Demonstração consolidada do resultado como um ajuste de reclassificação do resultado abrangente acumulado.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado em relação com instrumentos de patrimônio não são revertidas através do resultado. No entanto, se em período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como ativo financeiro disponível para venda aumentar e este aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda, tal perda é revertida através do resultado.

V. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

De acordo com o CPC 38, os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que a ITAÚSA CONSOLIDADO tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, que é o valor pago incluindo os custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se a taxa efetiva de juros (conforme detalhado no item vi abaixo). Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Receita de juros e rendimentos.

Quando há redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a perda é registrada como uma redução de seu valor contábil e reconhecida na Demonstração consolidada do resultado. Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda, a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão também é reconhecido na Demonstração consolidada do resultado.

VI. Operações de crédito

As operações de crédito são inicialmente contabilizadas a valor justo, que é o valor para originá-las ou comprá-las, incluindo quaisquer custos de transação e mensurados subsequentemente a custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimado ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro que resulta no montante igual ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a ITAÚSA CONSOLIDADO estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda no valor recuperável, o valor contábil é reduzido. A receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor

contábil reduzida utilizando a taxa efetiva de juros utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da provisão para devedores duvidosos.

VII. Operações de arrendamento mercantil financeiro (como arrendador)

O reconhecimento inicial dos ativos mantidos em um arrendamento mercantil financeiro no Balanço Patrimonial é realizado na rubrica de Operações de crédito a um valor equivalente ao investimento líquido do arrendamento.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pela ITAÚSA CONSOLIDADO são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

VIII. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos estejam deteriorados. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda não temporária, caso exista a evidência objetiva de perda, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram, após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

O critério utilizado pela ITAÚSA CONSOLIDADO para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros;
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteira de varejo);
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos;
- Início de processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira identificada de créditos semelhantes. Geralmente, os períodos utilizados pela Administração são de 12 meses, sendo que os períodos observados para carteiras de créditos homogêneos oscilam dependendo da característica da carteira e podem variar entre 9 e 12 meses. A Administração optou por utilizar o período de 12 meses como sendo o mais representativo, sendo que os períodos observados para as carteiras de créditos avaliados individualmente por impairment é de, no máximo 12 meses, considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliados coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração, não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros, original do crédito. O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de crédito para o qual exista uma garantia recebida reflete os fluxos de caixa que podem ser resultantes da execução da garantia menos custos para obter e vender tal garantia, independentemente da execução da mesma ser provável ou não.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com

características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável para refletir, os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração para reduzir qualquer diferença entre estimativas de perda e a experiência de perda atual.

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de rating de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Quando um empréstimo é incobrável este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após os empréstimos apresentarem atraso nos pagamentos ou em 540 dias após tal atraso no caso de empréstimos com prazos originais iniciais superiores à 36 meses.

As operações de crédito cujos termos foram renegociados não são consideradas inadimplentes, mas consideradas como novos empréstimos. Em períodos posteriores se o ativo for considerado como inadimplente, será divulgado como inadimplente, quando os termos renegociados não forem honrados.

IX. Outros ativos financeiros

A ITAÚSA CONSOLIDADO apresenta estes ativos em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Receita de juros e rendimento.

X. Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e, inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração consolidada do resultado em Despesas de juros e rendimentos.

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Depósitos; Vide Nota 18;
- Captações no mercado aberto (conforme descrito anteriormente no item (e));
- Recursos de mercados interbancários;
- Recursos de mercados institucionais;
- Obrigações de planos de capitalização; e
- Outros passivos financeiros. Vide Nota 21.

g) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio de aquisição ou produção. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão-de-obra direta e outros custos diretos, excluindo os custos de empréstimos, e são reconhecidos no resultado quando os produtos são vendidos. Quando aplicável, é constituída provisão para desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas de venda variáveis aplicáveis.

h) INVESTIMENTOS EM EMPRESAS NÃO CONSOLIDADAS

O CPC 18 – Investimentos em Controladas e Coligadas define empresas não consolidadas ou associadas como aquelas empresas nas quais o investidor possui influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa geralmente representa uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em empresas não consolidadas inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração consolidada do resultado e sua participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida em suas reservas do Patrimônio Líquido correspondentes. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior a sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA CONSOLIDADO e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA CONSOLIDADO. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA CONSOLIDADO.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado.

i) COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (como arrendatário)

Como arrendatário, a ITAÚSA CONSOLIDADO possui contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

A ITAÚSA CONSOLIDADO arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Itaú Unibanco Holding detém, substancialmente, todos os riscos e benefício de sua propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem e o valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros passivos financeiros. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

As operações realizadas pela ITAÚSA CONSOLIDADO classificadas como arrendamentos operacionais têm sua despesa reconhecida na Demonstração consolidada do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período.

j) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas abaixo:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Edificações de uso	4
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10
Instalações de uso	10 a 20
Móveis e equipamentos de uso	10 a 20
Equipamentos de processamento de dados	20 a 50
Equipamentos industriais	5 a 20
Outros (Comunicação; Segurança e Transportes)	4 a 20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração consolidada do resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos custo de venda pode ser determinado em forma confiável. Não reconhecemos perdas por redução ao valor recuperável em ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Outras receitas ou Despesas gerais e administrativas.

k) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente, ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos custo de venda e/ou de seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas, independentemente, das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O CPC 01 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, aos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em empresas não consolidadas e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

l) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos e incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso.

O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos. Em 31 de dezembro de 2010, a ITAÚSA e suas controladas não possuíam ativos intangíveis gerados internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam anualmente seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração consolidada do resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são grupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos custo de venda pode ser determinado em forma confiável.

Os ativos intangíveis, exceto ágio, que sofreram perdas por redução dos seus valores recuperáveis são revisados a cada 30 de setembro de cada ano (data determinada por nós para ser a data para a realização do teste de redução ao valor recuperável) a fim de determinar se é apropriada a reversão da perda. Reconhecemos perdas por redução do valor recuperável de R\$ 7 em 31 de dezembro de 2010.

Conforme previsto pelo CPC 04 – “Ativo Intangível”, a ITAÚSA e suas subsidiárias elegeram o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

m) OUTROS ATIVOS – BENS DESTINADOS A VENDA

Os bens destinados à venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando de sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo valor justo.

Reduções subsequentes ao valor contábil do ativo são registradas como perda por reduções ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Despesas gerais e administrativas. Em caso de recuperação do valor justo menos os custos de venda, a perda reconhecida pode ser revertida.

n) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável e são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Obrigações fiscais - Correntes e Ativos fiscais – Impostos de renda e contribuição social a compensar, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e contribuição social diferidos e Obrigações fiscais - Diferidas, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado abrangente

acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Imposto de renda e contribuição social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado na rubrica de Despesas gerais e administrativas.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados:

	2010 e 2009
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social (*)	9%

(*) A partir de 01/05/2008, para as controladas financeiras e equiparadas, a alíquota foi alterada de 9% para 15% conforme artigos 17 e 41 da Lei nº 11.727 de 24/06/2008.

o) CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA

O CPC 11 – “Contratos de Seguros” define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contra parte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

A ITAÚSA CONSOLIDADO, através das subsidiárias do Itaú Unibanco Holding, emite contratos a clientes que contem riscos de seguros, riscos financeiros ou uma combinação de ambos. Um contrato sob o qual a ITAÚSA CONSOLIDADO aceita riscos significativos de seguro de seus clientes e concorda em compensá-los na ocorrência de um evento futuro incerto específico é classificado como contrato de seguro. O contrato de seguro também pode transferir risco financeiro, mas é contabilizado como contrato de seguro se o risco de seguro é significativo.

Contratos de investimento são aqueles que transferem risco financeiro significativo. Risco financeiro é o risco de uma mudança futura em uma ou mais variáveis como taxa de juros, preço dos ativos financeiros, preço das commodities, taxa de câmbio, índice de preços ou juros, classificação de risco de crédito ou índice de crédito ou outra variável.

Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, mas são tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo CPC 11.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 29 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de previdência privada

Segundo o CPC 11, um contrato de seguros é aquele que expõe o seu emitente a um risco de seguro significativo. O risco de seguro é significativo somente, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Os contratos onde estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB), garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, o contrato transfere o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

O pagamento de benefício adicional é considerado significativo em todos os cenários com substância comercial, desde a sobrevivência dos beneficiários pode exceder as estimativas de sobrevivência na tábua atuarial utilizada para definição do benefício acordado no contrato. A opção de conversão em um montante fixo pagável de forma vitalícia não é oferecida, havendo em todos os contratos o direito da contraparte em escolher o recebimento de uma renda vitalícia.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda pelo valor recuperável relacionados aos recebíveis de prêmios de seguros, a ITAÚSA CONSOLIDADO constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa utilizando os mesmos critérios descrito na Nota 2.4f VII.

Resseguros

Os prêmios de resseguro são lançados sobre o mesmo período relacionados aos prêmios dos seguros são contabilizados na demonstração do resultado.

No curso normal dos negócios, a ITAÚSA CONSOLIDADO ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). A ITAÚSA CONSOLIDADO ressegura a maior parte de seus riscos junto ao IRB Brasil Resseguros S.A., entidade controlada pelo governo brasileiro. Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos, mas ainda não reportados, e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecido se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas reservas de seguros e previdência privada.

Derivativos Embutidos

Em alguns casos, o CPC 11 exige que a entidade separe os derivativos embutidos relacionados aos contratos de seguros. Contudo, o A ITAÚSA CONSOLIDADO não identificou derivativos embutidos nos contratos de seguros existentes.

Teste de adequação do passivo

O CPC 11 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação através de um teste mínimo de adequação. Realizou-se o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando-se premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Como resultado deste teste, caso a análise demonstrasse que o valor contábil dos passivos de seguros (deduzindo-se os custos diferidos de aquisição dos contratos e ativos intangíveis de seguros) é inferior aos fluxos de caixa futuros esperados do contrato, seria contabilizada imediatamente no resultado do período qualquer deficiência identificada (após o lançamento dos custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados às carteiras deficitárias conforme a política contábil). Para a realização do teste

de adequação, os contratos de seguros são agrupados em carteiras que estão sujeitas, de forma geral, a riscos similares e cujos riscos são gerenciados conjuntamente como uma única carteira.

As premissas utilizadas para efetuar o teste de adequação do passivo estão detalhadas na Nota 29.

p) PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO

A ITAÚSA através do Itaú Unibanco Holding comercializa títulos de capitalização, nos quais são depositados pelos clientes valores específicos, dependendo do plano, que são resgatáveis pelo montante original adicionado de uma taxa de remuneração. Os clientes participam, durante o prazo do plano, de sorteios de prêmios em dinheiro.

Enquanto que para fins regulatórios no Brasil eles são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador, estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo o CPC 11 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo o CPC 38.

A receita dos planos de capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que a ITAÚSA tem a obrigação de reembolsar. Reconhecemos como despesa, o valor do passivo constituído para pagamento de prêmios em dinheiro mensurados atuarialmente.

q) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Planos de aposentadoria e outros benefícios pós-aposentadoria

A ITAÚSA e suas controladas são obrigadas a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países, onde operam que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas. Essas contribuições totalizaram R\$ 638 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Adicionalmente, a ITAÚSA e suas controladas patrocinam planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, contabilizados de acordo com o IAS 19 – “Employee benefits”.

Planos de pensão – planos de benefício definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por empresa atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos do governo brasileiro, denominados em reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado no período em que surgem na rubrica Despesas Gerais e Administrativas – Planos de aposentadoria e benefícios pós-aposentadoria.

Os seguintes montantes são reconhecidos na demonstração do resultado consolidada:

- O retorno esperado sobre ativos do plano e os ganhos ou as perdas correspondentes a diferença entre os retornos esperados e os atuais;
- Ganhos e perdas atuariais - são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou, e incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais;
- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente;
- Custo de juros - é o aumento durante o exercício no valor presente das obrigações como resultado do tempo decorrido.

De acordo com o CPC 33, uma redução é um evento que diminui significativamente os anos esperados de serviços futuros dos funcionários atuais ou que elimina ou reduz, para um número significativo de funcionários, a qualificação de benefícios para a totalidade ou parte dos seus serviços futuros. Já a liquidação é uma transação que é uma ação irrevogável, libera o empregador (ou o plano) da responsabilidade primária da obrigação de um benefício de pensão ou pós-aposentadoria, e, portanto elimina riscos significativos referentes à obrigação e aos ativos relacionados.

Um ganho ou perda na redução do plano é a soma de dois elementos: (a) o reconhecimento no resultado de um custo de serviço anterior diferido associado aos anos de serviço que não precisarão mais ser prestados e (b) a alteração na obrigação projetada do benefício. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício diminua, o resultado será um ganho de redução. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício aumente, o resultado será uma perda.

Quando ocorrer a liquidação, um ganho ou perda será reconhecido.

Planos de pensão - contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as contribuições aos planos efetuadas pela ITAÚSA e suas controladas são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras obrigações pós-emprego

Algumas das empresas adquiridas pela ITAÚSA ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e a ITAÚSA está comprometido pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico. Tais benefícios também são contabilizados de acordo com o CPC 33, de forma semelhante aos planos de benefícios definidos.

Outros benefícios pós-aposentadoria - Plano de outorga de opções de ações

As empresas do grupo ITAÚSA que têm planos de outorga contabilizam seus planos de opções de ações de acordo com o CPC 10 – “Pagamento Baseado em Ações”. O CPC 10 determina que a entidade calcule o custo dos serviços recebidos de seus funcionários em troca da outorga de instrumentos patrimoniais, baseada no valor justo dos mesmos na data de outorga das opções. Esse custo será reconhecido durante o período no qual o funcionário deva prestar serviços em troca da outorga dos instrumentos (prazo de carência). O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco, a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção, ajustados a outros fatores relevantes e às características únicas de tais instrumentos.

r) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de opções de ações são contabilizados de acordo com o IFRS 2 – “Share-based payment” que determina que a entidade calcule o custo dos serviços recebidos de seus funcionários em troca da outorga de instrumentos patrimoniais, baseada no valor justo dos mesmos na data de outorga das opções. Esse custo será reconhecido durante o período no qual o funcionário deva prestar serviços em troca da outorga dos instrumentos (prazo de carência).

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente ao patrimônio líquido.

Quando as opções forem exercidas, a companhia geralmente dá ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco, a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo Itaú Unibanco Holding correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações.

s) GARANTIAS FINANCEIRAS

De acordo com o CPC 38 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, o emissor de um contrato de garantia financeira possui uma obrigação e deve reconhecê-la inicialmente seu valor justo. Subsequentemente esta obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre o valor inicialmente

reconhecido menos a amortização acumulada e o valor determinado de acordo com o CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

A ITAÚSA e suas controladas reconhecem no Balanço Patrimonial consolidado como uma obrigação na rubrica “Outros passivos”, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Este valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração consolidada do resultado na rubrica “Tarifas de serviços bancários”.

Após a emissão, se com base na melhor estimativa concluirmos que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

t) ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com o CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas, exceto quando a Administração da ITAÚSA entende que sua realização é virtualmente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração da ITAÚSA e suas controladas, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e divulgados como passivos contingentes possíveis são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 31.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, como por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

u) CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

v) AÇÕES EM TESOURARIA

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, como, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de outorga de opções de ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento no Capital adicional integralizado. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

w) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo somente quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações contábeis consolidadas como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração consolidada do resultado.

Os dividendos são calculados e pagos de acordo com as Demonstrações contábeis preparadas de acordo com o BRGAAP e foram contabilizados nestas Demonstrações contábeis, de acordo com o IAS 37, considerando o dividendo mínimo obrigatório.

x) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato das ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,3262 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 – “Resultado por Ação”.

A ITAÚSA outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos (consistindo de fundos a serem recebidos mediante o exercício das opções de ações e do montante de custo de remuneração atribuído aos serviços futuros e ainda não reconhecidos) tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações da ITAÚSA.

y) RECEITAS

l) Venda de produtos e serviços

A receita de venda é apurada em conformidade com o regime contábil de competência.

Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

Vendas de serviços

A ITAÚSA CONSOLIDADO, através da sua subsidiária Itaotec S.A., presta serviços no segmento de automações e computação. A receita é, geralmente, reconhecida com base nos serviços realizados até o momento.

II) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A ITAÚSA presta diversos serviços a seus clientes, como por exemplo, administração de investimentos, cartões de crédito, banco de investimento e determinados serviços de banco comercial. As receitas obtidas na prestação destes serviços são normalmente reconhecidas quando o serviço é prestado (banco comercial e de investimento) ou ao longo da vida do contrato (administração de investimentos e cartões de crédito). A composição da receita de prestação de serviços está detalhada na Nota 23.

z) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: Área de Serviços Financeiros e área Industrial subdividida em Duratex, Itaotec e Elekeiroz.

As Informações por Segmento estão apresentadas na nota 32.

2.5 TRANSIÇÃO PARA O IFRS

Conforme detalhado na nota 2.1, a transição para o IFRS foi registrada de acordo com os CPCs 37 e 43 e a data da transição escolhida foi 1º de janeiro de 2009. Como resultado as políticas contábeis da ITAÚSA e da ITAÚSA CONSOLIDADA nestas demonstrações contábeis consolidadas foram modificadas em 1º de janeiro de 2009 com o objetivo de atender o IFRS em respeito às políticas contábeis aplicadas para fins de BRGAAP.

As mudanças nas políticas contábeis decorrentes da transição para o IFRS e a reconciliação dos efeitos dessa transição estão apresentadas abaixo. A ITAÚSA e a ITAÚSA CONSOLIDADO elaboraram seu balanço patrimonial inicial em 1º de janeiro de 2009 por meio da aplicação das normas e políticas contábeis, das bases de mensuração descritas na nota 2.4, e adotou as seguintes isenções e utilizou todas as exceções previstas nos CPCs 37 e 43 na elaboração das demonstrações contábeis em IFRS.

O CPC 37 deve ser aplicado quando uma entidade adota o IFRS na elaboração de suas demonstrações contábeis anuais pela primeira vez, com uma declaração explícita e sem reservas de aplicação do IFRS. Em geral, o CPC 37 requer que uma entidade siga as regras de cada uma das normas contábeis vigentes do IFRS, na data de preparação de sua primeira demonstração contábil em IFRS.

O CPC 37 concede isenções limitadas de seus requerimentos em áreas específicas nas quais o custo de geração de informações pudesse exceder os benefícios dos usuários das demonstrações contábeis. Adicionalmente, o CPC 37 também proíbe a aplicação retrospectiva de certas normas contábeis do CPC em algumas áreas, particularmente nas quais a aplicação retrospectiva pudesse requerer o julgamento da Administração sobre condições de passado e após o conhecimento de transações já ocorridas. O sumário das isenções e exceções do CPC 37 utilizadas pela Administração na preparação da Reconciliação entre o BRGAAP anterior e o Novo BRGAAP aplicáveis ao patrimônio líquido consolidado está apresentado na Nota 2.5a.

a) Sumário das isenções voluntárias e exceções mandatárias previstas pelos CPCs 37 e 43 e utilizadas pela Administração na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas

I) Isenções opcionais

Combinações de negócios, aquisições passadas de investimentos em associadas e escopo de consolidação

O CPC 37 permite que combinações de negócios e aquisições passadas de investimentos em associadas ocorridas antes da data de transição não sejam reavaliadas, retrospectivamente, em conformidade com o CPC 15 – “combinação de Negócios”. Esta isenção permite que companhias que adotem o IFRS pela primeira vez, mantenham basicamente, o tratamento contábil adotado na prática contábil anterior, neste caso o BRGAAP anterior. A ITAÚSA e suas controladas adotaram esta isenção até 1º de janeiro de 2009 e conseqüentemente, aplicará o CPC 15 para contabilizar somente as combinações de negócios e aquisições passadas de investimentos em associadas ocorridas após essa data.

De acordo com a isenção permitida pelo CPC 37, foram mantidas as políticas contábeis utilizadas para a contabilização inicial e mensuração subsequente dos ágios gerados nas aquisições anteriores à data de transição conforme BRGAAP, onde os ágios foram integralmente amortizados no momento em que essas aquisições ocorreram. Não foram reconhecidos, no BRGAAP, ativos intangíveis oriundos das aquisições anteriores à data de transição.

O CPC 37 também requer que caso a ITAÚSA não houvesse consolidado alguma subsidiária adquirida no BRGAAP, os valores contábeis de ativos e passivos dessa subsidiária adquirida seriam ajustados conforme IFRS. Entretanto, no caso da ITAÚSA, não ocorreram aquisições de subsidiárias significativas que não tenham sido consolidadas em BRGAAP antes da transição para IFRS.

Valor justo considerado como custo inicial

Segundo o CPC 37, uma entidade pode, na data de transição para o IFRS, mensurar um item do ativo imobilizado pelo seu valor justo, passando este valor a ser o custo inicial deste ativo, a partir desta data. A ITAÚSA e suas controladas não fizeram uso desta isenção do CPC 37. O custo do ativo imobilizado foi determinado com base no custo histórico, apurado no BRGAAP, ajustados pela inflação para os anos em que o Brasil foi considerado hiperinflacionário de acordo com o IAS 29.

Benefícios a empregados

A ITAÚSA e suas controladas adotaram a isenção do CPC 37, pela qual foram reconhecidos como resultados acumulados todos os ganhos e perdas atuariais acumulados até a data de transição referente aos planos de benefício definido patrocinados pela ITAÚSA e suas controladas.

Diferenças cumulativas na conversão de balanço de subsidiárias e investimentos em empresas não consolidadas no exterior

A ITAÚSA e suas controladas adotaram esta isenção, na qual foram presumidos como zero, todos os ganhos e perdas de conversão de subsidiárias e investimentos em empresas não consolidadas no exterior acumulados na data de transição. Portanto, os efeitos da aplicação do CPC 02 na conversão destas subsidiárias e investimentos em empresas não consolidadas no exterior com moeda funcional diferente do real estão sendo aplicados prospectivamente e estes efeitos registrados em uma reserva específica no Resultado abrangente acumulado somente deste a data de transição.

Instrumentos financeiros compostos

O CPC 39 requer que passivos financeiros compostos, conforme definido pelo CPC 38, tenham seus componentes separados e classificados como instrumentos de dívida e instrumentos de patrimônio. Esta classificação é feita com base nas circunstâncias, substância econômica e termos específicos destes instrumentos na data de sua emissão. O CPC 37 permite não separar esses dois componentes, caso o componente de dívida já não esteja em aberto na data de transição. Essa isenção não gerou impactos para a ITAÚSA e suas controladas, pois não existiam instrumentos financeiros com essas características em aberto na data de transição.

Ativos e passivos de subsidiárias, empresas não consolidadas e entidades sob controle conjunto (“joint-ventures”)

O CPC 37 prevê que podem existir situações nas quais a entidade controladora de um grupo e suas subsidiárias tenham adotado IFRS em datas diferentes. A isenção do CPC 37 permitiu que utilizássemos as demonstrações contábeis das subsidiárias que fizeram a transição para IFRS antes de 1º de janeiro de 2009. Sendo assim, foram considerados os montantes em IFRS das demonstrações contábeis das subsidiárias e de empresas não consolidadas da ITAÚSA que já haviam adotado o IFRS antes de 1º de janeiro de 2009.

Transações de pagamentos baseados em ações

O CPC 37 encoraja, mas não requer que uma entidade adote o CPC 10 para benefícios aos empregados emitidos como pagamentos baseados em ações concedidos antes de 7 de novembro de 2002 e também para os benefícios que foram concedidos após 7 de novembro de 2002, mas cujas condições para a sua realização ou gozo tenham sido atingidas antes da data de transição ou antes de 1º de janeiro de 2009 (das duas datas, a mais recente). Por outro lado, se a Administração decide aplicar o CPC 10 retrospectivamente, somente pode fazê-lo se a entidade já tiver divulgado o valor justo dos instrumentos baseados em ações relevantes, determinados nas datas de mensuração relevantes. A ITAÚSA adotou o CPC 10 para todos os pagamentos baseados em ações, já que já divulgou o valor justo dos instrumentos relevantes.

Contratos de seguros

O CPC 37 permite que companhias que emitem contratos de seguros mudem certas políticas contábeis de seguros na data de transição para IFRS, desde que alguns procedimentos mínimos sejam observados. A ITAÚSA CONSOLIDADO decidiu não modificar suas políticas contábeis para contratos de seguros, porém aplicou os requerimentos mínimos do CPC 11 – “Contratos de Seguros”, incluindo classificação de contratos como contratos de seguros ou contratos de investimento (conforme definido pelo CPC 38) e os testes mínimos de adequação de passivos de contratos de seguros como definido pelo CPC 11, conforme descrito em maiores detalhes na Nota 2.4o.

Obrigações decorrentes da desativação, restauração de ativos e passivos similares

O ICPC 12 – “Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares” requer mudanças específicas em desativação, restauração ou passivos similares. Uma entidade que aplica o IFRS pela primeira vez, não precisa cumprir estes requerimentos para mudanças que ocorreram antes da data de transição para IFRS. Esta isenção não causa impactos para a ITAÚSA e suas controladas.

Arrendamento mercantil

Uma entidade que aplica IFRS pela primeira vez pode optar pela aplicação das regras de transição específicas do ICPC 3 – “Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil”, podendo determinar se um contrato de leasing existe na data de transição para IFRS com base nos fatos e circunstâncias existentes na data de transição. A aplicação do ICPC 3 não gerou impacto para a ITAÚSA e suas controladas na data de transição para IFRS, uma vez que não foram identificados contratos que deveriam ser contabilizados como um contrato de arrendamento mercantil, segundo o ICPC 3.

II) Isenções obrigatórias

“Desreconhecimento” de ativos e passivos financeiros

O CPC 37 requer que uma entidade que aplica IFRS pela primeira vez aplique as regras de “desreconhecimento” (“asset derecognition” como definido pelo CPC 38) de ativos e passivos financeiros prospectivamente para transações ocorridas após 1º de janeiro de 2004. Consequentemente, caso a ITAÚSA e suas controladas tivessem “desreconhecido”, de acordo com o BRGAAP, um ativo ou passivo financeiro não derivativo como resultado de uma transação ocorrida antes de 1º de janeiro de 2004, não poderia voltar a reconhecer esse ativo ou passivo na transição para o IFRS. Adicionalmente, o CPC 37 permite a aplicação das normas de “desreconhecimento” de ativos e passivos financeiros retrospectivamente, em uma data escolhida pela entidade, desde que as informações necessárias para aplicar tais normas tivessem sido obtidas na data de registro da transação que deu origem ao “desreconhecimento”. Esta isenção não gerou impactos para a ITAÚSA e suas controladas, pois nenhum ativo ou passivo significativo foi desreconhecido no BRGAAP.

“Hedge” Contábil (“Hedge Accounting”)

O CPC 38 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” requer a avaliação de todos os instrumentos financeiros derivativos a valor justo, bem como a eliminação de ganhos ou perdas diferidos, reconhecidos (ou diferidos) como ativos ou passivos pelo GAAP anterior ao IFRS. Adicionalmente, uma entidade não deve aplicar hedge contábil (“hedge accounting” conforme definido pelo CPC 38) no seu balanço patrimonial consolidado na data de transição caso este “hedge” não se qualifique como “hedge” segundo o CPC 38. Como resultado desta exigência não foi aplicado o “hedge accounting” para fins de IFRS na data de transição em certas relações de hedge que atendem os critérios para “hedge accounting” no BRGAAP, mas não atendem todas as exigências do CPC 38.

Estimativas

O CPC 37 requer que as estimativas usadas pela administração para fins de IFRS na data de transição estejam consistentes com as estimativas feitas na mesma data de acordo com o GAAP anterior, a menos que haja evidência de erros na preparação das estimativas no GAAP anterior em comparação ao IFRS. Adicionalmente, caso a Administração obtenha uma informação após a data de transição para o IFRS que impacte estimativas que tinham sido feitas de acordo com BRGAAP, ela deveria tratar esta informação como um evento posterior à data do balanço, e seguir o tratamento contábil do CPC 24 – “Evento Subsequente”. As regras do CPC 24 são aplicáveis para o balanço patrimonial consolidado de abertura e para períodos comparativos apresentados na preparação da primeira demonstração contábil em IFRS de uma entidade. A ITAÚSA e suas controladas consideraram as estimativas utilizadas para BRGAAP consistentes com as estimativas utilizadas na data de transição para IFRS e, portanto, não houve mudanças de estimativas devido à existência de informações obtidas em data subsequente à de transição que requeressem algum ajuste nas estimativas para fins de IFRS.

Participações não controladoras

O CPC 37 requer que a entidade que aplica IFRS pela primeira vez aplique alguns requisitos do CPC 35 prospectivamente à data de transição. Contudo, esses requisitos não geraram impacto para a ITAÚSA CONSOLIDADO.

b) Reconciliação entre o BRGAAP anterior e o Novo BRGAAP aplicáveis ao patrimônio líquido, e a demonstração de resultado

I) Reconciliação entre o BRGAAP anterior e o Novo BRGAAP aplicáveis ao patrimônio líquido

	Referências	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Patrimônio Líquido antes dos ajustes de IFRS		23.743	19.786	16.592
Patrimônio Líquido de acionistas não controladores		2.340	2.126	1.410
Ajustes que afetam o patrimônio líquido entre BRGAAP e IFRS		3.096	3.926	2.897
Operações de Crédito	a	679	1.159	964
Ajuste a mercado de Ações	b	432	258	193
Reconhecimento da totalidade de Crédito Tributário	c	595	838	947
Planos de pensão e de saúde	d	44	573	441
Combinação de Negócios	e	717	1.029	481
Imposto de Renda e Contribuição Social	h	(532)	(1.017)	(916)
Ativos biológicos	i	219	203	284
Deságios, líquidos	j	483	483	482
Dividendos Excedentes	k	445	380	-
Outros	l	13	19	21
Patrimônio Líquido em IFRS		29.179	25.838	20.899
Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas não controladores		2.877	2.649	1.539
Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas controladores		26.302	23.189	19.360

(1) Na Itaúsa Individual foi efetuada amortização total dos ágios até o período de Dezembro de 2008 no valor de R\$ 5.748, igualando o patrimônio líquido da Itaúsa Individual com o Consolidado, conforme orientação do CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40.

II) Reconciliações entre o BRGAAP anterior e o Novo BRGAAP aplicáveis ao lucro líquido Consolidado da ITAÚSA em 31 de dezembro de 2010 e 2009

	Referências	31/12/2010	31/12/2009
Lucro Líquido antes dos ajustes de IFRS		4.953	3.930
Lucro Líquido Acionistas não controladores		586	387
Ajustes que afetam o lucro líquido entre BR GAAP e IFRS		(526)	431
Operações de Crédito	a	(513)	196
Reconhecimento na totalidade do Crédito Tributário	c	(239)	(83)
Planos de pensão e de saúde	d	76	169
Combinação de Negócios	e	(303)	148
Imposto de Renda e Contribuição Social	h	330	(153)
Ativos Biológicos	i	34	(4)
Outros	l	(23)	264
Lucro Líquido em IFRS		5.013	4.748
Lucro Líquido atribuível aos acionistas não controladores		595	386
Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores		4.417	4.362

(*) Na Itaúsa Individual foi efetuado ajuste no resultado referente amortização de ágio no valor de R\$ 1.096 em 2010 (R\$ 1.028 em 2009) de acordo com o CPC 43, igualando dessa maneira o lucro líquido Individual e Consolidado.

Sumário das principais diferenças entre BRGAAP anterior e IFRS

Está apresentada abaixo uma descrição das principais políticas contábeis aplicáveis na ITAÚSA CONSOLIDADO em conformidade com o BRGAAP anterior que diferem significativamente em BRGAAP e IFRS e que são apresentadas nas reconciliações acima:

a. Operações de Crédito – Provisão para créditos de liquidação duvidosa

No BRGAAP, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada considerando-se uma análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas seguindo as normas estabelecidas pelo BACEN. De acordo com essas normas, as provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco de crédito, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência. No BRGAAP a provisão não pode ser inferior ao mínimo requerido pelas normas do regulador, mas uma provisão adicional pode ser reconhecida quando a provisão mínima é considerada insuficiente. A partir de 31 de dezembro de 2008, considerando o cenário econômico e as incertezas relacionadas, o critério para reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa adicional ao mínimo regulatório requerido foi revisado, incluindo uma provisão que considerava os riscos associados a um cenário mais pessimista. Durante 2009, houve uma melhora no cenário econômico causando uma redução na relação entre a provisão pra créditos de liquidação duvidosa a carteira de crédito. Em 2010, uma alteração no critério BRGAAP foi adotada que resultou em uma redução na provisão para créditos de liquidação duvidosa, aprimorando o critério considerando-se as novas orientações de Basiléia III (ainda não aplicáveis).

O CPC 38 determina que a entidade deve avaliar periodicamente se existe evidência objetiva que a operação de crédito ou grupo de operações de crédito apresenta evidência objetiva de perda (“impaired”). Uma operação de crédito ou grupo de operações de crédito apresenta evidência objetiva de crédito se existir evidência de perda como consequência de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial da operação de crédito (evento de perda) e este evento ou eventos tem impacto no fluxo de caixa futuro estimado e pode ser confiavelmente estimado.

A perda é mensurada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se perdas futuras de crédito que não ocorreram) descontados a taxa efetiva de juros original da operação de crédito.

Deve-se primeiramente avaliar individualmente se uma evidência objetiva de perda existe para as operações que são significativas individualmente ou coletivamente para as operações que não são significativas individualmente. Se não existir evidência objetiva para uma operação avaliada individualmente, significativa ou não, deve-se incluí-la em grupo de operações com características similares e avaliá-las coletivamente. Aquelas operações que são avaliadas individualmente e que para as quais uma perda é registrada não devem ser incluídas na avaliação coletiva.

As diferenças entre normas do BRGAAP e IFRS resultaram em valores diferentes de provisão para créditos de liquidação duvidosa e em consequência o ajuste foi reconhecido.

b. Ajuste a mercado de ações

Para fins de BRGAAP, as ações que são classificadas como investimento permanente são contabilizadas ao custo histórico, sendo ajustadas somente por provisão para desvalorização quando da perda de valor. Ganhos de valor acima do custo de aquisição não são reconhecidos.

No IFRS, a ITAÚSA classificou estas ações como ativos financeiros disponíveis para venda de acordo com o CPC 38 e as registrou ao seu valor justo estimado, com os ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

c. Reconhecimento da totalidade de créditos tributários

Com base na Lei 11.727/2008, a alíquota da Contribuição Social (CSLL) para as pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização e as instituições financeiras, foi majorada de 9% para 15%, para os fatos geradores ocorridos a partir de 01/05/2008. Em função da Ação Direta de Inconstitucionalidade relativa à majoração de alíquota da Contribuição Social, impetrada em 26/06/2008 pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro - CONSIF, foram reconhecidos no BRGAAP antigo Créditos Tributários apenas até o limite do acréscimo em obrigações fiscais diferidas e desconsiderando-se o aumento da alíquota para 15%.

O CPC 32 determina que os créditos tributários devem ser mensurados usando-se as alíquotas aprovadas na data do balanço. O CPC 32 também determina que os créditos tributários devem ser reconhecidos quando for provável que lucros futuros tributáveis serão gerados, possibilitando a recuperação do ativo.

A ITAUSA reconheceu, nestas Demonstrações contábeis consolidadas, o estoque de crédito tributário referente à CSL a alíquota de 15% de suas controladas financeiras, se adequando assim, aos requerimentos do CPC 32 quanto ao reconhecimento de crédito tributário.

d. Planos de pensão e de saúde

A ITAUSA CONSOLIDADO utilizou a isenção prevista pelo CPC 37 e efetuou o reconhecimento em Lucros acumulados de todos os ganhos e perdas atuariais acumulados até a data de transição, reconhecendo a partir desse momento todos os ganhos e perdas atuariais integralmente no resultado.

Adicionalmente, até 31 de dezembro de 2008, no BRGAAP, não reconhecemos ativos resultantes entre a diferença do valor justo dos ativos de um plano e as obrigações atuariais, em decorrência das limitações regulatórias que existiam quanto a possibilidade para o reconhecimento da superveniência do plano.

Os cálculos atuariais para determinados planos da ITAUSA CONSOLIDADO resultaram em uma posição líquida positiva, para os quais foi reconhecido um ativo em linha com os requerimentos do CPC 33. Como a ITAUSA possui um benefício econômico disponível como reduções em contribuições futuras, este ativo foi reconhecido em 31 de dezembro de 2009, mensurado após levar em consideração os requerimentos mínimos para efetuar investimentos no plano da ITAUSA e suas controladas, conforme requerido pelo CPC 33. O valor deste ativo é reavaliado periodicamente para testar-se a recuperabilidade (ou limite) do mesmo.

A partir de 01 de janeiro de 2009, em decorrência da aplicação do CPC 33, a ITAUSA e suas controladas, de acordo com a Deliberação CVM Nº 600/09, passaram a reconhecer como ativos a diferença, quando positiva, do valor justo dos ativos de um plano e as obrigações atuariais de um plano.

Para os planos de pensão da ITAUSA CONSOLIDADO onde os cálculos atuariais resultaram em uma posição líquida negativa, foi reconhecido um passivo, de acordo com os requerimentos do CPC 33.

e. Combinação de Negócios

1) Duratex e Satipel

Em 22 de junho de 2009 a ITAUSA e a Companhia Ligna de Investimentos (Ligna) assinaram contrato de associação entre as empresas Satipel Industrial S.A. ("antiga Satipel") e Duratex S.A. ("antiga Duratex"). Na Assembléia Geral Extraordinária de 31 de agosto de 2009 os acionistas das empresas aprovaram a associação. Para fins legais, a combinação das empresas foi estruturada através da incorporação da "antiga Duratex" dentro da "antiga Satipel", mudando a "antiga Satipel" sua denominação para Duratex S.A. ("nova Duratex").

O CPC 15 requer a identificação do adquirente contábil em uma combinação de negócios. Como resultado da associação descrita acima, os acionistas controladores da "antiga Duratex" passaram a deter 39,6% do capital social e dos direitos de voto na "nova Duratex", enquanto os acionistas originais da "antiga Satipel" passaram a deter 17% do capital social, ficando as demais participações diluídas entre os acionistas não controladores originais das duas empresas. Neste contexto, considerando as faculdades para a governança do negócio acordadas entre as partes, os acionistas da "antiga Duratex" passaram a ter, para fins da norma contábil, o controle do negócio combinado. Em 31 de agosto de 2009 deu-se a formalização dos acordos, sendo essa data considerada como "data de aquisição" para fins do reconhecimento contábil da transação.

Contabilmente esta transação caracteriza-se como uma aquisição reversa pela qual a empresa adquirida ("antiga Duratex") é, na sua essência econômica, a compradora do negócio da "antiga Satipel". Desta forma, o tratamento contábil da transação está baseado no fato de considerar a "antiga Duratex" como a entidade compradora da "antiga Satipel".

O ajuste demonstrado na Reconciliação refere-se à contabilização dessa combinação de negócios através da utilização do método de aquisição, conforme determinado pelo CPC 15. O custo de uma aquisição é mensurado, na data de aquisição, pelo valor da contraprestação transferida avaliada com base no valor justo.

O excedente do custo de aquisição, ou seja, do montante que ultrapassar o valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio.

No BRGAAP anterior, o ágio correspondia ao valor de custo de aquisição do investimento excedente ao valor do patrimônio líquido da entidade adquirida.

II) Ganho a mercado na operação Porto Seguro

Em agosto de 2009 o Itaú Unibanco Holding (controlada da ITAÚSA) e a Porto Seguro S.A. celebraram associação visando à unificação de suas operações de seguros residenciais e de automóveis, que prevê Acordo Operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, de produtos securitários residenciais e de automóveis para os clientes da rede Itaú Unibanco Holding no Brasil e no Uruguai.

A conclusão da operação para fins contábeis ocorreu no 4º trimestre de 2009 quando da aprovação pela assembléia de acionistas da Porto Seguro e pela SUSEP que, em 16 de outubro de 2009, concedeu autorização prévia dos atos societários.

A implementação ocorreu por meio de uma reorganização societária onde o Itaú Unibanco Holding realizou a transferência à Porto Seguro, da totalidade de ativos e passivos relacionados a carteira de seguros residenciais e de automóveis. Em contrapartida, a Porto Seguro emitiu ações que representavam 30% de seu novo capital social, as quais foram entregues ao Itaú Unibanco Holding.

Para fins de IFRS, foi reconhecido um ganho em função da diferença entre o valor contábil dos ativos e passivos transferidos a Porto Seguro e o valor justo do pagamento recebido, ou seja, o valor justo das ações da Porto Seguro recebidas, que foi determinado com base no preço cotado das ações ordinárias da Porto Seguro na BMF&Bovespa.

No IFRS, o Itaú Unibanco Holding classificou estas ações e cotas como ativos financeiros disponíveis para venda de acordo com o IAS 39 e as registrou ao seu valor justo estimado, com os ganhos e perdas reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado.

O efeito desse ajuste foi de R\$ 936 em 2009.

III) Provisão para gastos com a associação Itaú e Unibanco

Como consequência da associação com Unibanco, uma provisão para cobrir os gastos com comunicação a clientes, adequação de sistemas e pessoal foi constituída no BRGAAP, uma vez que essa provisão podia ser razoavelmente estimada na data.

No IFRS, esta provisão não atendeu na data de transição aos requerimentos do CPC 33 e CPC 25 e, portanto, foi revertida na data de transição nestas Demonstrações contábeis consolidadas. Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2010, esta provisão reconhecida no BRGAAP foi totalmente utilizada.

O valor estornado foi de R\$ 843 em 2009 e 1.331 em 2008.

f. Conversão de subsidiárias e empresas não consolidadas no exterior

O processo adotado pela ITAÚSA e suas controladas em BRGAAP para a conversão de subsidiárias e empresas não consolidadas no exterior é similar aos requerimentos do IAS 21, exceto pelo fato de que as diferenças geradas no processo de conversão são registradas na demonstração do resultado. Consequentemente, em BRGAAP, não existe uma reserva específica no patrimônio líquido onde os ganhos ou perdas acumulados gerados na conversão de subsidiárias no exterior e empresas não consolidadas são reconhecidos.

Em IFRS, as diferenças apuradas na conversão de subsidiárias e empresas não consolidadas no exterior são reportadas no Resultado abrangente acumulado.

g. Provisão para dividendos ainda não declarados

De acordo com o BRGAAP, as demonstrações contábeis do exercício devem reconhecer uma provisão para dividendos propostos pela Administração, mas ainda não aprovados pelos acionistas mesmo se os dividendos propostos excederem o dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto da empresa.

De acordo com o IAS 10 - "Events After The Balance Sheet Date", se uma entidade declarar dividendos para pagamento de seus acionistas após a data-base, a mesma não pode contabilizar o valor desses dividendos como um passivo nas demonstrações contábeis do exercício.

Nestas demonstrações contábeis, a ITAÚSA reverteu a provisão constituída no passivo de acordo com o BRGAAP, que excedeu os dividendos mínimos obrigatórios que não tinham sido declarados antes do final do exercício.

h. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajustes

O CPC 32 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágios, reconhecimento inicial de um passivo originado ou ativo adquirido que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação não afeta o resultado e não afeta o lucro (ou perda) para fins fiscais. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos foram calculados sobre os ajustes de IFRS, quando aplicável.

i. Ativos Biológicos

Esse ajuste refere-se ao reconhecimento do valor justo de reservas florestais da controlada Duratex S.A., conforme requerido pelo CPC 29.

j. Reversão de Deságio

De acordo com o CPC 15 – "Combinação de Negócios", em uma aquisição de participação em uma entidade, se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração de resultado.

Esse ajuste refere-se à reversão dos deságios que estavam registrados no BRGAAP anterior no balanço patrimonial da adquirente por não atenderem a definição de passivo, conforme IFRS.

k. Dividendos

Refere-se a reversão da provisão de dividendo em excesso ao mínimo obrigatório.

l. Outros Ajustes

Outras diferenças entre IFRS e BRGAAP foram reconhecidas, e não são materiais de forma individual ou agregada.

Conciliação do Patrimônio Líquido e Lucro Líquido das Informações Trimestrais

Em atendimento a Deliberação CVM 656/10, demonstramos abaixo os efeitos nos trimestres de 2010 e 2009 das alterações para o IFRS.

I) Reconciliações entre o BRGAAP anterior e o Novo BRGAAP aplicáveis ao Patrimônio Líquido Consolidado da ITAÚSA nos trimestres de 2010 e 2009

	2010			
	1º trim	2º trim	3º trim	4º trim
Patrimônio Líquido antes dos ajustes de IFRS	20.532	21.544	22.287	23.743
Patrimônio Líquido de acionistas não controladores	2.178	2.322	2.316	2.340
Ajustes que afetam o patrimônio líquido entre BRGAAP e IFRS	3.551	3.699	3.777	3.095
Operações de Crédito	1.037	1.007	845	679
Ajuste a mercado de Ações	294	303	363	432
Reconhecimento na totalidade do Crédito Tributário	771	749	723	595
Planos de pensão e de saúde	551	609	659	44
Combinação de Negócios	982	927	840	717
Imposto de Renda e Contribuição Social	(916)	(942)	(885)	(532)
Ativos Biológicos	183	189	217	219
Deságio Líquido	483	483	483	483
Dividendos Excedentes	140	342	501	445
Outros	26	32	30	12
Patrimônio Líquido após os ajustes de IFRS	26.261	27.565	28.380	29.178
Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas não controladores	2.704	2.835	2.840	2.876
Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas controladores	23.557	24.730	25.540	26.302

	2009			
	1º trim	2º trim	3º trim	4º trim
Patrimônio Líquido antes dos ajustes de IFRS	17.228	18.509	19.093	19.786
Patrimônio Líquido de acionistas não controladores	1.469	1.434	1.978	2.126
Ajustes que afetam o patrimônio líquido entre BRGAAP e IFRS	2.713	2.853	3.846	3.925
Operações de Crédito	1.059	906	1.287	1.159
Ajuste a mercado de Ações	213	226	250	258
Reconhecimento na totalidade do Crédito Tributário	782	821	805	838
Planos de pensão e de saúde	427	474	545	573
Combinação de Negócios	246	196	749	1.029
Imposto de Renda e Contribuição Social	(844)	(740)	(923)	(1.017)
Ativos Biológicos	188	188	177	203
Deságio Líquido	483	483	483	483
Dividendos Excedentes	117	253	430	380
Outros	41	47	44	19
Patrimônio Líquido após os ajustes de IFRS	21.410	22.796	24.917	25.837
Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas não controladores	1.593	1.552	2.488	2.649
Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas controladores	19.817	21.244	22.429	23.189

II) Reconciliações entre o BRGAAP anterior e o Novo BRGAAP aplicáveis ao Lucro Líquido Consolidado da ITAÚSA nos trimestres de 2010 e 2009

	2010			
	1º trim	2º trim	3º trim	4º trim
Lucro Líquido antes dos ajustes de IFRS	1.079	1.185	1.111	1.578
Lucro Líquido Acionistas não controladores	123	163	144	156
Ajustes que afetam o patrimônio líquido entre BR GAAP e IFRS	(65)	(48)	(141)	(273)
Operações de Crédito	(121)	(65)	(161)	(165)
Ajuste a mercado de Ações	112	(4)	(10)	14
Reconhecimento na totalidade do Crédito Tributário	(39)	(99)	(1)	(99)
Planos de pensão e de saúde	(21)	41	50	5
Combinação de Negócios	(61)	(34)	(86)	(122)
Imposto de Renda e Contribuição Social	39	37	81	173
Ativos Biológicos	(3)	6	29	2
Outros	29	69	(43)	(79)
Lucro Líquido em IFRS	1.137	1.300	1.114	1.461
Lucro Líquido atribuível aos acionistas não controladores	116	149	166	164
Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores	1.021	1.151	948	1.297

	2009			
	1º trim	2º trim	3º trim	4º trim
Lucro Líquido antes dos ajustes de IFRS	901	1.007	856	1.166
Lucro Líquido Acionistas não controladores	90	88	66	135
Ajustes que afetam o patrimônio líquido entre BR GAAP e IFRS	(125)	120	316	129
Operações de Crédito	93	(152)	382	(127)
Ajuste a mercado de Ações	(6)	(135)	41	(7)
Reconhecimento na totalidade do Crédito Tributário	(169)	114	(39)	11
Planos de pensão e de saúde	20	51	71	27
Combinação de Negócios	(69)	(18)	(44)	279
Imposto de Renda e Contribuição Social	(30)	106	(172)	(57)
Ativos Biológicos	3	(14)	(11)	26
Outros	32	168	88	(23)
Lucro Líquido em IFRS	866	1.215	1.238	1.430
Lucro Líquido atribuível aos acionistas não controladores	84	85	65	152
Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores	782	1.130	1.173	1.278

NOTA 03 - CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes a Caixa para a ITAÚSA CONSOLIDADO é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	31/12/2010	31/12/2009
Disponibilidades	4.029	3.903
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.794	2.590
Aplicações em Operações Compromissadas	10.167	19.390
Total	16.989	25.883

Para a Itaúsa é composto por:

	31/12/2010	31/12/2009
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	-	136
Total	-	136

NOTA 04 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL

Os Bancos Centrais dos países onde a controlada Itaú Unibanco Holding opera exigem que as Instituições Financeiras, depositem determinados recursos. No caso do Brasil, adquiram e mantenham Títulos Públicos Federais Brasileiros. A tabela a seguir resume os Depósitos Compulsórios, segundo seu tipo e montantes:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Não Remunerados	1.734	1.433	1.808
Remunerados	29.735	4.537	3.917
Total	31.469	5.970	5.724

NOTA 5 - APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E NO MERCADO ABERTO

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2010			31/12/2009	01/01/2009
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	14.315	520	14.835	17.799	24.881
Aplicações no Mercado Aberto (*)	82.094	6.588	88.682	135.820	112.347
Total	96.409	7.108	103.517	153.619	137.228
Participação Itaúsa	35.260	36,57%	2.600	35,46%	35,54%
Empresas Industriais e Itaúsa	333	20	353	479	532
Total	35.593	2.620	38.211	54.956	49.309

(*) Inclui R\$ 3.171 (R\$ 3.294 em 31/12/2009) referentes a Ativos Dados em Garantia

NOTA 06 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E DESIGNADOS A VALOR JUSTO ATRAVÉS DO RESULTADO

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu Valor Justo são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2010						31/12/2009						01/01/2009					
	Brutos não realizados			Brutos não realizados			Brutos não realizados			Brutos não realizados			Brutos não realizados			Brutos não realizados		
	Custo / Custo Amortizado	Ganhos	Perdas	Valor Justo	Custo / Custo Amortizado	Ganhos	Perdas	Valor Justo	Custo / Custo Amortizado	Ganhos	Perdas	Valor Justo	Custo / Custo Amortizado	Ganhos	Perdas	Valor Justo		
Fundos de Investimento	1.701	49	(2)	1.748	1.589	32	(2)	1.619	2.079	-	(10)	2.069						
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	86.636	77	(14)	86.699	36.099	48	(12)	36.135	41.060	356	(26)	41.390						
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	653	17	(4)	666	222	-	-	222	450	21	(1)	470						
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	9.323	38	(8)	9.353	1.045	25	(13)	1.057	2.453	98	(16)	2.535						
Argentina	295	6	(8)	293	179	3	(3)	179	64	7	(7)	64						
Estados Unidos	8.682	32	-	8.714	735	22	(10)	747	957	81	-	1.038						
México	29	-	-	29	10	-	-	10	146	9	-	155						
Rússia	45	-	-	45	77	-	-	77	-	-	-	-						
Espanha	-	-	-	-	-	-	-	-	422	-	(4)	418						
Coreia	-	-	-	-	-	-	-	-	295	-	(4)	291						
Chile	248	-	-	248	30	-	-	30	163	1	-	164						
Paraguai	-	-	-	-	-	-	-	-	398	-	-	398						
Uruguai	24	-	-	24	14	-	-	14	8	-	(1)	7						
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	16.941	152	(62)	17.031	16.279	248	(8)	16.519	11.971	125	(94)	12.002						
Ações Negociáveis	3.161	134	(47)	3.248	2.476	240	(6)	2.710	2.718	109	(84)	2.743						
Certificado de Recebíveis Imobiliários	587	9	-	596	33	2	-	35	33	1	-	34						
Certificado de Depósito Bancário	8.932	-	-	8.932	9.490	-	-	9.490	5.901	-	-	5.901						
Debêntures	2.799	1	-	2.800	3.095	2	(1)	3.096	1.530	1	(3)	1.528						
Euro Bonds e Assemeelhados	1.459	8	(15)	1.452	624	4	(1)	627	1.311	14	(7)	1.318						
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	-	-	478	-	-	478						
Outros	3	-	-	3	561	-	-	561	-	-	-	-						
TOTAL	115.254	333	(90)	115.497	55.234	353	(35)	55.552	58.013	600	(147)	58.466						
Participação Itaúsa - 36,57289% em 2010, 35,46294% em 2009 e 35,54424% em 01/01/2009	42.152	122	(33)	42.241	19.588	125	(12)	19.700	20.620	213	(52)	20.781						
Empresas Industriais	378	1	(1)	378	770	(0)	0	770	687	(0)	0	687						
TOTAL	42.530	123	(34)	42.619	20.357	125	(12)	20.470	21.307	213	(52)	21.468						

(1) Os Ativos Mantidos para Negociação dados em Garantia de Operações de Captações de Instituições Financeiras e clientes eram: a) R\$ 2.082 (R\$ 16.704 em 31/12/2009), b) R\$ 91 (R\$ 279 em 31/12/2009), c) R\$ 36 e d) 36 (R\$ 2.913 em 31/12/2009).

(2) Ativos financeiros mantidos para negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A. com um valor justo de R\$ 16.939 (2009 - 13.697). O retorno de tais ativos (positivos e negativos) é transferido na sua totalidade para clientes de planos FGBl e VGBl, cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimentos.

Resultado Realizado de Ativos Financeiros

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/01 a	01/01 a
	31/12/2010	31/12/2009
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		
Ganhos	1.637	2.377
Prejuízos	(1.257)	(1.294)
Total	380	1.083
Participação Itaúsa - 36,57289% em 2010 e 35,46294% em 2009	-	-
Empresas Industriais	148	361
TOTAL	148	361

O custo amortizado e o valor justo, por vencimento, Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Custo / Custo Amortizado	Valor justo	Custo / Custo Amortizado	Valor justo	Custo / Custo Amortizado	Valor justo
Circulante	58.534	58.705	26.039	26.323	15.863	15.900
Sem vencimento até um ano	58.534	58.705	26.039	26.323	15.863	15.900
Não Circulante	56.720	56.792	29.195	29.229	42.150	42.566
De um a cinco anos	49.392	49.403	26.131	26.138	29.972	30.252
De cinco a dez anos	5.134	5.177	2.313	2.332	6.736	6.818
Após dez anos	2.194	2.212	751	759	5.442	5.496
TOTAL	115.254	115.497	55.234	55.552	58.013	58.466
Participação Itaúsa - 36,57289% em 2010 e 35,46294% em 2009	42.152	42.241	19.588	19.700	20.620	20.781
Empresas Industriais	487	490	899	902	687	687
TOTAL	42.639	42.731	20.487	20.602	21.307	21.468

b) Os Ativos Financeiros e designados a Valor Justo através do resultado são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2010				31/12/2009				01/01/2009			
	Brutos não realizados				Brutos não realizados				Brutos não realizados			
	Custo / Custo Amortizado	Ganhos	Perdas	Valor Justo	Custo / Custo Amortizado	Ganhos	Perdas	Valor Justo	Custo / Custo Amortizado	Ganhos	Perdas	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	297	9	-	306	368	5	-	373	10	-	(1)	9
Participação Itaúsa - 36,57289% em 2010 e 35,46294% em 2009	109	3	-	112	130	2	-	132	3	-	(0)	3
Total	109	3	-	112	130	2	-	132	3	-	(0)	3

Ganhos e Perdas Realizados

	01/01 a	01/01 a
	31/12/2010	31/12/2009
Designados a Valor Justo através do Resultado		
Ganhos	31	6
Perdas	(1)	(1)
Total	30	5
Participação Itaúsa - 36,57289% em 2010 e 35,46294% em 2009	11	2
Total	11	2

O custo amortizado e o valor justo, por vencimento, dos Ativos Financeiros e designados a Valor Justo através do resultado foram os seguintes:

	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Custo / Custo Amortizado	Valor justo	Custo / Custo Amortizado	Valor justo	Custo / Custo Amortizado	Valor justo
Não Circulante	297	306	368	373	10	9
Após dez anos	297	306	368	373	10	9
Participação Itaúsa - 36,57289% em 2010 e 35,46294% em 2009	109	112	131	132	4	3
Total	109	112	131	132	4	3

NOTA 07 – DERIVATIVOS**a) Derivativos – Geral**

A ITAÚSA por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar nossas exposições globais e para auxiliar nossos clientes a administrar suas próprias exposições. Os principais instrumentos financeiros derivativos negociados são:

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou Títulos são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de um outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a Termo de Títulos são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes, cada uma delas em uma moeda diferente) aplicados sobre um valor referencial de principal. Os contratos de swap apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de swaps de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender, dentro de um prazo limitado, um instrumento financeiro, inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou Títulos, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - Derivativos de crédito são instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal com falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pela ITAÚSA e suas controladas proporcional a participação era de R\$ 3.790 (R\$ 4.344 em 31/12/2009) e estava basicamente composto por Títulos Públicos.

A tabela a seguir apresenta a composição dos Derivativos por Indexador:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de Compensação Valor Referencial			Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo	Valor Justo	Valor Justo
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contratos de futuros	292.049	216.785	226.849	5	(60)	(55)	(26)	377
Compromissos de Compra	127.499	94.209	126.235	(1)	174	173	29	(468)
Moeda Estrangeira	8.128	3.160	21.510	(1)	1	-	22	(185)
Mercado Interfinanceiro	98.353	78.537	81.776	-	45	45	19	(194)
Índices	19.288	10.314	22.595	-	95	95	-	(57)
Títulos	1.645	2.132	294	-	-	-	-	1
Commodities	84	64	60	-	33	33	(12)	(33)
Outros	1	2	-	-	-	-	-	-
Compromissos de Venda	164.550	122.576	100.614	6	(234)	(228)	(55)	845
Moeda Estrangeira	13.057	18.939	23.173	6	(20)	(14)	(26)	387
Mercado Interfinanceiro	113.173	82.302	53.466	-	(45)	(45)	(17)	(64)
Índices	32.033	11.843	23.402	-	(45)	(45)	(17)	493
Títulos	4.230	3.144	473	6	(20)	(14)	(26)	(2)
Commodities	2.048	6.339	100	-	(42)	(42)	(5)	31
Outros	9	9	-	-	-	-	-	-
Contratos de Swaps			80.998	344	580	924	465	480
Posição Ativa	68.839	69.018	38.207	2.160	777	2.937	2.579	3.495
Moeda Estrangeira	7.330	7.098	3.051	(292)	238	(54)	102	933
Mercado Interfinanceiro	34.370	31.371	26.448	1.299	161	1.460	1.418	1.482
Prefixados	9.277	10.946	3.882	326	140	466	367	678
Pós-Fixados	865	6.538	1.738	2	18	20	4	167
Índices	16.745	12.964	2.965	819	218	1.037	680	131
Títulos	32	11	11	3	-	3	4	2
Commodities	219	89	111	3	2	5	4	102
Outros	1	1	1	-	-	-	-	-
Posição Passiva	68.495	68.617	42.791	(1.816)	(197)	(2.013)	(2.114)	(3.015)
Moeda Estrangeira	14.609	11.560	12.245	(310)	(17)	(327)	(294)	(1.793)
Mercado Interfinanceiro	19.443	19.601	15.604	(358)	138	(220)	(722)	152
Prefixados	7.835	15.387	4.800	(256)	(133)	(389)	(394)	(552)
Pós-Fixados	3.272	6.473	1.123	(2)	(1)	(3)	(9)	(311)
Índices	23.122	15.433	8.971	(865)	(181)	(1.046)	(681)	(511)
Títulos	29	-	48	(1)	-	(1)	-	-
Commodities	178	106	-	(24)	(3)	(27)	(14)	-
Outros	7	57	-	-	-	-	-	-
Contratos de Opções	2.330.950	1.728.321	-	(570)	235	(335)	(22)	(1.609)
De Compra - Posição Comprada	695.908	489.888	47.466	1.182	(108)	1.074	959	5.386
Moeda Estrangeira	24.905	67.850	44.632	414	(104)	310	178	4.647
Mercado Interfinanceiro	530.428	330.854	2.345	468	2	470	397	29
Pós-Fixados	314	33	-	2	-	2	-	-
Índices	138.085	90.111	114	182	(53)	129	314	664
Títulos	1.534	801	258	86	27	113	47	43
Commodities	642	239	117	30	20	50	23	3
De Venda - Posição Comprada	526.323	442.926	149.665	1.182	(108)	1.074	959	(5.107)
Moeda Estrangeira	12.295	12.721	42.635	339	142	481	349	(4.462)
Mercado Interfinanceiro	404.532	388.004	2.548	128	(28)	100	174	(38)
Pós-Fixados	282	-	-	-	-	-	-	-
Índices	107.034	41.059	104.288	109	(48)	61	327	(591)
Títulos	1.625	1.010	127	40	(6)	34	2	(15)
Commodities	555	132	67	9	(7)	2	15	(1)
De Compra - Posição Vendida	527.731	379.223	81.214	1.182	(108)	1.074	959	1.093
Moeda Estrangeira	26.547	48.514	18.631	(802)	341	(461)	(205)	118
Mercado Interfinanceiro	376.482	246.600	333	(256)	(7)	(263)	(381)	200
Índices	123.221	83.355	61.100	(449)	50	(399)	(412)	397
Títulos	864	616	934	(49)	(27)	(76)	(13)	344
Commodities	617	138	216	(31)	(15)	(46)	(7)	34
De Venda - Posição Vendida	580.988	416.284	118.319	1.182	(108)	1.074	959	(2.886)
Moeda Estrangeira	16.715	16.264	39.373	(451)	(95)	(546)	(460)	(2.196)
Mercado Interfinanceiro	444.963	317.681	275	(196)	3	(193)	(166)	(262)
Prefixados	-	-	-	-	-	-	(11)	(9)
Índices	118.333	82.089	78.507	(71)	22	(49)	(334)	(354)
Títulos	825	147	134	(58)	7	(51)	145	(48)
Commodities	152	103	30	(14)	11	(3)	(4)	(17)
Contratos a Termo	1.445	68	1.286	1.432	(27)	1.405	32	828
Compras a Receber	21	49	496	57	29	86	49	312
Mercado Interfinanceiro	-	-	260	36	-	36	-	78
Pós-Fixados	21	49	-	21	29	50	49	-
Títulos	-	-	234	-	-	-	-	234
Commodities	-	-	2	-	-	-	-	-
Obrigações por Compra a Pagar - Pós-Fixados	-	-	4	(21)	(29)	(50)	(48)	(237)
Moeda Estrangeira	-	-	3	-	-	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	-	-	-	-	-	-	-	-
Prefixados	-	-	-	(21)	(29)	(50)	(48)	-
Índices	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos	-	-	-	-	-	-	-	(237)
Commodities	-	-	1	-	-	-	-	-
Vendas a Receber	1.424	19	786	1.397	1	1.398	50	763
Moeda Estrangeira	-	-	3	-	-	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	-	-	-	-	-	-	31	-
Pós-Fixados	-	19	9	-	-	-	19	-
Índices	4	-	-	4	-	4	-	-
Títulos	1.419	-	774	1.392	1	1.393	-	763
Commodities	1	-	-	1	-	1	-	-
Obrigações por Venda a Entregar - Pós-Fixados	-	-	-	(1)	(28)	(29)	(19)	(14)
Pós-Fixados	-	-	-	(1)	(28)	(29)	(19)	(14)
Títulos	-	-	-	-	-	-	-	(14)

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de Compensação Valor Referencial			Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo	Valor Justo	Valor Justo
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Derivativos de Crédito	6.701	4.532	9.529	125	7	132	(91)	(211)
Posição Ativa	2.902	1.786	7.276	258	3	261	15	64
Moeda Estrangeira	53	137	103	-	1	1	1	3
Prefixados	2.622	1.615	7.173	258	(2)	256	12	61
Índices	-	2	-	-	-	-	-	-
Títulos	227	10	-	-	4	4	1	-
Outros	-	22	-	-	-	-	1	-
Posição Passiva	3.799	2.746	2.253	(133)	4	(129)	(106)	(275)
Moeda Estrangeira	22	-	299	-	(1)	(1)	(1)	(23)
Mercado Interfinanceiro	-	50	-	-	-	-	-	-
Prefixados	3.126	2.696	1.954	(133)	10	(123)	(103)	(252)
Títulos	651	-	-	-	(5)	(5)	(1)	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-1	-
Operações de Forwards	36.958	13.722	41.311	(522)	22	(500)	(94)	2.162
Posição Ativa	13.832	6.608	25.393	597	15	612	313	3.574
Moeda Estrangeira	13.121	5.584	23.733	548	8	556	279	3.534
Mercado Interfinanceiro	3	213	-	1	-	1	20	-
Prefixados	509	532	821	8	-	8	4	27
Pós-Fixados	-	-	831	-	-	-	-	9
Títulos	-	26	-	-	-	-	-	-
Outros	199	253	8	40	7	47	10	4
Posição Passiva	23.126	7.114	15.918	(1.119)	7	(1.112)	(407)	(1.412)
Moeda Estrangeira	22.759	6.659	14.714	(1.097)	8	(1.089)	(393)	(1.266)
Mercado Interfinanceiro	27	2	2	(1)	-	(1)	-	-
Prefixados	-	94	529	-	-	-	(10)	(130)
Pós-Fixados	273	348	467	(3)	-	(3)	(3)	(4)
Índices	-	11	115	-	-	-	(1)	(2)
Commodities	67	-	91	(18)	(1)	(19)	-	(10)
Swap com Verificação	6	976	453	-	-	-	(41)	60
Posição Ativa	6	505	440	-	-	-	1	-
Moeda Estrangeira	-	399	13	-	-	-	48	51
Mercado Interfinanceiro	-	72	-	-	-	-	-	9
Prefixados	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição Passiva	6	959	2.385	-	-	-	(90)	(287)
Moeda Estrangeira	-	641	1.166	-	-	-	(58)	(259)
Mercado Interfinanceiro	-	292	904	-	-	-	(31)	(25)
Prefixados	-	26	283	-	-	-	(1)	(3)
Pós-Fixados	-	-	19	-	-	-	-	-
Commodities	-	-	13	-	-	-	-	-
Verificação de Swap	25	2.451	10.089	-	-	-	46	2.025
Posição Ativa	25	2.447	9.579	-	-	-	186	1.890
Moeda Estrangeira	-	4	41	-	-	-	-	2
Índices	-	-	218	-	-	-	-	13
Mercado Interfinanceiro	-	-	45	-	-	-	-	22
Prefixados	-	-	206	-	-	-	-	98
Commodities	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição Passiva	709	2.027	1.875	-	-	-	(140)	(458)
Moeda Estrangeira	-	709	152	-	-	-	-	(98)
Commodities	-	-	1.875	-	-	-	-	(360)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	3.755	11.937	3.156	626	(91)	535	(12)	(286)
Posição Ativa	3.395	7.549	2.065	785	(54)	731	522	199
Moeda Estrangeira	259	3.234	926	189	5	194	425	166
Mercado Interfinanceiro	-	2.270	631	-	-	-	-	2
Prefixados	698	-	-	375	2	377	-	-
Pós-Fixados	-	-	-	-	(3)	(3)	-	-
Títulos	2.438	1.890	-	221	(58)	163	78	-
Commodities	-	155	508	-	-	-	19	31
Posição Passiva	360	4.388	1.091	(159)	(37)	(196)	(534)	(485)
Moeda Estrangeira	360	4.287	819	(159)	(24)	(183)	(497)	(217)
Prefixados	-	30	-	-	-	-	(29)	-
Índices	-	-	272	(159)	(24)	(183)	(497)	(268)
Commodities	-	71	-	-	-	-	(8)	-
		ATIVO		7.061	716	7.777	5.589	17.348
		PASSIVO		(5.621)	(50)	(5.671)	(5.332)	(14.176)
		TOTAL		1.440	666	2.106	257	2.172
Ativo - Participação Itaúsa - 36,57289% em 2010 e 35,46294% em 2009				2.582	262	2.844	1.982	6.166
Passivo - Participação Itaúsa - 36,57289% em 2010 e 35,46294% em 2009				(2.056)	(18)	(2.074)	(1.891)	(5.039)
TOTAL				527	244	770	91	1.127
Empresas Industriais Ativo				2	1	2	2	815
Empresas Industriais Passivo				(4)	1	(3)	(85)	(42)
ATIVO				2.584	263	2.846	1.984	6.981
PASSIVO				(2.060)	(17)	(2.077)	(1.976)	(5.081)
TOTAL				524	246	769	8	1.900
Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:								
Compensação	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	
Futuros	108.359	64.874	49.747	69.069	292.049	216.786	226.849	
Swaps	5.318	16.169	8.225	36.967	66.679	66.829	-	
Opções	1.292.156	439.940	506.039	92.815	2.330.950	1.728.231	1.728.321	
Termo	274	1.143	28	-	1.445	68	1.286	
Derivativos de Crédito	-	1.011	592	5.098	6.701	4.532	9.529	
Forwards	13.658	13.233	6.051	4.016	36.958	13.722	41.311	
Swaps com Verificação	-	-	6	-	6	896	-	
Verificação de Swap	6	16	3	-	25	3.160	709	
Outros	105	927	405	2.318	3.755	11.936	3.156	
TOTAL	1.419.876	537.313	571.096	210.283	2.738.568	2.046.160	2.011.161	
Participação Itaúsa - 36,57289% em 2010 e 35,46294% em 2009	519.290	196.511	208.866	76.907	1.001.573	725.628	713.217	
Empresas Industriais	-	61	-	-	-	-	-	
TOTAL	519.290	196.572	208.866	76.907	1.001.573	725.628	713.217	

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

	31/12/2010										31/12/2009		01/01/2009	
	Valor Patrimonial (a Receber)	Ganhos / Perdas	Valor Justo	%	0-30	31-90	91-180	181-365	366-720	Acima 720	Valor Justo	Valor Justo		
ATIVO														
Futuros														
BM&F Bovespa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	377		
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	346		
Prêmios de Opções	1.807	(55)	1.752	22,5	213	230	222	405	106	576	1.826	6.479		
BM&F Bovespa	1.426	(121)	1.305	16,7	746	72	123	287	77	6	1.573	5.590		
Instituições Financeiras	305	59	364	4,7	24	116	90	106	22	6	216	400		
Empresas	76	7	83	1,1	(557)	42	9	12	7	570	37	489		
Operações a Termo	1.454	30	1.484	19,1	323	1.071	64	26	-	-	99	1.075		
BM&F Bovespa	1.397	1	1.398	18,0	251	1.059	62	26	-	-	70	726		
Instituições Financeiras	57	29	86	1,1	72	12	2	-	-	-	29	-		
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	345		
Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4		
Swaps - Ajuste a Receber	2.160	777	2.937	37,8	286	249	191	655	621	935	2.579	3.495		
BM&F Bovespa	215	56	271	3,5	5	8	14	55	63	126	256	170		
Instituições Financeiras	322	119	441	5,7	167	3	3	73	21	133	741	878		
Empresas	1.607	596	2.203	28,3	112	193	163	524	536	675	1.552	2.438		
Pessoas Físicas	16	6	22	0,3	2	4	11	3	1	1	30	9		
Derivativos de Crédito	258	3	261	3,4	-	22	1	2	1	235	15	64		
Instituições Financeiras	67	10	77	1,0	-	22	1	1	1	52	15	64		
Empresas	191	(7)	184	2,4	-	-	-	1	-	183	-	-		
Forwards	597	15	612	7,8	273	128	96	96	13	6	313	3.574		
Instituições Financeiras	150	1	151	1,9	64	39	21	19	4	4	227	988		
Empresas	445	15	460	5,9	209	88	75	77	9	2	86	2.577		
Pessoas Físicas	-	(1)	1	-	-	1	-	-	-	-	-	9		
Swaps com Verificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Swaps - Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Verificação de Swap - Instituições Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Outros	785	(54)	731	9,4	50	326	-	130	12	213	522	199		
BM&F Bovespa	783	(59)	724	9,3	50	326	-	130	-	213	316	194		
Instituições Financeiras	2	5	7	0,1	-	-	-	-	7	-	206	3		
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Total (*)	7.061	716	7.777	100,0	1.145	2.026	574	1.314	753	1.965	5.589	17.348		
% por prazo de vencimento					14,7%	26,1%	7,4%	16,9%	9,7%	25,3%				
Participação Itáusa - 36,57289% em 2010, 35,46294% em 2009 e 35,54424% em 2008														
Empresas Industriais	2.582	262	2.844	100,0	419	741	210	481	275	719	1.982	6.166		
TOTAL	2.584	263	2.846	100,0	419	743	210	481	275	719	1.984	6.185		

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos R\$ 1.852 (R\$ 1.241 em 31/12/2009) refere-se a circulante e R\$ 994 (R\$ 743 em 31/12/2009) não circulante.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

ITAU UNIBANCO HOLDING	31/12/2010				31/12/2009				01/01/2009			
	Valor Patrimonial (a Pagar)	Ganhos e Perdas	Valor Justo	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima 720 dias	Valor Justo	Valor Justo
PASSIVO												
Futuros	5	(60)	(55)	0,90	(22)	(52)	(12)	12	16	3	(26)	-
BM&F Bovespa	-	(59)	(59)	1,0	(25)	(50)	(14)	11	16	3	(31)	-
Empresas	5	(1)	4	(0,1)	3	(2)	2	1	-	-	5	-
Prêmios de Opções	(2.377)	290	(2.087)	36,8	(812)	(414)	(231)	(413)	(207)	(10)	(1.848)	(7.983)
BM&F Bovespa	(1.912)	235	(1.677)	29,6	(756)	(298)	(108)	(349)	(163)	(3)	(1.630)	(5.787)
Instituições Financeiras	(390)	91	(299)	5,3	(17)	(93)	(114)	(45)	(27)	(3)	(337)	(2.258)
Empresas	(74)	(36)	(110)	1,9	(39)	(23)	(8)	(19)	(17)	(4)	119	52
Pessoas Físicas	(1)	-	(1)	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-
Operações a Termo	(22)	(57)	(79)	1,4	(50)	-	-	-	-	(29)	(67)	(251)
Instituições Financeiras	(21)	(29)	(50)	0,9	(50)	-	-	-	-	(29)	(38)	(67)
Empresas	(1)	(28)	(29)	0,5	-	-	-	-	-	(29)	(29)	(251)
Swaps - Ajuste a Pagar	(1.816)	(197)	(2.013)	35,4	(92)	(96)	(139)	(598)	(442)	(646)	(2.114)	(3.015)
BM&F Bovespa	(321)	(67)	(388)	6,8	(6)	(9)	(40)	(60)	(112)	(161)	(308)	(440)
Instituições Financeiras	(190)	(206)	(396)	7,0	(14)	(29)	(3)	(149)	(26)	(175)	(769)	(1.476)
Empresas	(1.249)	79	(1.170)	20,6	(70)	(50)	(73)	(364)	(303)	(310)	(1.086)	(1.086)
Pessoas Físicas	(56)	(3)	(59)	1,0	(2)	(8)	(23)	(25)	(1)	-	(28)	(13)
Derivativos de Crédito	(133)	4	(129)	2,3	(7)	(6)	(2)	(3)	(8)	(103)	(275)	(275)
Instituições Financeiras	(133)	7	(126)	2,2	(7)	(6)	(2)	(2)	(8)	(101)	(255)	(255)
Empresas	-	(3)	(3)	0,1	-	-	-	(1)	-	(2)	(106)	(20)
Forwards	(1.119)	7	(1.112)	19,6	(176)	(267)	(205)	(317)	(87)	(60)	(407)	(1.412)
Instituições Financeiras	(624)	(5)	(629)	11,1	(88)	(201)	(106)	(138)	(46)	(50)	(175)	(820)
Empresas	(494)	12	(482)	8,5	(88)	(66)	(99)	(179)	(41)	(9)	(232)	(590)
Pessoas Físicas	(1)	-	(1)	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(2)
Swaps com Verificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(230)	(745)
Swaps - Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(90)	(287)
Verificação de Swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(140)	(458)
Instituições Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18)	(380)
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(122)	(78)
Outros	(159)	(37)	(196)	3,6	46	(2)	3	(89)	(15)	(139)	(534)	(485)
Instituições Financeiras	(153)	(20)	(173)	3,1	-	-	-	(87)	-	(86)	(273)	(323)
Empresas	(6)	(17)	(23)	0,5	46	(2)	3	(2)	(15)	(53)	(22)	62
Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(239)	(224)
Total (*)	(5.621)	(50)	(5.671)	100,0	(1.113)	(837)	(586)	(1.408)	(743)	(984)	(5.332)	(14.176)
% por prazo de vencimento					19,6%	14,8%	10,3%	24,8%	13,1%	17,4%		
Participação Itaúsa - 36,57289% em 2010 e 35,46294% em 2009	(2.056)	(18)	(2.074)	100,0	(407)	(306)	(214)	(515)	(272)	(360)	(1.891)	(5.039)
Empresas Industriais	(4)	1	(3)	-	-	-	-	-	-	(3)	(85)	(42)
TOTAL	(2.060)	(17)	(2.077)		(407)	(306)	(214)	(515)	(272)	(363)	(1.976)	(5.081)

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos R\$ (1.442) (R\$ (1.163) em 31/12/2009) refere-se a circulante e R\$ (635) (R\$ (623) em 31/12/2009) não circulante.

Resultado Realizado e não Realizado na Carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/01 a 31/12/2010	01/01 a 31/12/2009
Swap	13	1.948
Termo	137	(12)
Futuro	1.415	6.729
Opções	924	572
Derivativos de Crédito	87	116
Outros	(274)	(1.197)
Total	2.302	8.156
Participação Itaúsa - 36,57289% em 2010 e 35,46294% em 2009	842	2.892
Empresas Industriais	(174)	207
TOTAL	668	3.099

b) Informações sobre Derivativos de Crédito

A ITAÚSA e suas controladas compram e vendem proteção de crédito, predominantemente relacionadas a títulos públicos do governo Brasileiro e títulos privados de empresas Brasileiras, visando atender as necessidades de nossos clientes. Quando vendemos proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito onde somos vendedores de proteção são *credit default swaps*, *total return swaps* e *credit-linked notes*. Em 31 de dezembro de 2010 a ITAÚSA e suas controladas não venderam proteção de crédito na forma de *credit-linked notes*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber, do vendedor da proteção, o valor equivalente à diferença entre valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

Total Return Swap – TRS

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos em troca de fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato TRS as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual vendemos proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Justo em 31 de Dezembro de 2010	Valor Justo em 31 de Dezembro de 2009	Valor Justo em 01 de Janeiro 2009
Por Instrumento								
CDS	3.375	541	1.234	1.184	416	(121)	(106)	(171)
TRS	424	416	-	8	-	(8)	-	(103)
Total por Instrumento	3.799	957	1.234	1.192	416	(129)	(106)	(274)
Participação Itaúsa - 36,57289% em 2010 e 35,46294% em 2009	1.389	350	451	436	152	(47)	(38)	(97)
TOTAL	1.389	350	451	436	152	(46)	(38)	(97)
Por Classificação de Risco								
Grau de Investimento	3.799	957	1.234	1.192	416	(129)	(106)	(274)
Total por Risco	3.799	957	1.234	1.192	416	(129)	(106)	(274)
Participação Itaúsa - 36,57289% em 2010 e 35,46294% em 2009	1.389	350	451	436	152	(47)	(38)	(97)
TOTAL	1.389	350	451	436	152	(47)	(38)	(97)
Por Entidade de Referência								
Governo brasileiro	-	-	-	-	-	-	-	-
Governo - outros países	-	-	-	-	-	-	-	-
Entidades Privadas	3.799	957	1.234	1.192	416	(129)	(106)	(274)
Total por Entidade	3.799	957	1.234	1.192	416	(129)	(106)	(274)
Participação Itaúsa - 36,57289% em 2010 e 35,46294% em 2009	1.389	350	451	436	152	(47)	(38)	(97)
TOTAL	1.389	350	451	436	152	(47)	(38)	(97)

Avaliamos o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a

classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). Acreditamos, com base na nossa experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor notional pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, não incorremos em nenhum evento de perda relativo a quaisquer contratos de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor *notional* dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que a ITAÚSA e suas controladas atuam como vendedor da proteção:

	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(3.375)	2.902	(473)	(2.746)	1.785	(961)	(1.807)	7.276	5.469
TRS	(424)	-	(424)	-	1	1	(446)	-	(446)
Total	(3.799)	2.902	(897)	(2.746)	1.786	(960)	(2.253)	7.276	5.023
Participação Itaúsa - 36,57289% em 2010 e 35,46294% em 2009	(1.389)	1.061	(328)	(974)	633	(340)	(801)	2.586	1.785
TOTAL	(1.389)	388	(120)	(974)	225	(121)	(801)	2.586	1.785

NOTA 08 – HEDGE CONTÁBIL

O Hedge contábil varia dependendo da natureza do objeto de hedge e da transação. Os derivativos podem se qualificar como instrumento de hedge para fins contábeis se são designados como instrumentos de hedge de valor justo, fluxo de caixa ou de investimento líquido de operações no exterior.

Para proteger a variação de fluxos de caixas futuros de pagamentos de juros, a ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding utiliza contratos de futuros DI negociados na BM&FBOVESPA relativos a certos passivos pós fixados denominados em reais e swaps de taxas de juros relativos a ações preferenciais resgatáveis denominadas em dólares emitidas por uma de nossas subsidiárias

Nos contratos de Futuro DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado como valor nominal e multiplicado pelo CDI e um montante computado como valor nominal multiplicado por uma taxa fixa. No swap de taxa de juros, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado como valor nominal multiplicado pela LIBOR e um montante computado como o valor nominal multiplicado por uma taxa fixa

Nossas estratégias de hedge de fluxo de caixa consistem em um hedge de exposição a variação nos fluxos de caixa em pagamentos de juros que são atribuíveis a alterações nas taxas de juros relativas a passivos reconhecidos.

A ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Hedge de depósitos à prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações nos CDI;
- Hedge de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR; e
- Hedge de CDB subordinado: proteger as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, a ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding adota o método do derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo de um derivativo hipotético com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, sendo que essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da mudança cumulativa no fluxo de caixa futuro esperado da obrigação protegida.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2008 (hedge CDB subordinado), 2009 (Hedge de Ações Preferenciais Resgatáveis) e 2010 (Hedge de Depósitos denominados em reais e operações compromissadas), sendo que os vencimentos dos derivativos ocorrerão entre 2012 e 2015, que é o período que os pagamentos de fluxo de caixa são esperados que ocorram e afetem a demonstração do resultado.

Derivativos utilizados em Hedge de Fluxo de Caixa	Outro Ganho ou (Perda) reconhecida em Outros Resultados abrangente em Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Ganho ou (Perda) reconhecido de derivativo (parcela inefetiva)(*)
Futuro de Taxa de Juros	8	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	1
Swap de Taxa de Juros	(20)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-

(*) Em 31 Dezembro de 2010, o ganho (perda) relativo ao hedge de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado nos próximos 12 meses é R\$1.

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor de referência e o valor justo dos derivativos e o valor contábil do objeto de hedge em 31 de dezembro de 2010:

Estratégia (*)	Instrumentos Derivativos		Objeto de Hedge
	Valor de Referência	Valor Justo	Valor Contábil
Hedge de depósitos à prazo e operações compromissadas	9.092	(10)	9.117
Hedge de ações preferenciais resgatáveis	655	(27)	655
Hedge de CDB subordinado	350	-	419

NOTA 09 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O Valor Justo e o Custo Amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009					
	Brutos não realizados			Brutos não realizados			Brutos não realizados					
	Custo / Custo Amortizado	Ganhos	Perdas	Valor Justo	Custo / Custo Amortizado	Ganhos	Perdas	Valor Justo	Custo / Custo Amortizado	Ganhos	Perdas	Valor Justo
Fundos de Investimento	756	14	-	770	1.260	13	-	1.273	1.143	10	-	1.153
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	9.949	130	-	10.079	13.631	87	-	13.718	13.094	77	(23)	13.148
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	4.584	181	(45)	4.720	1.783	197	-	1.980	2.684	135	-	2.819
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	4.736	4	(181)	4.559	7.259	25	(43)	7.241	9.434	121	(77)	9.478
Portugal	-	-	-	-	26	-	-	26	297	4	-	301
Estados Unidos	679	-	-	679	17	-	-	17	24	1	-	25
Austria	-	-	-	-	212	1	-	213	1.470	-	(10)	1.460
Dinamarca	2.108	-	(92)	2.016	1.995	6	(30)	1.971	2.108	95	-	2.194
Espanha	777	-	(43)	734	1.090	3	-	1.093	2.866	-	(36)	2.830
Coréia	262	-	(26)	236	1.748	12	(5)	1.755	1.747	21	(3)	1.765
Chile	454	1	(2)	453	1.278	3	(7)	1.274	492	-	(10)	482
Paraguai	272	2	(18)	256	417	-	-	417	-	-	-	-
Noruega	-	-	-	-	-	-	-	-	347	-	(2)	345
Uruguai	184	1	-	185	476	-	(1)	475	81	-	(7)	74
Outros	-	-	-	-	2	-	-	2	-	-	-	2
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	23.224	1.734	(547)	24.411	16.369	1.213	(492)	17.090	20.328	575	(862)	20.041
Ações Negociáveis	4.248	1.395	(519)	5.124	4.063	1.020	(389)	4.694	5.417	525	(530)	5.412
Certificado de Recebíveis Imobiliários	6.799	190	(14)	6.975	4.275	107	(88)	4.294	3.415	41	(179)	3.277
Certificado de Depósito Bancário	559	-	-	559	99	-	-	99	1.392	-	-	1.392
Debêntures	6.597	40	(3)	6.634	4.522	25	(13)	4.534	4.104	5	(14)	4.095
Euro Bonds e Assemelhados	3.745	109	(11)	3.843	1.765	61	(2)	1.824	3.545	-	(139)	3.406
Notas Promissórias	1.265	-	-	1.265	1.626	-	-	1.626	2.039	3	-	2.042
Outros	11	-	-	11	19	-	-	19	416	1	-	417
TOTAL	43.249	2.063	(773)	44.539	40.302	1.535	(535)	41.302	46.683	918	(962)	46.639
Participação Itaúsa - 36,57% em 2010, 35,46% em 2009 e 35,54% em 2008	15.817	754	(283)	16.289	14.292	544	(190)	14.647	16.593	326	(342)	16.577
Empresas Industriais	525	(61)	51	514	156	(31)	23	147	476	(165)	2	313
TOTAL	16.342	693	(232)	16.803	14.448	513	(167)	14.794	17.069	161	(340)	16.890

(1) Os Ativos Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 920 (R\$ 1.242 em 31/12/2009) e d) R\$ 551 (R\$ 152 em 31/12/2009).

Resultado Realizado de Ativos Financeiros

	01/01 a 31/12/2010	01/01 a 31/12/2009
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Ganhos	245	278
Prejuízos	(79)	(209)
Total	166	68
Participação Itaúsa - 36,57% em 2010 e 35,46% em 2009	61	24
Empresas Industriais	4	7
TOTAL	65	31

O Custo Amortizado e o Valor Justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Custo / Custo Amortizado	Valor Justo	Custo / Custo Amortizado	Valor Justo	Custo / Custo Amortizado	Valor Justo
Circulante	18.783	19.566	20.345	21.012	25.297	25.327
Sem Vencimento	5.000	5.890	5.318	5.962	3.560	3.450
Até um ano	13.783	13.676	15.027	15.050	21.737	21.877
Não Circulante	24.466	24.973	19.957	20.290	21.386	21.312
De um a cinco anos	12.060	12.228	13.560	13.737	13.438	13.469
De cinco a dez anos	7.281	7.400	2.637	2.689	4.127	3.990
Após dez anos	5.125	5.345	3.760	3.864	3.821	3.853
Total	43.249	44.539	40.302	41.302	46.683	46.639
Participação Itaúsa - 36,57% em 2010, 35,46% em 2009 e 35,54% em 2008	15.817	16.289	14.292	14.647	16.593	16.577
Empresas Industriais	525	514	156	147	470	307
TOTAL	16.342	16.803	14.448	14.794	17.063	16.884

Durante o período findo em 31/12/2010 não houve Perda Permanente de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

NOTA 10 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

O Valor Justo e o custo amortizado correspondente aos Ativos Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
	Custo Amortizado	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	2.764	1.942	1.215
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	226	238	1.581
Títulos Públicos - Outros Países	16	17	23
Títulos de Dívida de Empresas (*)	164	233	-
Debêntures	30	45	10
Euro Bonds e Assemelhados	130	183	275
Certificado de Recebíveis Imobiliários	4	5	7
Total	3.170	2.430	3.111
Participação Itaúsa - 36,57289% em 2010 e 35,46294% em 2009	1.159	862	1.106
TOTAL	1.159	862	1.106

(*) Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento dados em Garantia de Operações de Captações de Instituições Financeiras e Clientes era de R\$ 44 (R\$ 98 em 31/12/2009).

O Valor Justo e o custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
	Custo Amortizado	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Circulante	284	41	206
Sem vencimento até um ano	284	41	206
Não Circulante	2.886	2.389	2.905
De um a cinco anos	344	616	563
De cinco a dez anos	77	79	610
Após dez anos	2.465	1.694	1.732
Total	3.170	2.430	3.111
Participação Itaúsa - 36,57289% em 2010 e 35,46294% em 2009	1.159	862	1.106
TOTAL	1.159	862	1.106

NOTA 11 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO - ITAÚ UNIBANCO HOLDING

a) Operações de Crédito

Abaixo apresentamos a composição dos saldos de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, por tipo	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Empréstimos e Títulos Descontados	121.398	100.577	102.048
Financiamentos	76.988	47.685	42.713
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	5.425	5.143	5.654
Financiamentos Imobiliários	16.318	11.003	8.676
Operações de Arrendamento Mercantil	38.284	48.401	51.899
Operações com Cartões de Crédito	34.259	28.670	23.756
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio	2.738	3.251	6.404
Outros Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	77	333	540
Total de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, bruto de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	295.487	245.063	241.690
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	19.994	20.245	16.835
Total de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	275.493	224.818	224.855
	36,57%	35,46%	35,54%
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	108.068	86.907	85.907
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.312)	(7.180)	(5.984)
Total Participação Itaúsa	100.756	79.727	79.923
Por setor do devedor	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Setor Público	1.138	1.620	1.802
Indústria e Comércio	84.997	67.902	73.639
Serviços	60.295	48.657	43.918
Setor Primário	13.933	13.299	14.823
Outros Setores	2.185	1.278	3.700
Pessoa Física	132.939	112.307	103.808
Total de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, bruto de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	295.487	245.063	241.690
	36,57%	35,46%	35,54%
Participação da Itaúsa	108.068	86.907	85.907
Por vencimento (*)	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Vencidas a partir de 1 dia	4.472	4.578	3.790
A vencer até 3 meses	30.212	26.408	27.991
A vencer de 3 a 12 meses	28.291	23.287	23.807
A vencer acima de um ano	45.093	32.634	30.319
Total de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, bruto de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	108.068	86.907	85.907
Por Concentração (*)	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Principal Devedor	592	766	1.323
10 Maiores Devedores	4.137	3.731	4.592
20 Maiores Devedores	6.698	5.858	7.002
50 Maiores Devedores	11.642	9.974	11.380
100 Maiores Devedores	15.708	13.634	14.551

(*) Os valores indicados nestes quadros já refletem a participação da Itaúsa

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As variações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa nos saldos da rubrica "Empréstimos e Adiantamentos a Clientes" são as seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2010	31/12/2009
Saldo Inicial de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	20.245	16.836
Constituição Líquida do Período	15.548	15.679
Baixas	(15.799)	(12.270)
Saldo final de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	19.994	20.245
	36,57%	35,46%
Participação Itaúsa	7.312	7.180

Abaixo apresentamos a composição por Setor do Devedor, do saldo final de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

Por Setor do Devedor	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Setor Público	16	57	1
Indústria e Comércio	5.658	4.258	2.678
Serviços	3.020	2.185	1.430
Setor Primário	318	529	380
Outros Setores	123	64	225
Pessoa Física	10.859	13.152	12.121
Total da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	19.994	20.245	16.835
	36,57%	35,46%	35,54%
Participação Itaúsa	7.312	7.180	5.984

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Empréstimos e Adiantamentos de forma individual para os Ativos Financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para Ativos Financeiros que não sejam individualmente significativos (conforme descrito na nota explicativa 2.4 f VIII).

Demonstramos a seguir a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes:

	31/12/2010	31/12/2009
Créditos Avaliados Individualmente	137	61
Créditos Avaliados Coletivamente	7.175	7.119

c) Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

Apresentamos abaixo a análise do Valor Presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Financeiros por Vencimento:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2010			31/12/2009		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	19.462	(2.047)	17.415	25.155	(3.056)	22.099
Até 1 ano	19.462	(2.047)	17.415	25.155	(3.056)	22.099
Não Circulante	29.748	(8.879)	20.869	38.835	(12.531)	26.304
Entre 1 e 5 anos	28.793	(8.693)	20.100	37.302	(12.404)	24.898
Acima de 5 anos	955	(186)	769	1.533	(127)	1.406
Total	49.210	(10.926)	38.284	63.990	(15.587)	48.403
	36,57%			35,46%		
Participação Itaúsa	17.998	(3.996)	14.002	22.693	(5.528)	17.165

NOTA 12 – COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL – ENTIDADE ARRENDATÁRIA**a) Arrendamento mercantil financeiro**

A ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido destes bens é de R\$ 77 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 109 em 31 de dezembro de 2009).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2010	31/12/2009
Circulante - Menos de 1 ano	129	63
Não Circulante - De 1 a 5 anos	83	46
Total de pagamento mínimos futuros	212	109
Rendas a Apropriar	2	-
Valor Presente	210	109
	36,57%	35,46%
Participação Itaúsa	77	39

b) Arrendamento Mercantil Operacional

A ITAÚSA por intermédio de sua controlada ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, ou celebrar outros contratos de locação.

Os pagamentos mínimos com serviços prestados por terceiros e com aluguéis segundo contratos de arrendamento operacional e de capital, com prazos de aluguéis iniciais e remanescentes não passíveis de cancelamento superiores a um ano em 31 de dezembro de 2010 e 2009 eram os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2010	31/12/2009
Circulante	823	-
Até 1 ano	823	-
Não Circulante	3.311	3.392
De 1 a 5 anos	2.571	2.646
Mais de 5 anos	740	746
Total de Pagamento Mínimos Futuros	4.134	3.392
Participação Itaúsa	36,57%	35,46%
Total	1.512	1.203

NOTA 13 - ESTOQUES - ÁREA INDUSTRIAL

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Matéria-Prima, auxiliares e embalagens	307	306	331
Produtos Acabados	245	297	307
Produtos em elaboração	81	103	68
Almoxarifado Geral	62	57	56
Adiantamento a Fornecedores	16	4	1
Provisão para perdas nos estoques	(50)	(35)	(32)
Outros	2	1	1
Total	663	733	732

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008 as controladas da ITAÚSA CONSOLIDADO não possuíam estoques dados em garantia.

NOTA 14 - INVESTIMENTOS

I) Participação em Controladas - ITAÚSA

O quadro abaixo demonstra a participação da ITAÚSA em entidades controladas, que são consolidadas nas Demonstrações Contábeis.

E m p r e s a s	Saldos em 31/12/2009	Subscrições / Aquisições (Vendas)	Recebimento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (1)	Resultado de Participação em Controladas	Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	Ajustes Acumulados de Conversão	Outorga de Opções Reconhecidas	Saldos em 31/12/2010
Itaú Unibanco Holding S.A.	9.348	979	(1.538)	3.196	(19)	105	205	12.276
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	10.123	-	(94)	1.120	(17)	-	181	11.313
Duratex S.A.	859	247	(52)	140	(3)	(1)	2	1.195
Elekeiroz S.A.	14	420	(11)	35	-	-	-	458
Itautec S.A.	383	25	(6)	(48)	35	1	-	390
Itaúsa Empreendimentos S.A.	-	93	-	4	-	-	-	97
ITH Zux Cayman Company Ltd.	29	11	-	(1)	-	-	-	39
Itaucorp S.A.	(4)	(865)	(1)	18	-	-	-	-
Elekpart Participações e Administração S.A.	(4)	(52)	-	1	-	-	-	-
Outras Controladas	7	(7)	-	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL	21.662	851	(1.702)	4.465	(1)	105	388	25.768

(1) Em rendas a receber, estão registrados dividendos e juros sobre capital próprio a receber;

(2) Inclui receita e despesa não operacional por variação de participação;

(3) Inclui despesa de variação cambial;

(4) Investimentos incorporados em 30/04/2010.

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período		Nº de ações de propriedade da ITAÚSA		Participação no Capital Social	Participação no Capital votante
			Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais		
Itaú Unibanco Holding S.A.	45.000	67.942	12.493	77.192	885.142.979	36,57%	64,16%	
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	6.000	17.293	1.683	350.942.273	355.227.092	50,00%	66,53%	
Duratex S.A.	1.288	3.453	467	-	161.725.141	35,32%	35,32%	
Elekeiroz S.A.	220	466	45	16.117.360	14.261.751	98,23%	96,59%	
Itautec S.A.	250	514	12	-	10.953.370	94,01%	94,01%	
Itaúsa Empreendimentos S.A.	48	97	4	-	752.189	100,00%	100,00%	
ITH Zux Cayman company Ltd.	59	39	0	-	35.000.000	100,00%	100,00%	

Empresas	Saldos em 31/12/2008	Subscrições / Aquisições / (Vendas)	Recebimento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (1)	Resultado de Participação em Controladas	Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	Ajustes Acumulados de Conversão	Outorga de Opções Reconhecidas	Saldos em 31/12/2009
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	9.347	-	(67)	730	112	-	-	10.122
Itaucorp S.A.	799	-	-	49	-	(1)	1	848
Duratex S.A.	606	-	(18)	80 (2)	-	189	3	860
Itautec S.A.	354	-	(11)	38	2	-	-	383
Elektopart Participações e Administração S.A.	51	-	-	-	-	-	-	51
ITH Zux Cayman Company Ltd.	43	-	-	(13)	-	-	-	30
Elekeiroz S.A.	13	-	-	-	-	-	-	13
Outras Controladas	7	-	-	-	-	-	-	7
TOTAL GERAL	18.605	51	(1.420)	4.369	213	(180)	24	21.662

(1) Em rendas a receber, está registrado dividendos e juros sobre o capital próprio a receber;

(2) Inclui receita/(despesa) não operacional por variação de participação;

II - INVESTIMENTOS EM EMPRESAS NÃO CONSOLIDADAS - ITAÚSA CONSOLIDADO

a) Composição

	31/12/2010				31/12/2009						
	% de participação em 31/12/2010				01/01/2009						
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado	Investimento
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. (a)	42,93	42,93	2.494	343	1.967	107	2.782	1.888	29	1.941	-
Banco BPI S.A. - (b)	19,04	19,04	3.584	394	682	75	524	914	84	903	1.014
Serasa S.A.	24,39	24,39	1.048	268	256	65	-	250	60	-	154
Outros (c)	-	-	-	-	42	35	-	128	29	-	45
Total - Itaú Unibanco	-	-	-	-	2.947	282	-	3.180	202	-	1.213
Participação Itaúsa						36,57%		35,46%			35,54%
Outros Investimentos					1.079	103	-	1.129	72	-	431
Total					1.079	161	-	1.129	135	-	488

(a) Itaú Unibanco Holding adquiriu ações da Porto Seguro S.A. em 23 de agosto de 2009. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 896 em 31 de Dezembro de 2010 e R\$ 936 em 31 de Dezembro de 2009 que corresponde a diferença entre a participação nos ativos líquidos da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento.

(b) Banco BPI S.A. é uma entidade investida do IPI - Itaúsa Investimentos Ltda. ("IPI"). A Itaúsa Export S.A., detém 51,00% das ações do IPI, sendo 49,00% mantidos por subsidiárias do Itaú Unibanco Holding.

(c) Inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Bracor Investimentos Imobiliários S.A. (10,57% capital total e votante), Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (25,37% capital total e votante); Estrutura Brasileira de Projetos S.A. (11,11% capital total e votante), Latosol Empreendimentos e Participação Ltda (32,11% capital total e votante) e Tecnologia Bancária S.A. (14,86% capital total e 24,81% capital votante).

b) Outras informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações financeiras das investidas de forma agregada.

ITAÚSA CONSOLIDADO	31/12/2010	31/12/2009
Total de ativos	118.236	130.741
Total de passivos	112.409	124.970
Total de receitas	16.301	10.198
Total de despesas	(15.039)	(9.505)

As investidas não possuem passivos contingentes aos quais a Itaúsa Consolidado esteja significativamente exposta.

ITAÚSA	31/12/2010	31/12/2009
Total de ativos	750.159	598.725
Total de passivos	663.037	522.830
Total de receitas	61.490	60.181
Total de despesas	(46.787)	(46.520)

NOTA 15 - IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE USO	Taxas anuais de depreciação (%)	Saldo em 01/01/2009			Saldo em 31/12/2009			Movimentações			Saldo em 31/12/2010		
		Valor Líquido	Depreciação Acumulada	Custo	Valor Líquido	Depreciação Acumulada	Custo	Aquisições	Baixas	Despesa Depreciação	Outros	Custo	Depreciação Acumulada
IMÓVEIS DE USO	-	1.565	(909)	2.699	1.790	(144)	259	(4)	(144)	38	2.990	(1.025)	1.965
Terrenos	-	766	-	860	860	-	128	(1)	-	-	997	-	997
Edificações	4	537	(737)	1.457	720	(68)	49	(2)	(68)	31	1.587	(848)	739
Benfeitorias	10	262	(172)	382	210	(76)	82	(1)	(76)	7	406	(177)	229
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO	-	1.828	(2.359)	4.873	2.514	(505)	788	(50)	(505)	(67)	5.689	(3.037)	2.652
Instalações de Uso	5 a 20	74	(111)	388	277	(89)	65	(4)	(89)	1	671	(417)	254
Móveis e Equipamentos de Uso	10 a 20	1.343	(842)	2.509	1.667	(173)	167	(1)	(173)	35	2.721	(1.022)	1.699
Sistema Processamento de Dados (*)	20 a 50	319	(1.206)	1.471	265	(214)	355	(25)	(214)	48	1.783	(1.392)	391
Outros (Comunicação, Seg., Transp.)	4 a 20	92	(200)	505	305	(29)	201	(20)	(29)	(151)	514	(206)	308
TOTAL IMOBILIZADO		3.393	(3.268)	7.572	4.304	(649)	1.047	(54)	(649)	(29)	8.679	(4.062)	4.617

(*) Possuímos contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento financeiro. De acordo com esse método, o ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis, sendo o ativo depreciado de forma consistente com os critérios de depreciação que normalmente utilizamos para ativos próprios. Esses contratos montam R\$ 56 em 31 dezembro de 2010.

NOTA 16 – ATIVOS BIOLÓGICOS

A ITAÚSA CONSOLIDADO detém através de sua controlada Duraflora S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de auto suficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2010 possuía aproximadamente 136,2 mil hectares em áreas de efetivo plantio (31/12/2009: 125,6 mil hectares e 01/01/2009: 79,0 mil hectares) que são cultivadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Em decorrência da combinação de negócios foram adicionados em 2009, 44,8 mil hectares e outros 6,5 mil hectares em 2010 referentes a compras no Estado de São Paulo.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas com até dois anos de vida que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente).

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Companhia, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), baseado na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. São realizados inventários rotativos a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos saldos

Os saldos dos ativos biológicos são compostos pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Custo de formação dos ativos biológicos	471	363	182
Diferencial entre o custo e o valor justo	559	507	284 (*)
Valor justo dos ativos biológicos	1.030	870	466

(*) O valor de R\$ 284 refere-se ao ajuste na data de transição tendo como contra partida Lucros acumulados, que líquido dos efeitos tributários, totaliza R\$ 187.

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	31/12/2010	31/12/2009
Saldo inicial	870	466
Compras	58	3
Combinação de negócios	-	370
Exaustão	(168)	(124)
Valor justo	270	155
Saldo final	1.030	870

A elevação do saldo é decorrente do aumento das áreas plantadas para suportar a expansão das operações da companhia.

O ajuste positivo no valor é decorrente dos maiores preços da madeira em pé, do aumento das áreas de efetivo plantio, bem como de sua maior produtividade.

NOTA 17 - ATIVOS INTANGÍVEIS - ITAÚSA CONSOLIDADO (*)

INTANGÍVEL	01/01/2009		31/12/2009		Movimentações					31/12/2010		
	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa de Amortização	Redução à Valor Recuperável	Outros	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Direitos de Aquisição de Folha de Pagamento	851	921	(324)	597	67	(26)	(237)	(6)	18	889	(476)	413
Ágio sobre ações adquiridas do Itaú Unibanco Holding	-	-	-	-	809	-	-	-	-	809	-	809
Outros Ativos Intangíveis	647	1.621	(314)	1.307	188	(14)	(167)	(1)	155	1.883	(414)	1.469
Associação Para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	405	498	(6)	492	88	(7)	(65)	(1)	16	543	(21)	522
Gastos com Aquisição de Software	135	475	(279)	196	94	(3)	(67)	-	13	557	(319)	238
Direito de Administração de Fundos de Investimentos	105	87	(19)	68	-	-	(11)	-	(3)	96	(39)	57
Marcas e Patentes	-	2	-	2	-	-	-	-	-	2	-	2
Ágio por Rentabilidade Futura	-	210	-	210	-	-	-	-	-	210	-	210
Carteira de Clientes	-	329	(7)	322	-	-	(22)	-	-	329	(29)	300
Outros Ativos Intangíveis	2	20	(3)	17	6	(4)	(2)	-	129	146	(6)	140
INTANGÍVEL	1.498	2.542	(638)	1.904	1.064	(40)	(404)	(7)	173	3.581	(890)	2.691

(a) O prazo de amortização é de acordo com o prazo do contrato.

(*) Na ITAUSA o total de intangíveis refere-se ao ágio sobre ações de emissão do Itaú Unibanco Holding adquiridas após a data de transição.

NOTA 18 - DEPÓSITOS

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

Depósitos e Captações de Clientes

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Circulante	Não Circulante	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Depósitos Remunerados	114.017	63.134	177.151	165.851	179.031
Depósitos a Prazo	53.522	62.894	116.416	113.902	135.676
Depósitos Interfinanceiros	1.689	240	1.929	1.993	2.921
Depósitos para Investimento	906		906	997	1.138
Depósitos de Poupança	57.900		57.900	48.959	39.296
Depósitos não Remunerados	25.537	-	25.537	24.865	26.997
Depósitos a Vista	25.349		25.349	24.664	26.760
Outros Depósitos	188		188	201	237
Total	139.554	63.134	202.688	190.716	206.028
Participação Itaúsa		36,57%		35,46%	35,54%
Total	51.039	23.090	74.129	67.634	73.231

NOTA 19 - PASSIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação			
Notas Estruturadas	1.335	663	295
Total	1.335	663	295
Participação Itaúsa - 36,57% em 2010, 35,46% em 2009 e 35,54% em 2008	488	235	105
Empresas Industriais	(0)	(0)	0
TOTAL	488	235	105

O valor da variação em 31/12/2010 dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação foi de R\$ (17) (R\$ 95 em 31/12/2009) mais do que o valor contratual até o vencimento.

NOTA 20 - CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE MERCADOS INTERBANCÁRIOS E INSTITUCIONAIS

a) Mercados Aberto e Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2010			31/12/2009	01/01/2009
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Mercado Aberto	122.445	77.212	199.657	131.946	123.972
Interbancários	32.551	30.048	62.599	44.722	53.306
Letras Hipotecárias	48	254	302	512	501
Letras de Crédito Imobiliário	8.259	477	8.736	6.030	4.234
Letras Agronegócios	2.660	114	2.774	2.283	4.282
Letras Financeiras	-	2.466	2.466	-	-
Financiamento à Importação e à Exportação	11.815	3.640	15.455	12.228	24.063
Repasses no país	9.769	21.920	31.689	22.403	18.521
Outros	-	1.177	1.177	1.266	1.706
Participação Itaúsa		36,57%		35,46%	35,54%
Mercado Aberto	44.782	28.239	73.020	46.792	44.065
Interbancários	11.905	10.989	22.894	15.860	18.947

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. Na tabela a seguir, apresentamos a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No país	No Exterior
Mercado Aberto	70% do CDI a 15,57% do CDI	0,15% a 1,25%
Letras Hipotecárias	-	2,70% a 7,52%
Letras de Crédito Imobiliário	80% do CDI a 100,00% do CDI	-
Letras Agronegócios	20% CDI a 94% CDI	-
Financiamento à Importação e a Exportação	0,87% a 12,75%	0,40% + LIBOR a 2,94% + LIBOR
Repasses no país	0% a 15% PRÉ	-

'Em "Mercado Aberto", apresentamos nossos passivos em transações nas quais vendemos a vista, para clientes, títulos de dívida emitidos por nossas subsidiárias consolidadas, anteriormente mantidos em tesouraria, e nos comprometemos a recomprá-los a qualquer momento após a venda até uma data final de recompra, na qual eles serão obrigatoriamente recomprados por nós. O preço da recompra é calculado como o preço pago na data da venda acrescido de juros a taxas variando entre 70% da taxa do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) a 15,57%. As datas finais de recompra vão até janeiro de 2027.

NOTA 21 - OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

a) Outros Ativos

	31/12/2010	31/12/2009
Financeiros	15.724	9.483
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	6.606	3.376
Operações de Seguros e Resseguros	1.131	936
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 31)	4.032	3.904
Depósitos em Garantia de Captações de Recursos Externos	685	-
Negociação e Intermediação de Valores	1.953	307
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 31)	652	313
Serviços Prestados a Receber	417	335
Valores a Receber do (FCVS) - Fundo para Compensação de Variações Salariais	211	189
Operações sem Características de Concessão de Crédito	36	123
Não Financeiros	2.345	2.299
Despesas Antecipadas	768	873
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 29b e c)	701	690
Diversos no País	597	329
Diversos no Exterior	71	90
Outros	208	317

b) Outros passivos

	31/12/2010	31/12/2009
Financeiros	14.999	9.585
Operações com Cartões de Crédito	13.645	9.066
Carteira de Câmbio	117	58
Negociação e Intermediação de Valores	1.133	403
Obrigações Leasing Financeiro	77	39
Recursos de Consorciados	27	20
Não Financeiros	8.524	6.193
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.312	1.336
Obrigações por Convênios/Serviços de Pagamentos	475	147
Provisão de Pessoal	497	414
Ordens de Pagamento	803	959
Sociais e Estatutárias	1.474	1.702
Credores Diversos - País e Exterior	844	750
Credores por Recursos a Liberar	324	129
Relativas a Operações de Seguros	513	654
Outros	1.282	102

c) Outros Ativos e Outros Passivos segregados em Circulante e Não Circulante

	31/12/2010		31/12/2009	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Outros Ativos Financeiros	10.001	4.896	5.077	4.406
Outros Ativos não Financeiros	1.488	857	1.469	830
Outros Passivos Financeiros	14.960	39	9.560	25
Outros Passivos não Financeiros	8.441	83	6.109	84

NOTA 22 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

Em Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária ocorridas em 2010, foram aprovadas as seguintes propostas do Conselho de Administração:

- Cancelamento das 1.382.038 ações escriturais preferenciais de emissão própria existentes em tesouraria, sem redução do capital social;
- Aumento do capital social decorrente da incorporação das sociedades Seg-Part S.A., Elekpart Participação e Administração S.A., Itaucorp S.A. e Rouxinol Administração e Participações Ltda, em R\$ 0,405 com emissão de 448.949 ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal da sociedade, atribuídas aos acionistas minoritários das sociedades Seg-Part S.A. e Itaucorp S.A..
- Aumento do capital social no montante de R\$ 266, mediante emissão de 28.000.000 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 10.758.861 ordinárias e 17.241.139 preferenciais, com integralização em dinheiro ou em créditos originários de dividendos ou Juros sobre Capital Próprio.

Em decorrência dos itens precedentes, o Capital Social foi elevado para R\$ 13.266 representado por 4.374.281.589 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 1.680.795.973 ordinárias e 2.693.485.616 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 10,00 por lote de mil ações, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no início e final do exercício de 2009 e 2010:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Ações Representativas do Capital Social em 01/01/2009	1.491.119.451	2.394.765.818	3.885.885.269	10.000
Cancelamento de Ações - AGO/E de 30/04/2009	-	(4.404.840)	(4.404.840)	-
Bonificação de ações - AGO/E de 30/04/2009	149.111.945	239.036.097	388.148.042	2.550
Subscrição de ações (homologado pela AGE de 29/06/2009)	29.805.716	47.780.491	77.586.207	450
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2009	1.670.037.112	2.677.177.566	4.347.214.678	13.000
Ações em Tesouraria em 01/01/2009 (*)	-	4.404.840	4.404.840	(46)
(-) Cancelamento de Ações - AGO/E de 30/04/2009	-	(4.404.840)	(4.404.840)	46
Aquisições de ações	-	1.382.038	1.382.038	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2009	-	1.382.038	1.382.038	-
Em Circulação em 31/12/2009	1.670.037.112	2.675.795.528	4.345.832.640	13.000

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2009	1.670.037.112	2.677.177.566	4.347.214.678	13.000
Residentes no País	1.669.421.534	1.853.099.424	3.522.520.958	10.534
Residentes no Exterior	615.578	824.078.142	824.693.720	2.466
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01/2010 a 31/12/2010	10.758.861	16.308.050	27.066.911	266
Cancelamento de Ações (AGE de 30/04/2010)	-	(1.382.038)	(1.382.038)	-
Aumento de Capital por Incorporação de empresas (AGE de 30/04/2010)	-	448.949	448.949	-
Subscrição de Ações (homologado pela AGE de 30/06/2010)	10.758.861	17.241.139	28.000.000	266
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2010	1.680.795.973	2.693.485.616	4.374.281.589	13.266
Residentes no País	1.680.546.641	1.746.312.444	3.426.859.085	10.393
Residentes no Exterior	249.332	947.173.172	947.422.504	2.873
Ações em Tesouraria em 01/01/2010 (*)	-	1.382.038	1.382.038	15
(-) Cancelamento de Ações (AGE de 30/04/2010)	-	(1.382.038)	(1.382.038)	(15)
Ações em Tesouraria em 31/12/2010 (*)	-	-	-	-
Em Circulação em 31/12/2010	1.680.795.973	2.693.485.616	4.374.281.589	13.266

(*) Ações de própria emissão adquiridas com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,014 por ação. O valor por ação foi mantido conforme deliberado na AGO/E de 10/11/2008. No período foram pagos ou creditados aos acionistas o valor de R\$ 713 – R\$ 0,1870 por ação na forma de antecipação de dividendos do exercício.

De acordo com o IAS 1 e IAS 10, os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos, antes que as demonstrações contábeis sejam autorizadas para emissão, não estão provisionados e totalizam R\$ 445 – R\$ 0,1016 por ação.

I. Cálculo

	(Em Milhões de Reais)			
	2010		2009	
Lucro Líquido	4.417		2.902	(1)
Ajustes				
(-) Reserva Legal	(221)		(145)	
Base de Cálculo do Dividendo	4.196		2.757	
Dividendo Mínimo Obrigatório	1.049	25,00%	689	25,00%
(+) Reversão da Reserva de Lucros a Realizar	-		220	
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio após a Realização da Reserva de Lucros a Realizar	1.049	25,00%	909	32,98%
Valor a ser proposto excedente ao mínimo obrigatório	378		323	
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio Proposto	1.427	34,01%	1.232	44,69%

II. Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRF	Líquido
Pagos / Antecipados	436	(47)	389
Dividendos	122	-	122
1 parcela trimestral de R\$ 0,014 por ação paga em 01/07/2010	61	-	61
1 parcela trimestral de R\$ 0,014 por ação paga em 01/10/2010	61	-	61
Juros sobre o Capital Próprio	313	(47)	266
1 parcela de R\$ 0,0716 por ação pago em 20/08/2010	313	(47)	266
Provisionados	755	(95)	660
Dividendos	122	-	122
1 parcela trimestral de R\$ 0,014 por ação paga em 03/01/2011	61	-	61
1 parcela trimestral de R\$ 0,014 por ação a ser paga em 01/04/2011	61	-	61
Juros sobre o Capital Próprio	633	(95)	537
1 parcela de R\$ 0,0874 por ação, creditados em 30/12/2010 a serem pagos em 29/04/2011	382	(57)	325
1 parcela de R\$ 0,0472 por ação, a serem pagos em 17/03/2011	206	(31)	175
1 parcela de R\$ 0,01008 por ação, a serem pagos em 10/06/2011	44	(7)	37
A ser Provisionado / Declarado	445	(67)	378
Juros sobre o Capital Próprio	445	(67)	378
1 parcela de R\$ 0,10162 por ação, a ser declarado (Nota 2.4v)	445	(67)	378
Total em 31/12/2010 - R\$ 0,3262 líquido por ação	1.636	(209)	1.427
Total em 31/12/2009 - R\$ 0,2835 líquido por ação (2)	1.407	(174)	1.232

(1) O cálculo do dividendo apresentado em 2009 está sendo apresentado em BRGAAP anterior em valores calculados à época, considerando ter sido a base para pagamento.

(2) Para melhor comparabilidade considerou-se as Bonificações

c) Reservas

- **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

- **Reservas estatutárias**

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;
- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e
- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

	31/12/2010	31/12/2009
RESERVAS DE LUCROS	11.503	11.282
Legal	1.777	1.556
Estatutárias	9.726	9.726
Equalização de Dividendos	3.636	3.636
Reforço do Capital de Giro	3.053	3.053
Aumento de Capital de Empresas Participadas	3.037	3.037
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	445	380
Outras Reservas	1.181	174
Total das Reservas na Controladora	13.129	11.836

NOTA 23 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Plano para Outorga de Opções de Ações de Controladas

a) Itaú Unibanco Holding

I – Objetivo e Diretrizes do Plano

O Grupo possui plano para outorga de opções de ações aos seus executivos. Este plano visa integrar executivos no processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo, através da outorga de opções de ações simples ou bonificadas, pessoais, impenhoráveis e intransferíveis, que concedem o direito de subscrição de uma ação do capital autorizado ou, a critério da administração, de aquisição de uma ação em tesouraria adquirida para recolocação.

Somente podem ser outorgadas opções em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas e em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações possuídas pelos acionistas na data do balanço de encerramento no exercício. Compete ao Comitê de Pessoas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING a definição da quantidade, da proporção de contrapartida em opções bonificadas, dos beneficiários, o tipo de opção, o prazo de vigência das séries, o “período de carência” e os “períodos de suspensão” para o exercício das opções. Podem participar deste programa diretores e membros do Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas (“ADMINISTRADORES”) e funcionários com base em avaliação de potencial e performance.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a liquidação deste PLANO entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos beneficiários.

II – Características do Plano

II.1 – Opções Simples

Programas Anteriores

O Itaú e o Unibanco possuíam, antes da associação, Planos de Outorga de Opções de Ações (Programas Anteriores). Aos beneficiários elegíveis ao programa, são outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada beneficiário. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA no período de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) meses anteriores à data de emissão das opções, facultado, ainda, ajuste de até 20%, para mais ou para menos e reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou IPCA, na sua falta, pelo índice que o comitê designar. Não são mais outorgadas opções neste modelo.

Programa Pós Associação

Aos beneficiários elegíveis ao programa, são outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada beneficiário. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA no período de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) meses referente aos últimos meses do exercício ao qual as opções se referem. O preço de exercício é ajustado pelo IGPM.

O período de carência é de 1 (um) a 7 (sete) anos contados a partir da data de aquisição das ações próprias. Durante o exercício não foram outorgadas opções neste programa.

II – Plano de Sócios

Os executivos selecionados para participar do programa podem investir um percentual de seus bônus para adquirir ações e ou o direito de receber ações (“Instrumentos Baseados em Ações”). As ações adquiridas, bem como os instrumentos baseados em ações deverão ser mantidas pelos executivos em sua propriedade por um prazo de 3 a 5 anos e estão sujeitas a variação de mercado. No momento em que adquirem ações próprias e/ou instrumentos baseado em ações é outorgada opções bonificadas de acordo com a classificação dos executivos. Os prazos de carência das Opções Bonificadas e dos Instrumentos Baseados em Ações é de 1 a 5 anos. Os Instrumentos Baseados em Ações e as Opções Bonificadas são convertidos em ações próprias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na proporção de uma ação para cada instrumento após o respectivo período de carência sem pagamento no exercício.

O preço de aquisição das ações próprias e dos Instrumentos Baseado em Ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações nos pregões da BM&FBOVESPA nos 30 dias que antecederem à fixação do referido preço.

As ações recebidas ao final do período de carência das Opções Bonificadas deverão ser mantidas em propriedade por prazos de entre 5 e 8 anos contados a partir da data de aquisição das ações próprias.

Resumo da Movimentação do Plano

Nº	Outorga Data	Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço de Exercício Atualizado (R\$1)	Opções Exercidas		Saldo Anterior 31/12/2009	Quantidade de Ações			Saldo a Exercer em 31/12/2010
					Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado		Outorgadas	Exercidas	Perda de Direito	
Opções Simples											
09ª	10/03/2003	31/12/2007	31/12/2010	-	7,85	38,55	570.500	-	570.500	-	-
09ª	02/05/2005	31/12/2007	31/12/2010	-	7,85	38,55	6.187	-	6.187	-	-
16ª	02/09/2003	02/09/2008	25/02/2010	-	7,77	36,03	38.263	-	38.263	-	-
10ª	16/02/2004	31/12/2008	31/12/2011	12,70	12,15	39,34	1.886.792	-	1.173.850	-	712.942
24ª	19/07/2004	13/01/2009	05/05/2010	-	12,58	39,59	29.516	-	29.516	-	-
25ª	04/08/2004	13/01/2009	05/05/2010	-	6,76	39,65	329.506	-	329.506	-	-
27ª	01/02/2005	01/02/2009	05/05/2010	-	15,76	36,97	206.342	-	206.342	-	-
27ª	01/02/2005	05/05/2009	31/01/2011	16,38	-	-	12.650	-	-	-	12.650
30ª	04/07/2006	04/07/2009	03/07/2010	-	26,73	32,50	52.710	-	52.710	-	-
33ª	30/08/2006	30/08/2009	29/08/2010	-	29,62	38,45	21.084	-	21.084	-	-
29ª	19/09/2005	19/09/2009	18/09/2010	-	20,14	38,33	12.650	-	12.650	-	-
11ª	21/02/2005	31/12/2009	31/12/2012	17,88	16,69	39,49	7.082.200	-	4.204.600	-	2.877.600
11ª	01/08/2005	31/12/2009	31/12/2012	17,88	-	-	27.500	-	-	-	27.500
11ª	06/08/2007	31/12/2009	31/12/2012	17,88	-	-	11.357	-	-	-	11.357
27ª	01/02/2005	01/02/2010	31/01/2011	16,38	15,76	36,97	1.068.901	-	999.802	52.710	16.389
34ª	21/03/2007	21/03/2010	20/03/2011	34,60	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2010	21/03/2011	34,56	-	-	29.518	-	-	-	29.518
30ª	04/07/2006	04/07/2010	03/07/2011	27,42	-	-	52.710	-	-	-	52.710
33ª	30/08/2006	30/08/2010	29/08/2011	-	29,62	38,45	21.084	-	21.084	-	-
29ª	19/09/2005	19/09/2010	18/09/2011	20,78	20,14	38,33	25.300	-	12.650	-	12.650
12ª	21/02/2006	31/12/2010	31/12/2013	26,60	25,68	39,83	9.579.384	-	1.554.134	-	8.025.250
12ª	06/08/2007	31/12/2010	31/12/2013	26,60	-	-	15.867	-	-	-	15.867
16ª	10/08/2009	31/12/2010	31/12/2014	30,25	-	-	874.167	-	-	-	874.167
Total de Opções Exercíveis					16,67	39,08	22.030.089	-	9.232.878	52.710	12.744.501
34ª	21/03/2007	21/03/2011	20/03/2012	34,60	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2011	21/03/2012	34,56	-	-	29.518	-	-	-	29.518
36ª	14/05/2008	14/05/2011	13/05/2012	42,99	-	-	25.301	-	-	-	25.301
30ª	04/07/2006	04/07/2011	03/07/2012	27,42	-	-	52.707	-	-	-	52.707
33ª	30/08/2006	30/08/2011	29/08/2012	30,37	-	-	21.083	-	-	-	21.083
13ª	14/02/2007	31/12/2011	31/12/2014	33,87	31,99	38,98	10.220.925	-	1.660.200	13.750	8.546.975
13ª	06/08/2007	31/12/2011	31/12/2014	33,87	-	-	30.649	-	-	-	30.649
13ª	28/10/2009	31/12/2011	31/12/2014	33,87	-	-	45.954	-	-	-	45.954
34ª	21/03/2007	21/03/2012	20/03/2013	34,60	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2012	21/03/2013	34,56	-	-	29.514	-	-	-	29.514
36ª	14/05/2008	14/05/2012	13/05/2013	42,99	-	-	25.300	-	-	-	25.300
17ª	23/09/2009	23/09/2012	31/12/2014	34,94	-	-	29.551	-	-	-	29.551
14ª	11/02/2008	31/12/2012	31/12/2015	39,05	-	41,31	11.485.485	-	612.599	26.399	10.846.487
14ª	05/05/2008	31/12/2012	31/12/2015	39,05	-	-	20.625	-	-	-	20.625
14ª	28/10/2009	31/12/2012	31/12/2015	39,05	-	-	45.954	-	-	-	45.954
36ª	14/05/2008	14/05/2013	13/05/2014	42,99	-	-	25.300	-	-	-	25.300
15ª	03/03/2009	31/12/2013	31/12/2016	25,54	24,80	40,27	16.829.780	-	1.533.100	229.350	15.067.330
15ª	28/10/2009	31/12/2013	31/12/2016	25,54	-	-	45.954	-	-	-	45.954
18ª	17/04/2010	31/12/2014	31/12/2017	41,48	-	-	-	6.258.877	-	132.268	6.126.609
18ª	11/05/2010	31/12/2014	31/12/2017	41,48	-	-	-	1.290.289	-	83.949	1.206.340
Total de Opções no prazo de carência					30,08	39,87	39.115.402	7.549.166	3.805.899	485.716	42.372.953
Total de Opções Simples							61.145.491	7.549.166	13.038.777	538.426	55.117.454
Preço Médio Ponderado - Opções Simples					20,59	39,31	25,46	41,48		31,92	31,38
Opções Bonificadas											
01ª	03/09/2007	03/09/2010	-	-	-	37,85	342.502	-	340.340	2.162	-
03ª	29/02/2008	03/09/2010	-	-	-	-	33.474	-	-	33.474	-
Total de Opções a Exercer						37,85	375.976	-	340.340	35.636	-
04ª	03/03/2008	03/03/2011	-	-	-	-	423.212	-	6.725	-	416.487
05ª	03/09/2008	03/09/2011	-	-	-	-	502.189	-	11.565	-	490.624
06ª	06/03/2009	06/03/2012	-	-	-	-	769.830	-	29.468	-	740.362
07ª	19/06/2009	06/03/2012	-	-	-	-	79.446	-	-	-	79.446
01ª	03/09/2007	03/09/2012	-	-	-	-	342.479	-	-	13.298	329.181
03ª	29/02/2008	03/09/2012	-	-	-	-	33.474	-	-	-	33.474
04ª	03/03/2008	03/03/2013	-	-	-	-	423.190	-	-	7.260	415.930
08ª	17/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	-	384.961	-	8.045	376.916
09ª	30/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	-	359.991	-	-	359.991
11ª	30/09/2010	16/08/2013	-	-	-	-	-	17.717	-	-	17.717
05ª	03/09/2008	03/09/2013	-	-	-	-	502.164	-	-	12.038	490.126
10ª	30/09/2010	29/09/2013	-	-	-	-	-	1.940.987	-	-	1.940.987
06ª	06/03/2009	06/03/2014	-	-	-	-	769.807	-	-	30.199	739.608
07ª	19/06/2009	06/03/2014	-	-	-	-	79.445	-	-	-	79.445
08ª	17/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	-	384.920	-	8.044	376.876
09ª	30/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	-	359.962	-	-	359.962
11ª	30/09/2010	16/08/2015	-	-	-	-	-	17.712	-	-	17.712
10ª	30/09/2010	29/09/2015	-	-	-	-	-	1.940.951	-	-	1.940.951
Total de Opções em Aberto							3.925.236	5.407.201	-	126.642	9.205.795
Total Opções Bonificadas						37,85	4.301.212	5.407.201	340.340	162.278	9.205.795
TOTAL OPÇÕES SIMPLES/BONIFICADAS							65.446.703	12.956.367	13.379.117	700.704	64.323.249

III - Valor Justo e Premissas Econômicas utilizadas para Reconhecimento dos Custos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece na data da outorga o valor justo das opções utilizando o modelo Binomial para as opções simples. As premissas econômicas utilizadas são:

Preço de Exercício: como preço de exercício da opção, utiliza-se o preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M;

Preço do Ativo Objeto: o preço das ações do Itaú Unibanco Holding (ITUB4) utilizado para o cálculo é o preço de fechamento da BOVESPA, na data base de cálculo;

Dividendos Esperados: é a média anual da taxa de retorno dos últimos três exercícios de Dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre Capital Próprio da ação ITUB4;

Taxa de Juros Livre de Risco: a taxa livre de risco utilizada é o cupom do IGP-M na data de vencimento do plano da opção;

Volatilidade Esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preço de fechamento da ação ITUB4, divulgada pela BOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

Outorga	Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço do Ativo Objeto	Valor Justo	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre de Risco	Volatilidade Esperada
Nº	Data						
Opções Simples							
18 ^a	17/04/2010	31/12/2014	31/12/2017	38,35	12,22	3,13%	29,87%
18 ^a	11/05/2010	31/12/2014	31/12/2017	37,17	11,45	3,13%	29,94%
Opções Bonificadas (a)							
8 ^a	17/08/2010	16/08/2013	-	38,14	34,72	3,13%	-
8 ^a	17/08/2010	16/08/2015	-	38,14	32,62	3,13%	-
9 ^a	30/08/2010	16/08/2013	-	36,48	33,49	3,13%	-
9 ^a	30/08/2010	16/08/2015	-	36,48	31,46	3,13%	-
10 ^a	30/09/2010	29/09/2013	-	40,47	36,85	3,13%	-
10 ^a	30/09/2010	29/09/2015	-	40,47	34,61	3,13%	-
11 ^a	30/09/2010	16/08/2013	-	40,47	36,99	3,13%	-
11 ^a	30/09/2010	16/08/2015	-	40,47	34,74	3,13%	-

(a) O valor justo é mensurado com base no valor das ações do Itaú Unibanco na data da outorga das opções.

IV - Efeitos Contábeis Decorrentes das Opções

Conforme prevê o regulamento do Plano, até o presente, nos exercícios das opções outorgadas, foram vendidas ações preferenciais mantidas em tesouraria. Os registros contábeis relativos ao plano ocorrem durante o período de carência, pelo diferimento do valor justo das opções outorgadas com efeito no Resultado e no exercício das opções, pelo montante recebido relativo ao preço de exercício com reflexos no Patrimônio Líquido.

O efeito em Resultado no período de 01/01 a 31/12/2010 foi de R\$ 131 em contrapartida a Reserva de Capital - Opção de Outorga Reconhecida - (Nota 23 a III).

No Patrimônio Líquido o efeito foi de:

Valor recebido pela venda de ações - Opções Exercidas	406
(-) Custo das Ações em Tesouraria Vendidas	(403)
Efeito na Venda (*)	3

(*) Registrado em Reservas de Lucros.

b) Duratex S.A.

Conforme previsão Estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano serão propostos pelo comitê de pessoas, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse comitê submeterá à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, será fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considerará a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos serão reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2006	2007	2008	2009	2010
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,22
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

A companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

(1) cupom IGP-M

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data Vencido.	Prazo para Exercício	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência				Demais Períodos
					dez/09	dez/10			2007	2008	2009	2010	
30/03/2006	2.659.180	01/07/2007	até 31/12/2016	11,16	59.799	40.714	9,79	1	1	0	0	0	0
31/01/2007	2.787.050	01/07/2008	até 31/12/2017	11,82	2.755.226	2.112.699	8,88	25	16	9	0	0	0
13/02/2008	2.678.901	01/07/2009	até 31/12/2018	15,34	2.647.079	2.443.506	7,26	19	0	12	7 (3)	0	0
30/06/2009	2.517.951	30/06/2012	até 31/12/2017	9,86	2.501.397	1.652.752	3,98	9	0	0	2 (4)	5	2
14/04/2010	1.333.914	01/01/2014	até 31/12/2018	16,22	-	1.220.697	7,04	9	0	0	0	2	6
Soma	11.976.996				7.963.501	7.470.368		63	17	21	9	7	8
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%
Valor apurado								61	16 (1)	20 (2)	8	7 (5)	8 (6)

(1) Valor contabilizado contra lucros acumulados no balanço de transição;

(2) Valor contabilizado contra o resultado de 2008;

(3) Valor contabilizado contra o resultado de 2009, na antiga Duratex S.A.;

(4) Valor contabilizado contra o resultado do 2º semestre de 2009;

(5) Valor contabilizado contra o resultado em 2010;

(6) Valor a ser contabilizado contra o resultado até dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possuía 524.572 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

c) Itaotec S.A.

Conforme previsto no Estatuto Social, a Itaotec até o ano de 2006 possuía Plano para Outorga de Opções de Ações, com objetivo de integrar seus executivos no processo de desenvolvimento da sociedade a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações da Companhia.

Esse plano era administrado por um Comitê e as opções outorgadas eram aprovadas pelo Conselho de Administração, hoje objeto de estudo e revisão pelo próprio Conselho.

O preço fixado para Outorga das Opções de Ações tinha como base a cotação média dos preços das ações da Itaotec S.A., nos pregões da Bolsa de Valores, compreendendo o período de no mínimo 1 (hum) e no máximo 12 (doze) meses anteriores a data de emissão das opções. A critério do Comitê de Opções era facultado, ainda, um ajuste no preço médio de até 50% para mais ou para menos.

Conforme Deliberação CVM 562 de 17/12/08, o reconhecimento contábil pelo valor justo das opções ocorria a partir do momento da outorga e até o final do período de carência ("vesting period"). Considerando o período de carência e a data da última outorga (08/02/06), não há despesas relacionadas ao Plano de Opção de ações de competência de 2009 e 2010.

Dado não haver preço de mercado disponível para as opções outorgadas, a empresa utilizou o modelo binomial para estimativa dos preços das opções nas datas de outorga e chegou aos valores indicados na tabela abaixo.

Premissas

Data da outorga	09/02/00	06/03/01	06/03/01	08/05/02	12/02/03	05/05/04	08/02/06	Total
Quantidade de ações (a) (b)	93.332	58.423	58.423	110.335	159.826	127.831	191.666	799.836
Carência	30/06/01	30/06/02	30/06/03	30/06/03	30/06/04	30/06/05	30/06/07	
Vencimento	31/12/10	31/12/11	31/12/11	31/12/12	31/12/13	31/12/14	31/12/16	
Valor opção (b) (R\$/ação)	64,80	72,15	78,15	31,05	21,45	23,55	36,45	
Valor prêmio (R\$/ação)	66,87	78,04	77,83	45,3	34,94	38,52	32,88	
Valor Total (R\$ mil)	6.241	4.559	4.546	4.998	5.585	4.924	6.302	37.155

Data da outorga	09/02/00	06/03/01	06/03/01	08/05/02	12/02/03	05/05/04	08/02/06
Volatilidade do Preço das Ações	104%	115%	115%	116%	81%	64%	65%
Dividend Yield	0,9%	1,4%	1,4%	1,8%	2,9%	1,5%	2,7%
Taxa de retorno livre de risco	26,5%	20,6%	20,6%	32,6%	48,2%	24,9%	13,7%

(a) descontados os cancelamentos;

(b) considera grupamento, na proporção de 15 ações para cada 1, realizado em out/2006

De todas as outorgas acima, nenhuma foi exercida até o momento.

O valor justo total das opções outorgadas, resultante do quadro acima, é de R\$ 37 foi contabilizado como reserva na conta de patrimônio líquido (Nota 22), a partir de apropriação da conta de lucros acumulados, nos termos do CPC 10. Após o reconhecimento do valor justo das opções outorgadas, a companhia não deve fazer nenhum ajuste subsequente ao patrimônio líquido, o que não elimina a necessidade de reconhecimento, pela companhia, da transferência de um componente para outro dentro do patrimônio líquido, se as opções forem exercidas (expirarem). Neste exercício de 2010 não houve ajuste realizado no patrimônio líquido por conta da falta de exercício das opções que expiraram em 31/12/2010.

d) Elekeiroz S.A.**Plano de outorga de opções**

Com o objetivo de integrar os administradores e funcionários no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, a AGE realizada em 31 de julho de 2003 deliberou instituir um plano de outorga de opções de ações, facultando aos mesmos participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Companhia. Até o encerramento dessas demonstrações o referido plano ainda não havia produzido quaisquer efeitos a serem reconhecidos nos resultados da Companhia.

NOTA 24 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS**a) Outras Receitas Operacionais**

	01/01 a 31/12/2010	01/01 a 31/12/2009
Reversão de Provisões Operacionais	160	169
Obrigações Legais, Fiscais e previdenciárias	129	148
Outras Reversões de Provisões Operacionais	31	21
Recuperação de Encargos e Despesas	29	88
Outras Receitas de Cartões de Crédito	2	2
Comissões	6	2
Operações de Capitalização	170	154
Outras	674	810
Total	1.041	1.225

b) Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2010	01/01 a 31/12/2009
Provisões para Contingências	(683)	(476)
Operações de Cartão de Crédito	(592)	(476)
Outras Despesas Operacionais de Empresas Industriais	(661)	(463)
Provisão para Seguro Saúde	(4)	(23)
Sinistros	(185)	(192)
Ressarcimentos de Custos Interbancários	(192)	(100)
Bônus de Permanência	(11)	(12)
Associações	-	(195)
Alienação de Investimentos e Valores e Bens	(125)	(64)
Ressarcimento a Clientes	(75)	(21)
Outras	(163)	(1.848)
Total	(2.691)	(3.870)

c) Despesas Gerais e Administrativas

	01/01 a 31/12/2010	01/01 a 31/12/2009
Despesas de Pessoal	(4.941)	(4.103)
Remuneração	(2.905)	(2.678)
Encargos	(796)	(700)
Benefícios Sociais	(708)	(468)
Desligamentos	(347)	(292)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós-Aposentadoria	(51)	120
Benefício Definido	(432)	120
Contribuição Definida	381	-
Plano de Opção de Ações	(48)	(42)
Treinamento	(86)	(43)
Despesas Administrativas	(4.700)	(3.969)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(1.197)	(920)
Serviços de Terceiros	(1.000)	(873)
Instalações	(468)	(250)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(452)	(332)
Despesas de Aluguéis	(315)	(307)
Transportes	(218)	(139)
Materiais	(167)	(107)
Despesas com Serviços Financeiros	(166)	(168)
Segurança	(165)	(133)
Concessionárias de Serviços Públicos	(103)	(97)
Despesas de Viagem	(61)	(43)
Outros	(388)	(600)
Depreciação	(649)	(376)
Amortização	(404)	(601)
Despesas de Comercialização de Seguros	(367)	(432)
Outras Despesas	(2.993)	(2.967)
Despesas relacionadas a Cartões de Crédito	(645)	(494)
Reembolso relativo à Aquisições	(42)	(13)
Perdas com fraudes com Terceiros	(204)	(174)
Prejuízo na venda de bens não de uso, Imobilizado e Investimentos em Empresas não Consolidadas	(83)	(73)
Liquidação de Contingências	(941)	(571)
Despesas Operacionais de Empresas Industriais	(661)	(463)
Outros	(418)	(1.182)
Total	(14.054)	(12.447)

NOTA 25 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A ITAÚSA e cada uma de suas controladas apresentam, em cada exercício, declarações de imposto de renda de pessoa jurídica separadas. No Brasil, o imposto de renda abrange o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido, que é um adicional sobre o imposto de renda federal.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	01/01 a 31/12/2010	01/01 a 31/12/2009
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	7.063	7.709
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	(2.810)	(3.066)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
(Inclusões) Exclusões Permanentes	760	106
Resultado de Participações em Empresas não Consolidadas, Líquido	78	54
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(94)	(585)
Juros sobre o Capital Próprio	613	546
Dividendos, Juros sobre Títulos da Dívida Externa e Incentivos Fiscais	107	187
Outras	56	(96)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.050)	(2.960)

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2009	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2010
Refletido no Resultado	9.791	(3.565)	3.588	9.814
Relativos a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	1.272	(162)	226	1.336
Créditos de Liquidação Duvidosa	3.291	(1.515)	2.038	3.814
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros				
Derivativos	157	(74)	11	94
Ágio na Aquisição do Investimento	2.820	(684)	115	2.251
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	697	(247)	49	499
Provisões para Passivos Contingentes	862	(352)	415	925
Ações Cíveis	317	(234)	295	378
Ações Trabalhistas	340	(44)	70	366
Fiscais e Previdenciárias	168	(48)	42	162
Outros	37	(26)	8	19
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	4	-	13	17
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	86	-	1	87
Outros	602	(531)	720	791
Refletida no Patrimônio Líquido	57	(17)	37	77
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	30	(17)	36	49
Outros	27	-	1	28
Total (*)	9.848	(3.582)	3.625	9.891

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 7.646 (R\$ 7.867 em 31/12/2009) no ativo e R\$ 3.114 (R\$ 2.839 em 31/12/2009) no passivo.

	01/01/2009	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2009
Refletido no Resultado	9.554	(3.650)	3.887	9.791
Relativos a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	1.399	(352)	225	1.272
Créditos de Liquidação Duvidosa	2.538	(1.536)	2.289	3.291
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	82	(51)	126	157
Ágio na Aquisição do Investimento	3.214	(438)	44	2.820
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	758	(356)	295	697
Provisões para Passivos Contingentes	885	(456)	433	862
Ações Cíveis	272	(228)	273	317
Ações Trabalhistas	283	(16)	73	340
Fiscais e Previdenciárias	304	(212)	76	168
Outros	26	(0)	11	37
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	-	-	4	4
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	75	-	11	86
Outros	603	(461)	460	602
Refletida no Patrimônio Líquido	111	(105)	51	57
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	111	(105)	24	30
Outros	-	-	27	27
Total	9.665	(3.755)	3.938	9.848

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2009	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2010
Refletido no Resultado	4.272	(919)	1.403	4.756
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	2.661	(759)	1.109	3.011
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	13	-	2	15
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	13	(3)	5	15
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	80	(48)	99	131
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	209	(42)	89	256
Ganho de Capital - Operação Porto Seguro	133	-	4	137
Planos de Pensão	200	(8)	28	220
Outros	963	(59)	67	971
Refletida no Patrimônio Líquido	548	(29)	83	602
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	186	(3)	83	266
Outros	362	(26)	-	336
Total	4.820	(948)	1.486	5.358

	01/01/2009	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2009
Refletido no Resultado	3.253	(839)	1.858	4.272
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	1.992	(736)	1.405	2.661
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	7	-	6	13
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	14	(14)	13	13
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	46	(12)	46	80
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	141	(39)	107	209
Ganho de Capital - Operação Porto Seguro	-	-	133	133
Planos de Pensão	135	-	65	200
Outros	918	(38)	83	963
Refletida no Patrimônio Líquido	230	-	318	548
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	76	-	110	186
Outros	154	-	208	362
Total	3.483	(839)	2.176	4.820

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários, da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001 e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 31/12/2010, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	Créditos Tributários			Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	Tributos Diferidos Líquidos
	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	Total		
2011	2.990	314	3.304	(1.298)	2.006
2012	1.614	523	2.137	(964)	1.173
2013	1.546	234	1.780	(1.058)	722
2014	844	35	879	(738)	141
2015	860	40	900	(505)	395
Acima de 2015	702	189	891	(795)	96
Total	8.556	1.335	9.891	(5.358)	4.533
Valor Presente (*)	7.496	1.195	8.691	(4.600)	4.091

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e de venda de produtos e serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Não existem impostos diferidos ativos e passivos não reconhecidos.

NOTA 26 - LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os anos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA - Investimentos Itaú S.A. pelo número médio de ações durante o ano, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído por sua vez é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	01/01 a 31/12/2010	01/01 a 31/12/2009
Lucro Líquido	4.417	4.362
Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais, segundo nossos estatutos	(27)	(26)
Subtotal	4.390	4.336
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(17)	(16)
Subtotal	4.373	4.320
 Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	1.680	1.660
Aos Detentores de Ações Preferenciais	2.693	2.660
 Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	1.697	1.676
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	2.720	2.686
 Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias	1.676.313.114	1.620.340.077
Ações Preferenciais	2.686.114.746	2.597.394.834
 Lucro por Ação - Básico e Diluído - R\$		
Ações Ordinárias	1,01	1,03
Ações Preferenciais	1,01	1,03

A diluição resulta em uma dedução do Lucro Líquido Disponível para os detentores de ações ordinárias de R\$ 14 (2009-R\$13) e uma redução do Lucro Líquido Disponível para os detentores de ações preferenciais de R\$ 22 (2009- R\$20). O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R\$ 0,01.

NOTA 27 – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS**Combinações de Negócios durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009****a) Associação entre a controlada Duratex e a Satipel**

Conforme aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 31.08.2009, a Duratex foi incorporada pela Satipel mediante troca de ações, embora a primeira fosse maior do que a segunda.

A norma contábil CPC 15 (IFRS3), que trata da combinação de negócios, requer a identificação do adquirente contábil em uma combinação de negócios. Neste contexto, considerando as faculdades para a governança do negócio acordadas entre as partes, os acionistas da “antiga Duratex” passaram a ter, para fins da norma contábil, o controle do negócio combinado. Em 31 de agosto de 2009 deu-se a formalização dos acordos, sendo essa data considerada como “data de aquisição” para fins do reconhecimento contábil da transação.

Considerando que a compra foi realizada através de troca de ações entre os acionistas da empresa adquirente e da empresa vendedora, o valor da contraprestação paga foi determinada com base no número de ações da “antiga Duratex” que teriam sido entregues aos acionistas da “antiga Satipel” para que esses mantivessem uma participação de 17% na “antiga Duratex”. Esse montante de ações foi mensurado ao valor de cotação da “antiga Duratex” publicado na data de aquisição, como segue:

A	Quantidade hipotética de ações entregues aos acionistas da "antiga Satipel"	39.635.177
B	Preço da ação em 31 de agosto de 2009 (R\$)	28,23
A*B	Contraprestação total pela compra	1.119

A seguir, são resumidos os tipos de contraprestação transferidas e os valores reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

	Valor Justo reconhecido na aquisição
Ativos	1.793
Imobilizado	808
Reservas florestais	370
Relação contratual com o cliente (incluída nos ativos intangíveis nota 17)	329
Caixa e equivalentes de caixa	55
Contas a receber de cliente	146
Estoques	54
Outros	31
Passivos	862
Contas a pagar a fornecedores	105
Empréstimos e financiamentos	476
Provisões por contingências (a)	29
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	252
Total dos ativos identificáveis líquidos	931
Participação de não controladores mensurada a valor justo	
Ágio na aquisição (Nota17)	188
Total da contraprestação	1.119

(a) O ajuste à provisão por contingências corresponde ao reconhecimento do valor justo de provisões qualificadas como prováveis e possíveis. Essas provisões adicionais estão relacionadas principalmente com processos fiscais e trabalhistas e o valor justo foi determinado aplicando a probabilidade de perda do processo sobre o montante reclamado. O ágio é atribuível às economias de escala esperadas da combinação de operações das empresas. Os valores apurados decorrentes dessa transação não tem impacto fiscal.

A empresa incorreu em custos relacionados com a combinação dos negócios por R\$ 16, os quais foram reconhecidos diretamente nos resultados na conta "Outros resultados operacionais líquidos".

Os ativos líquidos da entidade adquirida (Ativos menos Passivos, avaliados a valor justo) totaliza R\$ 931. Comparando tal valor com a contraprestação total da compra (R\$ 1.119), chega-se ao ágio de R\$ 187, valor atribuível a economias de escala esperadas com a combinação de operações das empresas.

b) Porto Seguro

Em 23 de agosto de 2009, Itaú Unibanco Holding e Porto Seguro S.A. (PSSA) firmaram acordo de associação, para unificar suas operações de seguros residenciais e de automóveis e também acordo operacional, pelo qual a PSSA obtem o direito exclusivo para a oferta e distribuição de produtos de seguros residenciais e de automóveis para os clientes da rede de agências do Itaú Unibanco Holding no Brasil e no Uruguai. A consumação da operação estava condicionada a aprovação da SUSEP, a qual foi obtida em 16 de outubro de 2009.

A fim de implantar o acordo, os ativos e passivos da Itaú Seguros S.A. relacionados às atividades de seguros residenciais e de automóveis foram desmembrados e transferidos a uma companhia denominada Itaú Seguros Veículo e Residência Holding S.A. ("ISAR Holding") que na época era uma subsidiária integral do Itaú Unibanco. O valor contábil dos ativos transferidos totalizava R\$ 950.

As ações da ISAR Holding foram subscritas a PSSA em troca de uma participação direta de 30% na PSSA em 30 de novembro de 2009 que é a data da transação.

Também em novembro de 2009, Itaú Unibanco Holding e os acionistas controladores da PSSA subscreveram suas ações a Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ("PSIUPAR"), que após esta transação tornou-se o acionista controlador da PSSA. A PSIUPAR detem aproximadamente 70% do patrimônio líquido da PSSA. O Itaú Unibanco Holding detem uma participação de 42,93% na PSIUPAR.

Como resultado dessa transação, o Itaú Unibanco Holding deixou de consolidar sua antes subsidiária ISAR Holding e na data de reconhecimento, registrou um ganho de R\$ 936 antes dos impostos (registrado em "Outras Receitas").

O ganho foi reconhecido em função da diferença entre o valor contábil dos ativos líquidos da ISAR Holding transferidos para a PSSA e o valor justo do pagamento recebido, que foi uma participação na PSIUPAR. Considerando que o único ativo da PSIUPAR é o investimento na PSSA, o valor justo do pagamento recebido totalizou R\$ 1.886 e foi determinado com base no preço cotado das ações ordinárias da PSSA na BM&F Bovespa.

A PSIUPAR é contabilizada como uma investida pelo método de equivalência patrimonial (Nota 14) e as transações entre partes relacionadas estão divulgadas na nota 33.

A alocação da diferença entre o valor do investimento que o Itaú Unibanco Holding detinha na PSIUPAR e a participação em seus ativos líquidos, é demonstrada abaixo:

Valor Justo de Ativos e Passivos na Participação	(1.488)
Valor de Mercado na Participação	1.886
Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura	398

O ágio dedutível de acordo com as regulamentações fiscais brasileiras totalizou R\$ 33. A amortização do ágio é dedutível, de acordo com as regulamentações fiscais brasileiras somente para a contribuição social, sendo dedutível para fins de imposto de renda somente pela venda ou transferência do investimento.

Combinações de Negócios durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Bank of America Corporation (BAC)

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation (BAC) vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding. As ações preferenciais foram negociadas fora do Brasil e as ações ordinárias foram adquiridas pela ITAÚSA, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding de 35,46% para 36,57%. Esta operação gerou um valor preliminarmente determinado de ágio de R\$ 809 contabilizado na rubrica Intangível. No 1º semestre de 2011 será realizado o processo de *purchase price allocation* dessa transação.

NOTA 28 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Nos termos do CPC nº 33, apresentamos a seguir as políticas praticadas pela ITAÚSA e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

A ITAÚSA e suas controladas patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial.

Os funcionários contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Para os funcionários contratados pelas empresas da Área de Serviços Financeiros após as referidas datas os mesmos contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição definida (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A. Já para os funcionários contratados pelas empresas da Área Industrial estes contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Benefícios de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

a) Descrição dos Planos

Os ativos dos planos estão investidos em fundos separados, com o objetivo exclusivo de prover benefícios aos funcionários elegíveis, e são mantidos de forma independente da ITAÚSA CONSOLIDADO. Esses fundos são mantidos por entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaúbanco	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC (1) Plano de Benefício Franprev - PBF (1) Plano de Benefício 002 - PB002 (1) Plano Básico Itaulam - PBI (1) Plano Suplementar Itaulam - PSI (2) Plano Itaúbanco CD (3) (4)
Fundação Bemgeprev	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV (1)
Fundação Itaúsa Industrial	Plano de Benefícios de Contribuição Definida - PAI-CD (3) Plano de Benefícios Definido- BD (1)
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I (1) Plano de Benefícios Funbep II (2)
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco Beg - Prebeg	Plano de Benefícios Prebeg (1)
Itaú Fundo Multipatrocinado	Plano BD Itaú (1) Plano CD Itaú (2)
Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Redecard Básico (1) Plano de Aposentadoria Redecard Suplementar (2)
Itaubank Sociedade de Previdência Privada	Plano de Aposentadoria Itaubank (3)
UBB-PREV - Previdência Complementar	Plano de Previdência Unibanco (3) Plano Básico (1) Plano IJMS (1)
Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social	Plano de Benefícios II (1)

(1) Plano de modalidade de benefício definido;

(2) Plano de modalidade de contribuição variável (contabilizado como plano de benefício definido);

(3) Plano de modalidade de contribuição definida;

(4) O Plano Itaúbanco CD foi instituído em decorrência da cisão parcial do PAC e foi oferecido exclusivamente aos participantes deste plano, inclusive autopatrocinados e aqueles que tenham optado ou presumida a opção pelo instituto do benefício proporcional diferido, que não estejam recebendo benefício de aposentadoria pelo PAC. Os participantes que não ingressaram no Plano Itaúbanco CD e os participantes assistidos do PAC permaneceram no referido plano, sem solução de continuidade, mantendo-se os direitos adquiridos. Conforme estabelecido no regulamento do Plano Itaúbanco CD o prazo para transação e novação encerrou em 08/05/2010.

b) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	Área de Serviços Financeiros (1)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Taxa de Desconto	9,72% a.a.	10,24% a.a.	10,24% a.a.
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	12,32 % a.a.	12,32% a.a.	12,32% a.a.
Tábua de Mortalidade (3)	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Exp.Itaú 2003/2004	Exp.Itaú 2003/2004	Exp.Itaú 2003/2004
Crescimento Salarial Futuro	7,12 % a.a.	7,12% a.a.	7,12% a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	4,00 % a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00 % a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial (4)	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

	Área Industrial (2)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Taxa de Desconto	9,72% a.a.	9,2% a.a.	9,2% a.a.
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	10,56 % a.a.	11,62% a.a.	11,02% a.a.
Tábua de Mortalidade (3)	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	7,12 % a.a.	7,12 % a.a.	7,12 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	4,00 % a.a.	4,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Inflação	4,00 % a.a.	4,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Método Atuarial (4)	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1)Corresponde às premissas adotadas pelos planos administrados pela Fundação Itaúbanco, Bemgeprev, Funbep, Prebeg, UBB Prev e Fundação Banorte;

(2) Corresponde às premissas adotadas pelo plano de Benefício Definido administrado pela Fundação Itaúsa Industrial;

(3) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas;

A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

A principal diferença entre as premissas acima e as adotadas na apuração do passivo atuarial dos planos de benefício definido, para efeito de registro no balanço das Entidades Fechadas de Previdência Complementar que os administram, é o método atuarial. Para esta finalidade é adotado o método agregado, pelo qual a reserva matemática é definida pela diferença entre o valor atual do benefício projetado e o valor atual das contribuições futuras, observando a metodologia estabelecida na respectiva nota técnica atuarial.

II -Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício

A gestão dos recursos das EFPC tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações previdenciárias, através da superação das metas atuariais.

Em relação aos recursos garantidores das reservas matemáticas, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e a meta de alocação para 2011, por categoria de ativo, são as seguintes:

Categorias	Posição		% Alocação		Meta 2011
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	
Títulos de Renda Fixa	10.035	13.138	87,51%	87,32%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	1.026	1.533	8,95%	10,19%	0% a 25%
Investimentos Estruturados	11	13	0,09%	0,09%	0% a 10%
Investimentos no Exterior	4	4	0,04%	0,03%	0% a 3%
Imóveis	369	335	3,21%	2,22%	0% a 4%
Empréstimos a participantes	23	23	0,20%	0,15%	0% a 5%
Total	11.468	15.046	100,00%	100,00%	

Os Ativos do Planos de Benefícios Definidos incluem ações da ITAÚSA e de suas controladas com um valor justo de R\$ 562 (R\$ 1.077 em 31/12/2009) e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 309 (R\$ 301 em 31/12/2009).

O rendimento esperado para as carteiras de ativos dos planos de benefícios está baseado nas projeções de retorno para cada um dos segmentos acima discriminados. Para o segmento de renda fixa foram utilizadas as taxas de juros dos títulos de longo prazo contidos nas carteiras e as taxas de juros praticadas pelo mercado por ocasião do fechamento do balanço. Para o segmento de renda variável foram utilizadas as expectativas de retorno de 12 meses do mercado para esse segmento. Para o segmento de bens imóveis foram utilizados os fluxos de recebimento de aluguéis esperados para os próximos 12 meses. Para todos os segmentos foram utilizados como base as posições de carteira na data do fechamento do balanço.

III- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no balanço patrimonial das empresas controladas pela ITAÚSA:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
1- Ativos Líquidos dos Planos	11.468	15.045	12.690
2- Passivos Atuariais	(9.997)	(11.354)	(11.382)
3- Superveniência (1-2)	1.471	3.691	1.308
4- Restrição do Ativo (*)	(1.227)	(2.320)	(397)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	244	1.371	910
Valor Reconhecido no Ativo	367	1.507	1.320
Valor Reconhecido no Passivo	(123)	(136)	(409)

(*) - Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do CPC 33.

O montante líquido reconhecido em função da participação societária da ITAÚSA CONSOLIDADO foi o seguinte:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (*)	89	486	324
Valor Reconhecido no Ativo	134	535	469
Valor Reconhecido no Passivo	(45)	(48)	(145)

(*) Considera participação no BIUHF de 36,57%, 35,46% e 35,54% para 31/12/2010, 31/12/2009 e 01/01/2009, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

Em conformidade com a isenção prevista no IFRS 1, os ganhos e perdas acumulados até 01/01/2010 foram reconhecidos em resultados acumulados, líquido dos efeitos fiscais e considerando os ajustes de controlada. Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

IV- Evolução dos Ativos Líquidos, dos Passivos Atuariais e da Superveniência

	01/01 a 31/12/2010			01/01 a 31/12/2009		
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência
Valor Presente Início do Período	15.045	(11.354)	3.691	12.690	(11.382)	1.308
Efeitos Cisão Parcial do PAC (1)	(5.147)	2.710	(2.437)	-	880	880
Inclusão do Plano Redecard	-	-	-	60	(53)	7
Inclusão do Plano BD Itaú	-	-	-	131	(123)	8
Rendimentos Esperados dos Ativos(4)	1.368	-	1.368	1.561	-	1.561
Custo Serviço Corrente	-	(87)	(87)	-	(237)	(237)
Custo dos Juros	-	(953)	(953)	-	(1.150)	(1.150)
Benefícios Pagos	(578)	578	-	(550)	550	-
Contribuições Patrocinadora	42	-	42	34	-	34
Contribuições Participantes	41	-	41	34	-	34
Ganho/(Perda) Atuarial (2) (3) (4)	697	(891)	(194)	1.086	162	1.248
Valor Presente Final do Período	11.468	(9.997)	1.471	15.045	(11.354)	3.691

(1) Corresponde ao efeito da cisão parcial do PAC e criação do Plano Itaúbanco CD, cujo processo de migração resultou em redução e liquidação parcial das obrigações do PAC. O evento de redução que implicou na diminuição da obrigação e consequentemente dos passivos atuariais ocorreu em 31 de dezembro de 2009 e já se encontra ajustado no saldo de abertura (01 de janeiro de 2010). Em 31 de março de 2010, os participantes do PAC que optaram pela migração voluntária para o Plano Itaúbanco CD tiveram todas as suas obrigações liquidadas pelo PAC por meio de um aporte inicial de ativos anteriormente detidos pelo PAC para as contas individuais correspondentes no Plano Itaúbanco CD. O PAC não é mais responsável por quaisquer obrigações de benefícios de aposentadoria no âmbito do PAC referentes a esses participantes. Após a liquidação parcial do PAC, os ativos foram transferidos do PAC para o Plano Itaúbanco CD.

(2) Os ganhos apresentados no Ativo Líquido correspondem aos rendimentos obtidos acima da taxa de retorno esperada nos ativos.

(3) As perdas apresentadas correspondem a: (II) não confirmação das premissas atuariais adotadas em 2010; e (III) também o efeito da alteração da taxa de desconto.

(4) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 2.065 (R\$ 2.647 em 31.12.2009)

V- Total das Despesas reconhecidas no Resultado do Exercício

O total reconhecido de Planos de Benefício Definido pelas empresas controladas pela ITAÚSA inclui os seguintes componentes para 31 de dezembro:

	2010	2009
Custo do Serviço Corrente	(87)	(237)
Custo de Juros	(953)	(1.150)
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	1.368	1.561
Efeitos Cisão Parcial do PAC	(2.437)	880
Efeito na restrição do Ativo	1.092	(1.922)
Ganho/(Perda) no Exercício	(194)	1.248
Contribuições Participantes	41	34
Total reconhecido no Resultado do Exercício	(1.170)	412

O total reconhecido em função da participação societária da ITAÚSA foi o seguinte:

Total reconhecido no Resultado do Exercício (*)	(412)	146
--	--------------	------------

(*) Considera participação no BIUHF de 36,57% e 35,46% para 31/12/2010 e 31/12/2009, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

No período, considerando a participação societária da ITAÚSA, as contribuições efetuadas totalizaram R\$15 (R\$ 12 em 31/12/2009). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2011, considerando a participação societária da ITAÚSA, esperamos contribuir com R\$ 31 para os planos de aposentadoria patrocinados.

c) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida possuem fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

O montante reconhecido considerando a participação societária da ITAÚSA em 31/12/2010 no ativo é de R\$ 567 (R\$ 156 em 31/12/2009 e R\$ 161 em 01/01/2009).

O total reconhecido dos Planos de Contribuição Definida pelas empresas controladas pela ITAÚSA inclui os seguintes componentes para 31 de dezembro:

	2010	2009
Efeito cisão parcial do PAC	1.477	
Aportes/Contribuições	(115)	(48)
Ganho/Perda Atuarial	287	64
Efeito na Restrição do Ativo	(579)	(45)
Total reconhecido no Resultado do Exercício	1.070	(29)

O total reconhecido de Planos de Contribuição Definida em função da participação societária da ITAÚSA foi a seguinte:

Total reconhecido no Resultado do Exercício (*)	411	6
--	------------	----------

(*) Considera participação no BIUHF de 36,57% e 35,46% para 31/12/2010 e 31/12/2009, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

Em conformidade com a isenção prevista no IFRS 1, os ganhos e perdas acumulados até 01/01/2010 foram reconhecidos em resultados acumulados, líquido dos efeitos fiscais e considerando os ajustes de controlada. Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

No período, considerando a participação societária da ITAÚSA, as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R\$ 61 (R\$ 24 em 31/12/2009) sendo R\$ 45 (R\$ 17 em 31/12/2009) oriundos dos fundos previdenciais.

d) Outros Benefícios Pós Emprego

A ITAÚSA e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pela ITAÚSA, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-funcionários e beneficiários.

I- Movimentação

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por estes outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial das empresas controladas pela ITAÚSA, em 31 de dezembro, são os seguintes:

	2010	2009
No Início do Exercício	(100)	(92)
Custo de Juros	(10)	(9)
Benefícios Pagos	5	5
Perda Atuarial	(0)	(4)
No Final do Exercício	(105)	(100)

O valor de Outros Benefícios Pós Emprego reconhecido em função da participação societária da ITAÚSA foi o seguinte:

	(39)	(36)
Total reconhecido no Resultado do Exercício (*)		

(*) Considera participação no BIUHF de 36,57% e 35,46% para 31/12/2010 e 31/12/2009, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

Em conformidade com a isenção prevista no IFRS 1, os ganhos e perdas acumulados até 01/01/2010 foram reconhecidos em resultados acumulados, líquido dos efeitos fiscais e considerando os ajustes de controlada. Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

II- Premissas e Sensibilidades 1%

Para apuração das obrigações por benefícios projetados além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (28b I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a..

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Aumento de 1,0%	Redução de 1,0%
Efeito sobre o Custo de Serviço e o Custo de Juros	1	(1)
Efeito sobre o valor Presente da Obrigação	14	(11)

NOTA 29 – CONTRATOS DE SEGUROS

a) Contratos de Seguros

A ITAUSA CONSOLIDADO, através de suas controladas, oferece ao mercado, os produtos de Seguros e Previdência. Os produtos são comercializados através das corretoras de seguros, agências do Itaú Unibanco e canais eletrônicos, conforme característica e exigência regulatória.

Para todos os segmentos, o processo de criação de um novo produto é feito por demanda considerando novas oportunidades de mercado ou atendimento de alguma negociação específica.

Os produtos desenvolvidos são submetidos a um comitê, coordenado e controlado pela Governança de Produtos, onde todos os fluxos englobando visões operacional, comercial, jurídica, contábil, financeira, controles internos e tecnologia são analisados, discutidos e aprovados pelas diversas áreas envolvidas.

O processo de Governança de avaliação de produtos é normatizado pela Política Corporativa de Avaliação de Produtos e Operações e requer a integração de atividades entre áreas de produtos e avaliadoras, formando um grupo organizado de atividades que gerará valor para os clientes e diferenciais competitivos.

Circulares normativas internas prevêm e suportam os fluxos de avaliação e aprovação de produtos, atribuição de responsabilidades, subsídios a execução de processos e também limites máximos e mínimos de saldos, contribuição, prêmio mínimo e outros, que visam preservar a consistência do processo e resultado dos produtos.

Também há políticas de subscrição de riscos estabelecidas em cada segmento, assim como, limites técnicos atuariais por ramo e cobertura, os quais são controlados de forma sistêmica ou operacional.

Este processo de criação de produtos observa a seguinte cadeia de eventos:

- Desenho do produto pelos gestores atendendo a demanda mercadológica;
- Encaminhamento das características detalhadas do produto para a Governança;
- Criação das parametrizações dos novos produtos nos sistemas informatizados com avaliação concomitante da necessidade de desenvolvimento de novas implementações; e
- Lançamento do produto pós autorização do comitê de Governança de Produtos.

Para produtos de previdência há ainda fluxos de abertura de fundos junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e etapas de obtenção de aprovação de notas técnica atuariais e regulamentos na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para posterior comercialização. Há possibilidade de customizações de valores mínimos, taxas de fundos e carregamento, tábua atuarial e juros mediante negociação com avaliações de modelo de precificação interno acordadas em contrato específico.

Existem políticas de saldo e contribuições mínimas adequadas a cada negociação. Os benefícios de aposentadoria obedecem valores mínimos e máximos definidos conforme limites estabelecidos pela SUSEP. Os benefícios de risco, considerados coberturas acessórias, obedecem a condições próprias e específicas como limite de cobertura, público-alvo e declaração de saúde, entre outros, conforme cada negócio. Adicionalmente riscos agravados contam com cobertura de excedente via resseguro.

Cada produto tem regras conforme canal e segmento onde é comercializado. As políticas de preços são definidas em modelos internos, em conformidade com modelo de precificação padrão corporativo desenvolvido pela Área de Controle de Riscos e Finanças, no contexto da Governança de avaliação de produtos.

A gestão de custos dos produtos de Seguros e Previdência contempla os grupos de Despesas Administrativas, Operacionais e de Comercialização, onde as Despesas Administrativas, partindo da contabilização por Centros de Custos, são alocadas aos produtos e canais de comercialização de acordo com a definição das respectivas atividades seguindo o modelo gerencial corporativo do Conglomerado Itaú Unibanco. As despesas Operacionais e de Comercialização seguem o ramo para identificação do produto e a segmentação da apólice para a definição do canal de comercialização.

b) Principais Produtos

I- Seguros

O Itaú Unibanco Holding, através de suas seguradoras, oferece ao mercado produtos de seguros com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado.

Nesse segmento os clientes estão divididos principalmente entre os mercados Pessoa Física (Varejo, UniClass, Personnalité e Private) e Pessoa Jurídica (Empresas, Corporate e Condomínio).

O contrato firmado entre partes, visa garantir a proteção dos bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado se garante de proteção através de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as Seguradoras, constituem provisões técnicas por elas administradas, através de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos:

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do Itaú Unibanco Holding se dividem em seguros elementares e seguros de vida.

- Seguros Elementares: garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, excluída desta classificação os seguros do ramo vida;
- Seguros de Vida: incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Índices dos Principais Ramos de Atuação	Sinistralidade (%)	Comercialização (%)
Extensão de Garantia - Patrimonial	21,1	68,5
Vida em Grupo	41,5	12,8
Acidentes Pessoais Coletivo	7,8	43,9
Prestamista	25,8	29,4
Riscos Diversos	16,2	50,0
Acidentes Pessoais Individual	28,8	17,6

II- Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, através de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres: Tem como principal objetivo a acumulação, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres: É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- FGB – Fundo Gerador de Benefícios: Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

Prêmios e Contribuições Retidas - ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2010	31/12/2009
VGBL	7.036	6.864
PGBL	1.247	1.092
Extensão de Garantia - Patrimonial	1.158	862
Vida em Grupo	1.133	1.022
Acidentes Pessoais Coletivo	625	533
Prestamista	423	369
Tradicional (FGB)	391	416
Convênio DPVAT	284	474
Riscos Diversos	204	186
Saúde	183	431
Riscos Nomeados e Operacionais	151	56
Acidentes Pessoais Individual	117	149
Compreensivo Empresarial	84	101
Transporte Nacional	66	72
Habitacional - Fora SFH	60	44
Transporte Internacional	55	44
Responsabilidade Civil Geral	49	43
Marítimos	48	31
Responsabilidade Civil Transporte Rodoviário	46	26
Responsabilidade Civil Desvio de Carga	29	16
Crédito Doméstico Risco PF	28	13
Riscos de Petróleo	18	16
Automóveis	-	761
Responsabilidade Civil Facultativa	-	262
Compreensivo Residencial	-	204
Demais Ramos	207	32
Receita de Prêmios de Seguros e Previdência	13.642	14.119
	36,57%	35,46%
Participação Itaúsa	4.989	5.007

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas de seguros e previdência são constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP - nº 162 de 26 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

I - Seguros:

- **Provisão de Prêmios Não Ganhos** – Constituída com base nos prêmios emitidos, pelo regime de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao período do risco ainda não decorrido. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para os Riscos Vigentes Mas Não Emitidos é constituída com base em nota técnica atuarial e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos pelas seguradoras e que estão em processo de emissão;
- **Provisão de Insuficiência de Prêmios** - Constituída, de acordo com nota técnica atuarial, se for constatada insuficiência de prêmios;
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - Constituída com base nas notificações de sinistros, em valor suficiente para fazer face aos compromissos futuros; para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, os peritos reguladores e assessores jurídicos efetuam as avaliações com base na importância segurada e nas regulações técnicas, levando-se em conta a probabilidade de resultado desfavorável para a Seguradora;
- **Provisão para Sinistros Ocorridos e não Avisados – IBNR** - Constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados.

II - Previdência Privada:

As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de seguros de Sobrevivência, Planos de Aposentadoria, Invalidez, Pensão, Pecúlio e Vida Individual e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente.

- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos** – Correspondem, respectivamente, aos compromissos assumidos com participantes, cuja percepção dos benefícios ainda não iniciou e àqueles em gozo de benefícios;
- **Provisão de Insuficiência de Contribuição** – Constituída quando constatada a insuficiência de prêmios ou contribuições e considera as tábuas biométricas de mortalidade geral AT-2000 Basic Male e AT-2000 Basic Female com improvement;
- **Provisão de Riscos Não Expirados** – Constituída para contemplar a estimativa para os riscos vigentes, mas não expirados;
- **Provisão de Eventos Ocorridos Mas Não Avisados** - IBNR - Constituída em função dos valores esperado de eventos ocorridos mas não avisados;
- **Provisão de Excedente Financeiro** – Constituída pela diferença entre pagamentos atualizados diariamente pela Carteira de Investimentos com o fundo acumulado constituído;
- **Outras Provisões** – Referem-se basicamente a Provisão para Despesas Administrativas constituídas de acordo com Nota Técnica Atuarial para cobrir despesas decorrentes de pagamento de benefícios previstos no plano, em função de eventos ocorridos e a ocorrer. Inclui também a rubrica Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar que se refere aos valores ainda não regularizados até a data do balanço.

III – Movimentação das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

Abaixo segue detalhes da movimentação dos saldos das Provisões Técnicas das operações de seguros e previdência:

Provisões Técnicas de Seguros Ramos Elementares - ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Prêmios Não Ganhos	Sinistro a Liquidar	Sinistros Ocorridos e Não Avisados	31/12/2010	31/12/2009
Extensão de Garantia - Patrimonial	742	38	19	799	681
Vida em Grupo	467	257	141	865	674
Prestamista	262	43	31	336	260
Acidentes Pessoais Coletivo	198	59	30	287	255
Risco Nomeados e Operacionais	185	420	34	639	408
Riscos Engenharia	126	72	5	203	191
Acidente Pessoais Individual	67	41	16	124	130
Compreensivo Empresarial	59	30	17	106	138
Marítimo	48	62	21	131	70
Riscos de Petróleo	45	214	8	267	61
Responsabilidade Civil Geral	36	189	56	281	222
Riscos Diversos	28	46	66	140	130
Risco Civil de Adm. e Diretores (D&O)	17	48	7	72	28
Aeronáuticos	8	114	10	132	171
Incêndio Tradicional	-	71	1	72	68
Saúde	-	25	41	66	84
Convênio DPVAT	-	192	12	204	450
Demais Ramos	177	241	70	488	452
	2.465	2.162	585	5.212	4.473
		36,57%			35,46%
Participação Itaúsa	902	791	214	1.906	1.586

De acordo com estudos atuariais foi constituída Provisões de Insuficiência de Prêmios no montante de R\$ 272 (R\$ 245 em 2009).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Seguros Ramos Elementares	Previdência Privada	Vida Individual e Vida com Cobertura de Sobrevivência	31/12/2010	31/12/2009
Saldo Inicial	4.718	16.054	27.173	47.945	40.752
(+) Adições decorrentes de prêmios / contribuições	11.843	1.621	6.975	20.439	21.071
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(11.478)	-	-	(11.478)	(13.762)
(-) Pagamento de sinistros / benefícios	(1.701)	(106)	(14)	(1.821)	(2.825)
(+) Sinistros Avisados	1.946	-	-	1.946	2.631
(-) Resgates	-	(919)	(3.280)	(4.199)	(3.771)
(+/-) Portabilidades líquidas	-	139	(180)	(41)	456
(+) Atualização das provisões e excedente financeiro	-	1.495	2.353	3.848	3.784
(+/-) Outras (constituição/reversão)	156	12	35	203	(390)
Provisões de Seguros e Previdência Privada	5.484	18.296	33.062	56.842	47.946
		36,57%			35,46%
Participação Itaúsa	2.006	6.691	12.092	20.797	17.003

De acordo com a nota 29f, foi constituída provisão adicional no montante de R\$ 22. (participação Itaúsa em 2010 36,57% - R\$ 8)

d) Despesa de Comercialização Diferida

As despesas de comercializações diferidas, basicamente, estão representadas pelas comissões retidas diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, conforme normas de cálculos vigentes. Abaixo segue a movimentação de saldos de despesas com comissões diferidas:

	Seguro	Resseguro	Total
Saldo em 01/01/2009	216	(10)	206
Aquisições do período	2.960	(61)	2.899
Amortizações do período	(1.586)	130	(1.456)
Saldo em 31/12/2009	1.590	59	1.649
Saldo a amortizar até 12 me	1.306	59	1.365
Saldo a amortizar após 12 n	284	-	284
Saldo em 01/01/2010	1.590	59	1.649
Aquisições do período	1.523	(81)	1.442
Amortizações do período	(1.522)	81	(1.441)
Saldo em 31/12/2010	1.591	59	1.650
Saldo a amortizar até 12 me	1.280	59	1.339
Saldo a amortizar após 12 n	311	-	311

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do grupo ao final de cada fechamento anual. A parte superior da tabela abaixo ilustra como a estimativa do sinistro final se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

A Provisão de Sinistros a Liquidar está composta da seguinte forma:

Provisão de Sinistros a Liquidar e Sinistros Ocorridos e Não Avisados - ITAÚ UNIBANCO HOLDING								2010	2009
Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros								1.256	1.120
Operações DPVAT								205	341
Resseguro, Retrocessão e Outras Estimativas								1.286	1.379
Total da Provisão de Sinistros a Liquidar e Sinistros Ocorridos e Não Avisados								2.747	2.840
								36,57%	35,46%
Participação Itaúsa								1.005	1.007

Data de Ocorrência - ITAÚ UNIBANCO HOLDING								
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total	2009
No final do ano de divulgação	808	865	1.027	1.157	1.197	1.269	-	-
1 ano depois	808	899	1.044	1.164	1.188	-	-	-
2 anos depois	813	921	1.063	1.161	-	-	-	-
3 anos depois	820	929	1.071	-	-	-	-	-
4 anos depois	829	928	-	-	-	-	-	-
5 anos depois	827	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	827	928	1.071	1.161	1.188	1.269	6.444	5.182
Pagamentos acumulados até a data base	784	869	984	1.042	1.029	681	5.389	4.289
Passivo reconhecido no balanço	43	59	86	120	159	588	1.055	893
Passivo em relação a anos anteriores a 2005							200	227
Total do passivo incluso no balanço							1.256	1.120
							36,57%	35,46%
Participação Itaúsa							459	397

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no IFRS 4 – Insurance Contracts a seguradora deve realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo indicou a necessidade de um complemento de R\$ 22 nas provisões técnicas. O complemento requerido foi realizado em alguns planos tradicionais de previdência privada em fase de acumulação, representando apenas 0,6% de acréscimo nas provisões técnicas destes planos. Foram efetuados testes de sensibilidade nas estimativas correntes com variação positiva e negativa de 0,1% na taxa de juros livre de risco. O cenário com variação negativa de 0,1% apontou a necessidade de um complemento de R\$ 32. O cenário com variação positiva de 0,1% apontou R\$ 13.

As Premissas utilizadas foram:

- Taxa de juros livre de risco: obtida da curva de juros extrapolada dos títulos públicos, considerados sem risco de crédito, disponíveis no mercado financeiro brasileiro;
- Mortalidade, cancelamento, resgates parciais e conversões em renda são revistas periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias. Desta forma, representa as melhores estimativas para as projeções das estimativas correntes;
- Os critérios de agrupamento são baseados em homogeneidade de riscos.

g) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O Conglomerado Itaú Unibanco dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações,

limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

A seguradora oferta seus produtos aos clientes por distribuição bancassurance e distribuição direta. Os produtos de seguros de vida, acidentes pessoais, prestamistas e riscos diversos são majoritariamente distribuídos pela operação bancassurance, os produtos de grandes riscos são distribuídos por corretores, no caso do produto garantia estendida, o produto é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo, a produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do Conglomerado Itaú Unibanco tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação ao prêmio de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição. Nos produtos de grandes riscos adota-se a estratégia de menor retenção, conforme exemplo abaixo:

Agrupamento de Produtos - ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Prêmio de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
Seguro de Vida e Acidentes Pessoais	1.933	1.914	99,0
Grandes Riscos	1.192	639	53,6
Prestamista	424	423	99,7
Garantia Estendida	1.158	1.158	100,0
Riscos Diversos	238	204	85,9

h) Estrutura de Gerenciamento do Risco de Subscrição

• Controle Centralizado do Risco de Subscrição

O controle dos riscos da seguradora é realizado de forma centralizada pela Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos, ao passo que a gestão é de responsabilidade das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora.

• Gestão Descentralizada do Risco de Subscrição

A gestão do risco de subscrição é responsabilidade da Área de Negócios sendo coordenada pela Área de Gestão de Riscos da Seguradora com participação da Área Atuarial Institucional e Unidades e Gestores de Produtos. Estas unidades, em suas operações diárias, assumem risco tendo em vista a rentabilidade dos seus negócios.

i) Papéis e Responsabilidades

I- Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos

Cumpra a esta área gerar condições para:

- Validação e controle dos modelos de risco de subscrição;
- Controle e avaliação das alterações nas políticas da atividade de Seguros e Previdência;
- Acompanhamento do desempenho das carteiras de Seguros e Previdência;
- Desenvolvimento de modelos de risco de subscrição;
- Avaliação do risco dos produtos, em sua criação e de maneira recorrente, de Seguros e Previdência;
- Definição e publicidade da estrutura de Gerenciamento de Risco de Subscrição; e
- Adoção de políticas de remuneração que não incentivem comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo estabelecidas pela instituição.

II- Área Executiva Responsável por Risco Operacional e Eficiência

- Responsável pela definição dos métodos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do Risco Operacional;
- Reporte tempestivo dos principais pontos de ocorrências de riscos operacionais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos; e

- Atendimento às demandas do Banco Central do Brasil e demais órgãos supervisores brasileiros referentes à gestão de risco operacional, bem como o monitoramento da aderência das unidades e Áreas de Controle do Itaú Unibanco, sob a coordenação da Área de Compliance Legal, à regulamentação dos órgãos supervisores locais.

III- Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição

- Aplicar e/ou enquadrar os produtos às exigências da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora;
- Atender às solicitações da área Executiva independente responsável pelo Controle de Riscos, elaborando ou fornecendo bases de dados e informações para a elaboração de relatórios gerenciais ou estudos específicos, quando disponíveis;
- Garantir a qualidade das informações utilizadas nos modelos de probabilidade de sinistro e das perdas em caso de sinistro; e
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora.

IV- Área de Resseguros

- Definir políticas de acesso aos mercados de resseguro, regulamentando as operações de Subscrição alinhadas com as avaliações de crédito e subscrição da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora;
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora;
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos da Seguradora; e
- Garantir atualização, alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas ao resseguro.

V- Área de Gestão de Riscos da Seguradora

- Elaborar políticas e procedimentos de subscrição que abordem todo o ciclo de subscrição;
- Elaborar os indicadores estratégicos, informando os eventuais desajustes às alçadas superiores;
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos;
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos;
- Monitorar os riscos incorridos das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição; e
- Reportar, com qualidade e celeridade, as informações requeridas sob sua responsabilidade aos Órgãos Reguladores Brasileiros.

VI- Área Atuarial

- Desenvolver e aperfeiçoar modelos de Provisões e Reservas e encaminhá-los, devidamente documentados, à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos da Seguradora. Envio dos relatórios gerenciais à Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos;
- Garantir o alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas às operações demandadas devidamente conciliadas contabilmente; e

- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.

VII- Área de Controles Internos

- Verificar regularmente a adequação do sistema de controles internos; e
- Conduzir revisões periódicas do processo de risco da atividade de Seguros e para assegurar sua integridade, precisão e razoabilidade.

VIII- Auditoria Interna

Efetuar verificações independentes e periódicas quanto à efetividade do processo de controle do risco da atividade de Seguros e Previdência, de acordo com as orientações do Comitê de Auditoria.

A administração da empresa trabalha em conjunto com o gestor de investimentos com o objetivo de assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do seu passivo visando o seu equilíbrio atuarial e a solvência no longo prazo.

Anualmente a empresa elabora mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. Esse mapeamento é feito sob pressupostos atuariais.

O gestor de investimentos, de posse dessa informação, utiliza modelos de Asset Liability Management para encontrar a melhor composição de carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preço no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

j) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez**Risco de Mercado**

- Seguros

Variação nas taxas de câmbio pode afetar o resultado de seguros no caso de bens cujo valor de indenização sofre variação cambial. Pela legislação atual, a PPNG (Provisão de Prêmio não ganhos – tem a função de garantir a cobertura dos sinistros futuros) não sofre oscilação cambial. Uma seguradora pode efetuar o hedge contábil da operação, zerando a posição comprada em câmbio, mas está sujeito à variação cambial efetiva do bem segurado. Ao optar pelo hedge econômico, a empresa deve manter uma posição comprada em câmbio, gerando volatilidade no resultado contábil.

Variações nas taxas de juros não afetam o resultado de seguros.

- Previdência

Os produtos FGB, durante o período de contribuição (acumulação de recursos) e durante o período de pagamento de aposentadoria (desacumulação de recursos), há garantia mínima de rentabilidade de um indexador de preços mais taxa de juros. Caso os ativos garantidores tenham performance inferior à garantia mínima, a seguradora deverá complementar o valor acumulado.

No caso de produtos PGBL/VGBL, há garantia mínima apenas durante o período de pagamento de aposentadoria (desacumulação de recursos).

É utilizado Asset Liability Management para encontrar a melhor composição de carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto.

Risco de Liquidez

No que diz respeito aos produtos de longo prazo com retornos mínimos garantidos, a subsidiária reavalia periodicamente o seu passivo sob a forma de fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados e mantém o gestor de ativos continuamente informado sobre suas necessidades regulares de caixa. Além disso, o acompanhamento contínuo da sua carteira de clientes permite à subsidiária antecipar eventuais movimentos atípicos de migração de reservas possibilitando planejar a geração de liquidez necessária a esses movimentos.

Risco de Crédito

Em relação às operações de resseguro, faz parte da política interna não haver concentração excessiva em um único ressegurador. Atualmente aquele que detêm a maior parcela de nossas operações não excede 29% do total. Adicionalmente observamos as determinações da SUSEP quanto aos resseguradores que operamos, notadamente, o item “classificação de solvência, emitida por agência classificadora de risco”, com os seguintes níveis mínimos:

Agência Classificadora de Riscos	Nível Mínimo Exigido
Standart & Poors	BBB-
Fitch	BBB-
Moody's	Baa3
AM Best	B+

k) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas no período em que ocorrem observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro. As análises dos programas de resseguro são realizadas prevendo a necessidades atuais mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 126 de 15 de janeiro de 2007, houve abertura do mercado de resseguro com a criação de três categorias de empresas autorizadas a operar no Brasil, local, admitida e eventual. A transição para o novo mercado foi feita de modo progressivo mantendo o direito das empresas resseguradoras locais a 60% dos prêmios cedidos pelas seguradoras até janeiro de 2010, após esse período esse percentual pode ser reduzido para 40%.

Ativos de Resseguro

Os montantes apropriados como ativo de resseguro são direitos estimados a recuperar das resseguradoras decorrentes das perdas ocorridas. Tais ativos são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas são reavaliadas transcorridos 365 dias quanto a possibilidade de não recuperação destes, em casos de dúvidas tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Resseguro Cedido

A companhia cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que se materializarão após um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são apropriados no grupo de despesas antecipadas e realizados no grupo de outras despesas operacionais de acordo diferimento do prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.

a) Créditos das Operações de Resseguros	IUH	IUH
	31/12/2010	31/12/2009
Sinistros a Liquidar	1.048	719
Sinistros Ocorridos mas Não avisados	134	159
Adiantamento de Prêmios de Resseguro	12	124
Recuperação de Sinistros	185	161
Recuperação de Despesas de Comercialização	27	51
Outros Créditos de Resseguros	7	(21)
Total	1.413	1.193
Participação Itaúsa	517	423

b) Despesas de Resseguros Diferidos	31/12/2010	31/12/2009
	Prêmios não Ganhos	390
Total	390	516
Participação Itaúsa	143	183

c) Débitos das Operações de Resseguros	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
	Prêmios de Resseguros	133	347
Sinistros de Resseguros	1	3	39
Total	134	350	274
Participação Itaúsa	49	124	97

d) Receitas de Comercialização de Resseguros Diferidas	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
	Comissão de Resseguros	59	59
Total	59	59	10
Participação Itaúsa	22	21	4

I) Entidades Reguladoras

As operações de Seguros e Previdência são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e pela Superintendência de Seguros Privados. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e conseqüentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

A SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

I) Capital para a Atividade de Seguros

A SUSEP, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do mercado segurador divulgou em 26/12/2006 as Resoluções nºs. 155 e 158, modificadas pelas Resoluções nºs. 178, de 28/12/2007 e 200, de 16/12/2008 e pela Circular nº 355 de 14/12/2007. Os normativos dispõem sobre as regras de capital regulamentar exigido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras e previdência e as regras de alocação de capital provenientes do risco de subscrição para os diversos ramos de seguros.

É importante destacar que o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) das empresas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que participam exclusivamente de atividades de seguros e previdência é superior ao capital regulamentar exigido.

NOTA 30 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros:

	31/12/2010		31/12/2009	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
Ativos Financeiros				
Disponibilidades	4.856	4.856	3.903	3.903
Depósitos Compulsórios no Banco Central	31.469	31.469	5.970	5.970
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.425	5.428	6.312	6.315
Aplicações no Mercado Aberto	32.786	32.786	48.644	48.644
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	42.619	42.619	20.470	20.470
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado (*)	112	112	132	132
Derivativos (*)	2.846	2.846	1.984	1.984
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (*)	16.803	16.803	14.794	14.794
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	1.159	1.380	862	990
Operações de Crédito	100.756	100.826	79.727	79.795
Outros Ativos Financeiros	14.897	14.897	9.483	9.483
Passivos Financeiros	-	-	-	-
Depósitos	74.129	74.099	67.634	67.605
Captação no Mercado Aberto	73.020	73.020	46.792	46.792
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	488	488	235	235
Derivativos (*)	2.077	2.077	1.976	1.976
Recursos de Mercados Interbancários	22.894	22.873	15.860	15.390
Recursos de Mercados Institucionais	16.280	16.245	10.827	11.242
Passivos de Planos de Capitalização	952	952	802	802
Outros Passivos Financeiros	14.999	14.999	9.585	9.585
Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial	-	-	-	-
Compromissos de concessão de crédito	-	156	-	124
Cartas de Crédito em Aberto (standby) e Garantias Prestadas	-	41	-	24

(*) Os valores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING já refletem a participação da Itaúsa

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a) Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto e Outros Ativos Financeiros - O valor contábil apresentado para esses instrumentos no balanço patrimonial consolidado se aproxima de seu valor justo.

b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros - Estimamos os valores justos das aplicações em depósitos interfinanceiros efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.

c) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANDIMA. Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

- Swaps: Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na BM&F, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas

curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de swaps de moeda, swaps de taxa de juros e swaps com base em outros fatores de risco (commodities, índices de bolsas, etc.).

- Futuros e Termo: cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos swaps;
- Opções: Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da Black & Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg).
- Crédito: Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PDD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses spreads se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade aprimoradas pelo crédito.

d) Operações de Crédito (incluindo Arrendamento Mercantil) - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros próximas as nossas taxas atuais para empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

e) Passivos Financeiros remunerados e não remunerados incluem: Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Passivos Financeiros Mantidos para Negociação, Recursos de Mercados Interbancários, Passivos Financeiros Institucionais, Provisões de Planos de Capitalização e Outros Passivos Financeiros.

Sendo que para os:

- **Passivos Financeiros não remunerados à vista** - O valor justo dos depósitos à vista e de outros passivos financeiros é igual ao montante a pagar na data dos relatórios, ou seja, é igual ao valor contábil.
- **Passivos Financeiros remunerados** – O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo de seu valor contábil. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa fixa foi estimado com a utilização do cálculo do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros que oferecemos na data do balanço patrimonial respectivo. O valor contábil das captações no mercado aberto, linhas comerciais e outras obrigações por empréstimos de curto prazo aproxima-se do valor justo de tais instrumentos. O valor justo das demais obrigações de longo prazo é estimado utilizando-se os fluxos de caixa descontados através de taxas de juros oferecidas no mercado por instrumentos semelhantes. Essas taxas de juros são obtidas de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg) das quais são derivadas a curva de rentabilidade sem risco e o spread sem risco negociado por instrumentos semelhantes.

f) Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial - O valor justo dos compromissos para a concessão de crédito foi estimado com base nas taxas atualmente cobradas para firmar contratos similares, levando em consideração o prazo remanescente dos contratos e a qualidade de crédito das contrapartes. O valor justo das cartas de crédito em aberto ("*standby*") e cartas comerciais e garantias foi baseado nas comissões atualmente cobradas em contratos similares ou no custo estimado para encerrar os contratos, ou de qualquer outra forma liquidar as obrigações com as contrapartes. O valor justo dos derivativos está incluído em ativos / passivos financeiros a valor justo através do resultado ou em outros passivos, conforme descrito na Nota 2.4.f e apresentado nas Notas 6 e 7. Consulte a Nota 6 para o valor referencial e o valor justo estimado de nossos instrumentos financeiros derivativos.

A entidade deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que

está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3: as informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, e Designados ao Valor Justo através do Resultado:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), outros títulos estrangeiros do governo, ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Nos casos em que as informações de precificação não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de precificação obtidas por meio dos serviços de precificação, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures e alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. A ITAÚSA CONSOLIDADO não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Nos casos em que não há informações de precificação em um mercado ativo, a ITAÚSA CONSOLIDADO usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro (principalmente NTN-I e TDA com vencimentos após 2024, NTN-A1 e CVS), Notas Promissórias e títulos que não são geralmente negociados em um mercado ativo, CRIs.

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, a ITAÚSA CONSOLIDADO estima o valor justo por meio da adoção de uma série de técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no nível 2 são swaps de inadimplência de crédito, swaps de moeda cruzada, swaps de taxa de juros, opções de plain vanilla, alguns forwards e geralmente todos os swaps. Todos os modelos adotados pela ITAÚSA CONSOLIDADO são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns, swaps indexados com informações não observáveis e swaps com outros produtos, como swap com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas commodities. Estas operações têm sua precificação derivada de superfície de volatilidade gerada à partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas acima para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, a ITAÚSA CONSOLIDADO acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do relatório.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/12/2010:

	31/12/2010				31/12/2009				01/01/2009			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	-	1.748	-	1.748	-	1.619	-	1.619	-	2.069	-	2.069
Títulos públicos do governo brasileiro	86.422	277	-	86.699	35.328	807	-	36.135	40.871	518	1	41.390
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	666	-	-	666	222	-	-	222	470	-	-	470
Títulos públicos - outros países	9.036	317	-	9.353	936	121	-	1.057	1.257	1.278	-	2.535
Argentina	293	-	-	293	179	-	-	179	64	-	-	64
Estados Unidos	8.714	-	-	8.714	747	-	-	747	1.038	-	-	1.038
México	29	-	-	29	10	-	-	10	155	-	-	155
Chile	-	248	-	248	-	77	-	77	-	164	-	164
Espanha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	418	-	418
Uruguai	-	24	-	24	-	30	-	30	-	7	-	7
Coréia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	291	-	291
Rússia	-	45	-	45	-	-	-	-	-	-	-	-
Paraguai	-	-	-	-	-	-	-	-	-	398	-	398
Outros	-	-	-	-	-	14	-	14	-	-	-	-
Títulos de empresas	4.321	12.551	159	17.031	4.179	11.779	561	16.519	2.762	8.762	478	12.002
Ações negociáveis	3.208	40	-	3.248	2.641	69	-	2.710	2.743	-	-	2.743
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	439	157	596	-	35	-	35	-	34	-	34
Certificado de Depósito Bancário	-	8.932	-	8.932	-	9.490	-	9.490	-	5.901	-	5.901
Debêntures	1.112	1.688	-	2.800	1.536	1.560	-	3.096	19	1.509	-	1.528
Euro Bonds e Assemelhados	-	1.452	-	1.452	2	625	-	627	-	1.318	-	1.318
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	478	478
Outros	1	-	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	100.445	14.893	159	115.497	40.665	14.326	561	55.552	45.360	12.627	479	58.466
Participação Itaúsa - 36,57% em 2010, 35,46% em 2009 e 35,54% em 2008	36.736	5.447	58	42.241	14.421	5.080	199	19.700	16.123	4.488	170	20.781
Empresas Industriais	-	378	-	378	-	770	-	770	-	687	-	687
TOTAL	36.736	5.825	58	42.619	14.421	5.850	199	20.470	16.123	5.175	170	21.468
Fundos de investimento	-	770	-	770	-	1.273	-	1.273	-	1.153	-	1.153
Títulos públicos do governo brasileiro	9.753	6	320	10.079	13.370	14	334	13.718	12.874	25	249	13.148
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	4.720	-	-	4.720	1.980	-	-	1.980	2.819	-	-	2.819
Títulos públicos - outros países	679	3.880	-	4.559	17	7.224	-	7.241	25	9.453	-	9.478
Argentina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Austria	-	-	-	-	-	213	-	213	-	1.460	-	1.460
Portugal	-	-	-	-	-	26	-	26	-	301	-	301
Estados Unidos	679	-	-	679	17	-	-	17	25	-	-	25
Dinamarca	-	2.016	-	2.016	-	1.971	-	1.971	-	2.194	-	2.194
Espanha	-	734	-	734	-	1.093	-	1.093	-	2.830	-	2.830
Coréia	-	236	-	236	-	1.755	-	1.755	-	1.765	-	1.765
Chile	-	453	-	453	-	1.274	-	1.274	-	482	-	482
Paraguai	-	256	-	256	-	417	-	417	-	2	-	2
Noruega	-	-	-	-	-	-	-	-	-	345	-	345
Uruguai	-	185	-	185	-	475	-	475	-	74	-	74
Títulos de empresas	3.746	19.338	1.327	24.411	2.322	13.016	1.752	17.090	4.413	13.054	2.574	20.041
Ações negociáveis	624	4.500	-	5.124	313	4.381	-	4.694	2.836	2.576	-	5.412
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	6.913	62	6.975	-	4.168	126	4.294	-	3.148	129	3.277
Certificado de Depósito Bancário	-	559	-	559	-	99	-	99	-	1.392	-	1.392
Debêntures	3.122	3.512	-	6.634	1.883	2.651	-	4.534	1.530	2.565	-	4.095
Euro Bonds e Assemelhados	-	3.843	-	3.843	126	1.698	-	1.824	47	3.359	-	3.406
Notas Promissórias	-	-	1.265	1.265	-	-	1.626	1.626	-	-	2.042	2.042
Outros	-	11	-	11	-	19	-	19	-	14	403	417
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	18.898	23.994	1.647	44.539	17.689	21.527	2.086	41.302	20.131	23.685	2.823	46.639
Participação Itaúsa - 36,57% em 2010, 35,46% em 2009 e 35,54% em 2008	6.912	8.775	602	16.289	6.273	7.634	740	14.647	7.155	8.419	1.003	16.577
Empresas Industriais	-	514	-	514	-	147	-	147	-	307	-	680
TOTAL	6.912	9.289	602	16.803	6.273	7.781	740	14.794	7.155	8.726	1.003	17.257
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	306	-	-	306	373	-	-	373	9	-	-	9
Títulos públicos do governo brasileiro	306	-	-	306	373	-	-	373	9	-	-	9
Participação Itaúsa - 36,57% em 2010, 35,46% em 2009 e 35,54% em 2008	112	-	-	112	132	-	-	132	3	-	-	3
TOTAL	112	-	-	112	132	-	-	132	3	-	-	3
Notas Estruturadas	-	(1.335)	-	(1.335)	-	(663)	-	(663)	-	(295)	-	(295)
Passivos Financeiros Designados a Valor Justo	-	(1.335)	-	(1.335)	-	(663)	-	(663)	-	(295)	-	(295)
Participação Itaúsa - 36,57% em 2010, 35,46% em 2009 e 35,54% em 2008	-	(488)	-	(488)	-	(235)	-	(235)	-	(105)	-	(105)
Empresas Industriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	(488)	-	(488)	-	(235)	-	(235)	-	(105)	-	(105)

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/12/2010 para nossos Passivos de Derivativos.

	31/12/2010				31/12/2009				01/01/2009			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Opções	-	1.696	56	1.752	-	1.649	177	1.826	-	6.445	37	6.482
Termo	-	2.096	-	2.096	-	412	-	412	-	4.648	-	4.648
Swaps - Diferencial a Receber	-	2.932	5	2.937	-	2.579	-	2.579	-	3.493	-	3.493
Verificação de Swap	-	-	-	-	-	-	186	186	-	-	2.024	2.024
Swap c/ Verificação	-	-	-	-	-	-	49	49	-	-	61	61
Derivativos de Crédito	-	-	261	261	-	-	15	15	-	-	64	64
Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	380	(2)	377
Outros Derivativos	-	568	163	731	-	445	77	522	-	194	34	228
Verificação de Forward	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	11
Forward c/ Verificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(40)	(40)
Derivativos - Ativo	-	7.292	485	7.777	-	5.085	504	5.589	(1)	15.160	2.189	17.348
Participação Itaúsa - 36,57% em 2010, 35,46% em 2009 e 35,54% em 2008	-	2.667	177	2.844	-	1.860	184	1.982	(0)	5.389	778	6.166
Empresas Industriais	-	2	-	2	-	2	-	2	-	815	-	815
TOTAL	-	2.669	177	2.846	-	1.862	184	1.984	(0)	6.204	778	6.981
Opções	-	(1.899)	(188)	(2.087)	-	(1.599)	(249)	(1.848)	-	(7.945)	(48)	(7.993)
Termo	-	(1.191)	-	(1.191)	-	(474)	-	(474)	-	(1.663)	-	(1.663)
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(2.007)	(6)	(2.013)	-	(2.108)	(6)	(2.114)	-	(2.988)	(27)	(3.015)
Verificação de Swap	-	-	-	-	-	-	(140)	(140)	-	-	(457)	(457)
Swap c/ Verificação	-	-	-	-	-	-	(90)	(90)	-	-	(288)	(288)
Derivativos de Crédito	-	(10)	(119)	(129)	-	-	(106)	(106)	-	(102)	(171)	(273)
Futuros	(46)	-	(9)	(55)	(9)	(8)	(9)	(26)	-	-	-	-
Outros Derivativos	-	(183)	(13)	(196)	-	(505)	(29)	(534)	-	(149)	(272)	(421)
Verificação de Forward	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(34)	(34)
Forward c/ Verificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(32)	(32)
Derivativos - Passivo	(46)	(5.290)	(335)	(5.671)	(9)	(4.694)	(629)	(5.332)	-	(12.847)	(1.329)	(14.176)
Participação Itaúsa - 36,57% em 2010, 35,46% em 2009 e 35,54% em 2008	(17)	(1.935)	(123)	(2.074)	(3)	(1.665)	(223)	(1.891)	-	(4.566)	(472)	(5.039)
Empresas Industriais	-	(3)	-	(3)	-	(85)	-	(85)	-	(42)	-	(42)
TOTAL	(17)	(1.938)	(123)	(2.077)	(3)	(1.750)	(223)	(1.976)	-	(4.608)	(472)	(5.081)

Mensurações de valor justo recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do balanço patrimonial referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, para instrumentos financeiros classificados pela ITAUSA CONSOLIDADO no nível 3 da hierarquia de avaliação.

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/12/2010 para nossos ativos de financeiros Mantidos para Negociação e ativos financeiros Disponíveis para Venda.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Valor justo no Balanço de Abertura	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras, emissões e liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor justo em 31.12.2010	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Títulos de empresas	561	1	(403)	-	159	2
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	1	156	-	157	2
Notas Promissórias	561	-	(561)	-	-	-
Outros	-	-	2	-	2	-
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	561	1	(403)	-	159	2
Participação Itaúsa - 36,57289% em 2010 e 35,46294% em 2009	205	0	(147)	-	58	1
TOTAL	205	0	(147)	-	58	1
Títulos públicos do governo brasileiro	334	-	(14)	-	320	(1)
Títulos de empresas	1.752	2	(427)	-	1.327	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	126	-	(64)	-	62	-
Notas Promissórias	1.626	2	(363)	-	1.265	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	2.086	2	(441)	-	1.647	(1)
Participação Itaúsa - 36,57289% em 2010 e 35,46294% em 2009	763	1	(161)	-	602	-
TOTAL	763	1	(161)	-	602	-

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/12/2010 para nossos Passivos de Derivativos.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Valor justo no Balanço de Abertura	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras, emissões e liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor justo em 31.12.2010	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Opções	177	30	(151)	-	56	-
Swaps - Diferencial a Receber	-	-	5	-	5	-
Verificação de Swap	186	-	(186)	-	-	-
Swap c/ Verificação	49	-	(49)	-	-	-
Derivativos de Crédito	15	87	159	-	261	3
Outros Derivativos	77	(61)	147	-	163	(58)
Derivativos - Ativo	504	56	(75)	-	485	(55)
Participação Itaúsa - 36,57289% em 2010 e 35,46294% em 2009	184	20	(27)	-	177	(20)
TOTAL	98	20	59	-	177	(20)
Opções	(249)	83	(22)	-	(188)	45
Swaps - Diferencial a Pagar	(6)	-	-	-	(6)	(5)
Verificação de Swap	(140)	-	140	-	-	-
Swap c/ Verificação	(90)	-	90	-	-	-
Derivativos de Crédito	(106)	80	(93)	-	(119)	(6)
Futuros	(9)	227	(227)	-	(9)	(11)
Outros Derivativos	(29)	(18)	34	-	(13)	(13)
Derivativos - Passivo	(629)	373	(79)	-	(335)	10
Participação Itaúsa - 36,57289% em 2010 e 35,46294% em 2009	(230)	136	(29)	-	(123)	4
TOTAL	(230)	136	(29)	-	(123)	4

Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 em 1º de janeiro de 2010 correspondem a um volume reduzido de opções exóticas e de *swaps plain-vanilla* ilíquidos. Em 2007 iniciamos a negociação de *swaps* de moeda estrangeira com características adicionais tais como alavancagem, barreiras e outros. A partir do final do terceiro trimestre de 2008, como consequência da desvalorização significativa do real em relação às principais moedas estrangeiras, o mercado para esses *swaps* tornou-se bem ilíquido, o que resultou nesses instrumentos classificados no Nível 3.

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante o exercício de 2010.

Não houve transferências de Nível 3 em relação aos outros níveis durante o exercício de 2010.

NOTA 31 – ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A ITAÚSA e suas controladas e subsidiárias, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em contingências.

Os dados estão sendo apresentados, considerando a participação da Itaúsa no Itaú Unibanco Holding proporcional, conforme segue:

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Passivos Contingentes: os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

- Ações Cíveis

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): a apuração da contingência é mensal e o valor esperado da perda é objeto de provisão contábil, realizada por aplicação de parâmetro estatístico elaborado tendo em conta o tipo de ação e as características do juízo (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos. O banco também é parte em ações específicas referentes a cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos.

A jurisprudência no STF é favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo e das correções aplicadas aos contratos em geral. Além disso, recentemente foi decidido no STJ que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de cinco anos. Com essa decisão, parte das ações, como foram propostas após o prazo de cinco anos, poderão tornar-se improcedentes.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 282, sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes.

- Ações Trabalhistas

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): o valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme a média móvel dos pagamentos de processos encerrados nos últimos 12 meses, acrescida do custo médio de honorários. São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com cobrança e créditos com FCVS cedidos ao Banco Nacional.

Movimentação das Provisões para Passivos Contingentes	01/01 a 31/12/2010				01/01 a 31/12/2009
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total	Total
Saldo Inicial	862	1.172	60	2.094	1.893
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(35)	(203)	-	(238)	(240)
Subtotal	827	969	60	1.856	1.653
Atualização/Encargos	51	28	-	79	84
Movimentação do Período Refletida no Resultado	<u>430</u>	<u>301</u>	<u>3</u>	<u>734</u>	<u>653</u>
Constituição (1)	655	338	3	997	800
Reversão	(225)	(37)	-	(262)	(147)
Pagamento	(313)	(187)	-	(500)	(534)
Subtotal	995	1.111	63	2.169	1.856
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	113	407	-	520	238
Saldo Final	1.108	1.518	63	2.689	2.094
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2010	568	563	-	1.131	
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2009	376	525	-	901	

(1) Nas Provisões Cíveis contempla planos econômicos no montante de R\$ 259 (R\$ 102 em 2009).

- Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de auto-lançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos constituem provisão sempre que a perda for considerada provável.

Abaixo demonstramos a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Movimentação das Provisões para Passivos Contingentes - Fiscais e Previdenciários	01/01 a 31/12/2010			01/01 a 31/12/2009		
	Obrigação Legal	Contingência	Total	Obrigação Legal	Contingência	Total
Saldo Inicial	2.408	622	3.030	3.427	999	4.426
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	-	(13)	(13)	-	(6)	(6)
Subtotal	2.408	610	3.018	3.427	993	4.420
Atualização/Encargos	136	41	177	290	62	352
Movimentação do Período Refletida no Resultado	<u>91</u>	<u>234</u>	<u>325</u>	<u>413</u>	<u>(98)</u>	<u>314</u>
Constituição	290	352	642	778	149	927
Reversão	(198)	(118)	(316)	(365)	(248)	(613)
Pagamento	(708)	(41)	(749)	(1.715)	(329)	(2.044)
Subtotal	1.927	844	2.771	2.415	628	3.043
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	-	16	16	-	13	13
Outros Ajustes	69	37	106	(7)	(19)	(26)
Saldo Final	1.996	897	2.893	2.408	622	3.030

Movimentação dos Depósitos Judiciais / Administrativos - Fiscais e Previdenciários	01/01 a 31/12/2010			01/01 a 31/12/2009		
	Obrigação Legal	Contingência	Total	Obrigação Legal	Contingência	Total
Saldo Inicial	1.269	1.684	2.953	1.339	1.357	2.696
Apropriação de Rendas	79	104	183	148	154	302
Movimentação do Período	<u>51</u>	<u>(180)</u>	<u>(129)</u>	<u>(236)</u>	<u>177</u>	<u>(59)</u>
Depositados	43	257	300	170	461	630
Levantamentos Efetuados	(26)	(465)	(491)	(34)	(43)	(77)
Conversão em Renda	(14)	(12)	(26)	(398)	(192)	(590)
Outros Ajustes	48	40	88	26	(48)	(22)
Saldo Final	1.399	1.609	3.007	1.251	1.688	2.939

A ITAÚSA e suas controladas aderiram ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais instituído pela Lei 11.941 de 27/05/2009. O programa incluiu débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional vencidos até 30 de novembro de 2008. No exercício a tese inserida no programa foi o alargamento da base de cálculo de PIS e Cofins previsto pelo § 1º do art. 3º da Lei 9.718 de 27/11/1998, classificada como Obrigação Legal. O efeito líquido no resultado foi de R\$ 51 (R\$ 88 em 2009).

As principais discussões relativas às Obrigações Legais são descritas a seguir:

- PIS e COFINS - Base de Cálculo – R\$ 861: defendemos a incidência das contribuições sobre o faturamento, entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 352.
- CSLL - Isonomia – R\$ 296 enquanto a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 65.
- IRPJ e CSLL - Lucros no Exterior – R\$ 168: discutimos a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior e a inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF 213-02 no que excede o texto legal. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 167.
- PIS – Anterioridade Nonagesimal e Irretroatividade - R\$ 130: pleiteamos o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97, dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento com base na Lei Complementar 07/70. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 22.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 1.813, sendo as principais naturezas descritas a seguir.

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R\$ 401: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.
- IRPJ/CSLL – Perdas e Descontos no Recebimento de Créditos – R\$ 213: defendemos que são despesas operacionais necessárias e dedutíveis nos termos da Lei as perdas em operações de crédito e os descontos em sua renegociação e recuperação.
- ISS Atividades Bancárias – R\$ 156: trata-se de operações bancárias cujas receitas não se confundem com preço por serviço prestado e/ou são decorrentes de atividades não listadas em Lei Complementar.
- INSS - Verbas não Remuneratórias – R\$ 138: defendemos a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente participação nos lucros, nos resultados, vale transporte e abono único.
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Usufruto de Cotas e Ações - R\$ 121: discutimos o correto tratamento contábil e tributário do valor recebido pela constituição onerosa do usufruto.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber relativo a reembolso de contingências totaliza R\$ 653 (R\$ 395 em 31/12/2009) (Nota 21), representado basicamente pela garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Contingências Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.

d) Garantias de Recursos Voluntários

Dados em garantia de recursos voluntários relativos a processos de passivos contingentes estão vinculados, depositados ou arrolados os montantes abaixo:

	31/12/2010	31/12/2009
Títulos e Valores Mobiliários (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	563	376
Depósitos em Garantia	1.204	1.159

A ITAÚSA e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não estão envolvidos em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar significativamente os resultados de suas operações. A avaliação conjunta do total de provisões existentes para todos os passivos contingentes e obrigações legais, constituídas mediante a utilização de modelos estatísticos para as causas de pequeno valor e avaliação individual de assessores legais internos e externos para as demais causas, mostra a suficiência dos montantes provisionados segundo as regras Deliberação n° 594, de 15/09/2009, da CVM.

NOTA 32 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentadas ao Conselho de Administração para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Área de Serviços Financeiros e Área Industrial.

A ITAÚSA é uma holding e suas controladas são: Duratex, Elekeiroz e Itaotec que atuam no área industrial e no área financeira temos controle conjunto no Itaú Unibanco Holding.

As controladas da Itaúsa tem autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

- **Área Financeira**

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding e detinha uma participação de 36,57%, em 2010 (35,46% em 2009).

- **Área Industrial**

No segmento industrial temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos fabricados pelas empresas:

I) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios, negociados sob as marcas Deca e Hydra (para válvulas de descarga) que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

II) Elekeiroz: atua no mercado químico e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive de tais produtos de terceiros, importação e exportação. A Companhia conta com uma capacidade de produção de produtos químicos de mais de 700 mil toneladas anuais nas suas unidades industriais, que são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

III) Itaotec: atua no mercado de informática, sendo especializada no desenvolvimento de produtos e soluções de computação, automações e serviços tecnológicos.

	Janeiro a Dezembro	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO (1)	AJUSTES	CONSOLIDADO IFRS (1)
		Itaú Unibanco Holding S.A.	Duratex S.A.(5)	Itautec S.A.	Elekeiroz S.A.			
Ativos Totais	2010	755.112	5.006	1.079	640	764.211	(488.576)	275.635
	2009	608.273	4.354	1.298	604	615.961	(402.457)	213.504
Receitas Operacionais (2)	2010	120.510	2.728	1.795	851	123.695	(75.753)	47.942
	2009	111.994	2.013	1.872	571	117.369	(71.979)	45.370
Lucro Líquido (6)	2010	13.323	442	12	45	14.667	(9.654)	5.013
	2009	10.067	182	54	4	11.742	(6.993)	4.749
Patrimônio Líquido	2010	60.879	2.623	520	476	68.167	(38.988)	29.179
	2009	50.683	2.331	496	443	57.956	(32.117)	25.839
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) (3)	2010	24,1%	17,7%	2,5%	9,9%	23,4%	-	19,5%
	2009	21,4%	9,2%	11,4%	0,9%	22,1%	-	21,2%
Geração Interna de Recursos (4)	2010	37.201	839	76	86	35.943	(20.761)	15.182
	2009	37.887	301	35	(14)	36.013	(19.577)	16.436

(1) Os dados do Consolidado/Conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias.

(2) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco: Receita de Juros e Rendimentos, Ganho(Perdas) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Dividendos, Receita de Prestação de Serviços Financeiros, Receita de Prêmios de Operações de Seguros e Previdência e Outras Receitas Operacionais.
- Duratex S.A., Itautec S.A. e Elekeiroz S.A.: Vendas de Produtos e Serviços e Receita de Prestação de Serviços Financeiros.

(3) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez + mar + jun + set + dez)/5)

(4) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(5) Em 2009, inclui o resultado da Satipel (pró-forma) para efeitos comparativos.

(6) O Lucro Líquido contempla o efeito da Despesa de Depreciações e Amortizações de R\$ 1.225 (R\$ 1.182 em 2009), dos quais R\$ 801 (R\$ 896 em 2009) é do Itaú Unibanco.

Abaixo segue informações das Receitas por área geográfica (2010 e 2009) da área de serviços financeiros, já na proporção da participação da ITAÚSA.

As controladas da área industrial não têm transações externas relevantes no consolidado.

	2010			2009		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira (1)	28.984	1.314	30.298	27.745	1.456	29.201
Ativos não Correntes	2.727	216	2.943	2.625	177	2.802

(1) Inclui receita de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho(perda) líquido com ativos e passivos financeiros e resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior.

Informações adicionais

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo ou contraparte atingiu 10% ou mais da receita total da ITAÚSA CONSOLIDADO em 2010 e em 2009.

NOTA 33 – PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Os controladores da ITAÚSA;
- A Fundação Itaúbanco, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Caixa de Previdência dos Funcionários do BEG (PREBEG), Fundação Bemgeprev, Itaúbank Sociedade de Previdência Privada, UBB – Prev Previdência Complementar e Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social e a Fundação Itaúsa Industrial, entidades fechadas de previdência privada que administram planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo ITAÚSA e/ou por suas controladas; e
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, o Instituto Assistencial Pedro Di Perna, o Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Clube “A”, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Partes Relacionadas

	Controladora				Consolidado					
	Valor da transação		Saldo em Aberto		Valor da transação			Saldo em Aberto		
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas	(143)	73	-	73	-	-	90	(108)	-	(14)
Itaú Unibanco S.A.	(143)	73	-	73	-	-	-	-	-	-
Fundação BEMGEPREV	-	-	-	-	-	-	-	(13)	-	-
UBB Prev Previdência Complementar	-	-	-	-	-	-	13	(17)	-	(3)
Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social	-	-	-	-	-	-	77	(79)	-	(11)
Outras	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Depósitos à Vista	-	-	-	-	-	-	-	3	1	-
Outras	-	-	-	-	-	-	-	3	1	-
Receitas de Prestação de Serviços	-	-	-	-	17	14	-	-	-	13
Fundação Itaúbanco	-	-	-	-	10	9	-	-	-	6
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	-	-	3	2	-	-	-	2
UBB Prev Previdência Complementar	-	-	-	-	3	3	-	-	-	4
Outras	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Receita (Despesas) com Aluguéis	1	1	-	-	(24)	(32)	-	-	-	(30)
Itaú Unibanco S.A.	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundação Itaúbanco	-	-	-	-	(15)	(24)	-	-	-	(23)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	-	-	(8)	(7)	-	-	-	(6)
Outras	-	-	-	-	(1)	(1)	-	-	-	(1)
Despesas com Doações	-	-	-	-	(44)	(50)	-	-	-	(37)
Instituto Itaú Cultural	-	-	-	-	(44)	(39)	-	-	-	(37)
Instituto Unibanco de Cinema	-	-	-	-	-	(10)	-	-	-	-
Associação Clube "A"	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-

Além das operações acima discriminadas, a ITAÚSA e partes relacionadas não consolidadas, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns, registraram em Outras Despesas Administrativas R\$ 17 (R\$ 4 de 01/01 a 31/12/2009) em função da utilização da estrutura comum.

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	31/12/2010	31/12/2009
Duratex S.A.	362	365
Elekeiroz S.A.	15	21
Itautec S.A.	167	152
Total	544	539

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos administradores da ITAÚSA são compostos conforme segue:

	31/12/2010	31/12/2009
Remuneração	9	9
Participações no Lucro	8	7
Contribuição aos Planos de Aposentadoria	1	1
Total	18	17

NOTA 34 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Introdução

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos aos quais a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, que refletem principalmente ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação das debêntures emitidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em títulos públicos e em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha fundos de curto prazo de R\$ 485 que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Conforme nota 20c, as debêntures remuneram 106,5% do CDI e a amortização dar-se-á em três parcelas anuais e sucessivas em junho de 2011, 2012 e 2013.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Como forma de gerenciar melhor sua exposição, a ITAÚSA possui o controle dos seus investimentos com maior propensão ao risco, notadamente aqueles da área financeira. As entidades nas quais a ITAÚSA participa direta ou indiretamente, mas não controla, não estão sujeitas a riscos relevantes. Esta nota de riscos prioriza a gestão da controlada que concentra o maior nível de riscos de mercado, crédito e liquidez, o Itaú Unibanco Holding. Desta forma, estamos apresentando as suas informações de gestão de risco pelos valores integrais, sem aplicar a proporcionalidade da participação da ITAÚSA.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em Comitê composto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração da ITAÚSA.

ÁREA FINANCEIRA

Risco de Crédito

Risco de crédito, conforme resolução 3.721 do Banco Central do Brasil, é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas: (i) ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas em renegociações e (iv) aos custos de recuperação.

A gestão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é feita tendo como objetivo otimizar a relação entre o risco e o retorno de seus ativos, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece suas políticas de crédito com base em fatores internos e externos. Dentre os internos destacam-se os critérios de classificação de clientes, a análise da evolução da carteira, os níveis de inadimplência registrados, as taxas de retorno observadas, a qualidade da carteira e o capital econômico alocado; já os externos estão relacionados ao ambiente econômico no Brasil e no exterior, e a fatores como a participação de mercado, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e aumento (ou redução) do consumo.

O processo de tomada de decisões e definição da política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é estruturado de forma a garantir a sincronização das ações de crédito e a otimização das oportunidades de negócios, por meio de estrutura de comitês e comissões. No varejo, as decisões de concessão e gestão da carteira de crédito são tomadas tendo como base modelos de score continuamente acompanhados. No atacado, as diversas comissões se subordinam à Comissão Superior responsável pela gestão do risco de crédito, através de alçadas que garantem a detalhada observação do risco das operações, bem como a necessária tempestividade e flexibilidade na sua aprovação.

1. Mensuração do Risco de Crédito

1.1. Empréstimos a clientes e a instituições financeiras

O Itaú Unibanco leva em consideração três componentes para aferir o risco de crédito: a probabilidade de inadimplência do cliente ou contraparte (PD), o valor estimado da exposição em caso de inadimplência (EAD) e o potencial de recuperação de créditos inadimplentes (LGD). A avaliação dessas componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira.

A classificação de crédito dos clientes e grupos econômicos reflete sua probabilidade de inadimplência, e constitui elemento fundamental no processo de mensuração do risco, pois é com base nela que os limites de crédito são calculados. A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco e dos modelos internos do grupo (baixo, médio, alto e *impairment*) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis.

Classificação Interna	PD
Baixo	Menor que 4,44%
Médio	Menor que 25,95%
Alto	Maior que 25,95%
Impairment	Operações Corporate com PD maior que 31,84% Operações em Atraso >90 dias Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias

A classificação de crédito no segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua, as garantias oferecidas e a destinação do crédito.

Em relação ao varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *credit* e *behaviour score*, alinhados com as exigências do Comitê de Basileia. Excepcionalmente, pode também haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

1.2. Títulos públicos e outros instrumentos de dívida

A Instituição classifica os títulos públicos e outros instrumentos de dívida de acordo com sua qualidade de crédito, visando a administrar suas exposições ao risco de crédito.

2. Controle do limite de risco de crédito

O Itaú Unibanco controla a exposição e a concentração de risco de crédito por setor de atividade econômica, região geográfica, tipo de produtos e outras variáveis que considera relevantes, através do estabelecimento de limites máximos de exposição considerados aceitáveis, e do monitoramento de indicadores de alerta, tais como indicadores de atraso e de consumo de limite. Com isso, garante-se o alinhamento permanente entre as estratégias definidas pela organização e eventuais mudanças no cenário de crédito.

Além disso, o grupo controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando de forma ativa para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e política de mitigação do risco de crédito

Os compromissos para extensão de crédito (ex. cheque especial, limites pré-aprovados, compromissos de concessão de créditos, cartas de crédito em aberto (“standby”) e outras garantias) representam porções não utilizadas do valor disponibilizado em operações de crédito. A exposição máxima, considerando-se a utilização total dos limites está demonstrada no quadro abaixo. Os limites são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

Os compromissos para extensão de crédito (ex. cheque especial, limites pré-aprovados, compromissos de concessão de créditos, cartas de crédito em aberto (“standby”) e outras garantias) representam porções não utilizadas do valor disponibilizado em operações de crédito. A exposição máxima, considerando-se a utilização total dos limites está demonstrada no quadro abaixo. Os limites são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

4. Política de provisionamento

A política de provisionamento adotada pelo Itaú Unibanco está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo do Basileia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo-se em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se *impaired* principalmente os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *corporate* com reclassificação interna maior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou 540 dias após vencido no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

5. Exposição ao risco de crédito

	2010		
	Brasil	Exterior	Total
Aplicações em Instituições Financeiras	4.684	10.151	14.835
Aplicações no Mercado Aberto	87.396	1.286	88.682
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	101.815	13.682	115.497
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	306	306
Derivativos	5.571	2.206	7.777
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	19.601	24.938	44.539
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	2.478	692	3.170
Operações de Crédito	241.479	54.008	295.487
Outros Ativos Financeiros	38.809	1.924	40.733
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	18.061	-	18.061
Depósitos em Garantia	11.062	1.837	12.899
Outros	9.686	87	9.773
Off Balance	214.962	7.074	222.036
Avais e Fianças	36.510	1.864	38.374
Cartas de Crédito	8.628	-	8.628
Compromissos a Liberar	169.824	5.210	175.034
Crédito Imobiliário	9.064	-	9.064
Cheque Especial	82.299	-	82.299
Cartão de Crédito	72.034	522	72.556
Outros Limites Pré Aprovados	6.427	4.688	11.115
Total	716.795	116.267	833.062

A tabela apresenta a exposição máxima em 31 de dezembro de 2010, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Para as garantias (Avais, Fianças e Cartas de Crédito) o valor máximo da exposição ao risco de crédito é o montante que o Itaú Unibanco pode vir a desembolsar, se as garantias forem requeridas.

Como descrito no quadro anterior a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos mantidos para negociação, Aplicações em Instituições financeiras, além de Avais, Fianças e outros compromissos assumidos.

A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em que:

- 78% das operações de crédito, depósitos interfinanceiros e outras exposições a instituições financeiras sobre o total das Operações de Crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são

categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna, além de que;

- somente 1,5% das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda; e
- 2,6% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com redução ao valor recuperável.

No caso dos demais ativos financeiros, 42,1% do total de demais ativos financeiros (Quadro 6.2) são representados por ativos financeiros mantidos para negociação, dos quais 93,3% apresentam baixa probabilidade de inadimplência.

5.1) Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade

a) Operações de Crédito

	31/12/2010	%	31/12/2009	%
Setor Público	1.138	0,39%	1.620	0,66%
Indústria e Comércio	84.997	28,77%	67.902	27,71%
Serviços	60.295	20,41%	48.657	19,85%
Setor Primário	13.933	4,72%	13.299	5,43%
Pessoa Física	132.939	44,99%	112.307	45,83%
Outros Setores	2.185	0,74%	1.278	0,52%
Total	295.487	100,00%	245.063	100,00%

b) Demais Ativos Financeiros (*)

	31/12/2010	%	31/12/2009	%
Setor Primário	581	0,21%	1572	0,61%
Setor Público	85.058	31,03%	52.336	20,25%
Indústria e Comércio	5.614	2,04%	2.932	1,13%
Serviços	72.491	26,38%	44.872	17,36%
Outros Setores	7.218	2,63%	3.130	1,21%
Pessoa Física	21	0,04%	30	0,01%
Instituições Financeiras	103.517	37,67%	153.619	59,43%
Total	274.500	100,00%	258.491	100,00%

(*) inclui Ativos financeiros mantidos para negociação, derivativos, ativos designados a valor justo através do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, Ativos financeiros mantidos até o vencimento e Aplicações em depósitos interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

- c) Os riscos de créditos dos "Off Balance" (Avais e Fianças, Cartas de Crédito, Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

6. Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

6.1 A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem evento de perda:

Classificação Interna	2010				2009			
	Créditos não Vencidos	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos	Créditos não Vencidos	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
	Baixo	199.716	1.267	-	200.983	150.865	1.552	-
Médio	59.427	1.188	-	60.615	60.075	1.183	-	61.258
Alto	17.852	2.160	-	20.012	15.793	1.369	-	17.162
Impairment	6.263	-	7.614	13.877	5.419	-	8.807	14.226
Total	283.258	4.615	7.614	295.487	232.152	4.104	8.807	245.063
%	95,9%	1,5%	2,6%	100,0%	94,7%	1,7%	3,6%	100,0%

6.1.1 Os operações de crédito, vencidos sem evento de perda, estão assim classificados pelo seu vencimento:

	2010	2009
Vencidos em até 30 dias	2.978	1.552
Vencidos 31-60 dias	1.010	1.183
Vencidos 61-90 dias	627	1.369
Total	4.615	4.104

6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros classificados por nível de risco:

Classificação Interna	2010						Total
	Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	
	Baixo	103.517	107.798	5.140	22.055	3.163	
Médio	-	7.564	2.577	22.428	7	32.576	
Alto	-	135	60	56	-	251	
Total	103.517	115.497	7.777	44.539	3.170	274.500	
%	37,7%	42,1%	2,8%	16,2%	1,2%	100,0%	

(*) Inclui o valor de R\$ 306 referente a Fair Value Option.

Classificação Interna	2009						Total
	Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	
	Baixo	153.619	27.565	377	23.439	2.358	
Médio	-	24.319	5.212	17.710	71	47.312	
Alto	-	3.668	-	153	-	3.821	
Total	153.619	55.552	5.589	41.302	2.429	258.491	
%	59,4%	21,5%	2,2%	16,0%	0,9%	100,0%	

(*) Inclui o valor de R\$ 373 referente a Fair Value Option.

Os ativos financeiros que estão vencidos sem redução no valor recuperável ou individualmente vencidos com redução no valor recuperável estão cobertos parcialmente ou em sua totalidade por garantias.

Nas operações de crédito a pessoas jurídicas, grande parte das operações é dotada de garantias, que são requeridas conforme a finalidade do crédito. Operações destinadas a financiar a produção de bens têm como garantia mais comum, máquinas e equipamentos. Financiamentos de fluxo de caixa normalmente são garantidos por duplicatas ou cheques, recebíveis de cartão, avais ou coobrigação dos sócios da empresa e/ou terceiros. Operações destinadas a investimentos, por outro lado, normalmente recebem garantia de alienação fiduciária ou hipoteca do próprio bem objeto do financiamento. Além disso, também podem ser aceitas aplicações financeiras, cotas de fundos, títulos de dívida e outros instrumentos.

Já em relação ao crédito para pessoas físicas, garantias são requeridas principalmente em operações de financiamento imobiliário e de veículos, nas quais os próprios bens financiados são dados em garantia. Em relação aos demais produtos de crédito, a requisição de garantias é menos freqüente, mas também pode ocorrer; nesses casos, dentre os tipos mais comuns de garantias utilizadas são aplicações financeiras.

7. Operações de crédito renegociadas

Atividades de reestruturação incluem acordos de pagamentos prorrogados, modificação e diferimento de pagamentos. Após a reestruturação, a conta do cliente (anteriormente inadimplente) retorna ao de não vencida e é classificada nos ratings internos apropriados (considerando toda a informação disponível incluindo a renegociação). As operações de crédito renegociadas que estariam em curso anormal ou em situação de perda em 31 de dezembro de 2010 caso não tivessem sido renegociadas, totalizavam R\$ 9.032 (R\$ 7.604 em 31/12/2009).

8. Bens retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados durante o ano de 2010.

	2010	2009
Imóveis Não de Uso	3	23
Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário	21	18
Veículos - Vinculado a Operações de Crédito	68	205
Outros (Veículos/móveis/Equipamentos) - Dação	2	138
Total	94	384

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

Gestão de Riscos de Mercado é o processo pelo qual a instituição administra e controla os riscos potenciais de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, que podem, direta ou indiretamente, afetar o valor de nossos ativos, passivos e posições fora do balanço patrimonial. Seus principais objetivos são: controlar a exposição ao risco de mercado e a otimização da relação risco-retorno por meio do uso de modelos

e ferramentas de gestão avançadas.

O controle do risco de mercado abrange todos os instrumentos financeiros constantes das carteiras das empresas pertencentes ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING e os processos e controles relevantes relacionados.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº. 3.464 do Banco Central do Brasil. Constitui-se em um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da Instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as Unidades de Negócio e Veículos Legais do Conglomerado.

Estratégia de Gestão de Risco de Mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING determina o uso abrangente e complementar de métodos, bem como de ferramentas quantitativas e qualitativas para estimar, monitorar e gerenciar riscos, baseando-se nas melhores práticas adotadas pelo mercado.

O desenvolvimento de modelos de otimização de portfólio auxilia na determinação de qual carteira de ativos financeiros apresenta a melhor relação risco-retorno.

A estratégia de gerenciamento de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING visa a balancear os objetivos de negócio da empresa com seu apetite a risco, considerando:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Portfólio de risco de mercado da instituição;
- Expertise para atuar em mercados específicos.

O controle do risco de mercado é realizado pela Diretoria de Controle de Risco de Mercado e Liquidez (DCRML), que executa as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco por meio das unidades de controle estabelecidas nos veículos legais.

A DCRML também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando a fornecer subsídios para acompanhamento das comissões superiores e atendimento ao órgão regulador brasileiro.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com o objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Identificação do Risco

As operações de tesouraria do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são classificadas conforme a intenção de negociação de acordo com os seguintes critérios:

- Carteira de Negociação (Livro Trading): consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragens.
- Carteira de Não-negociação (Livro Banking): formado pelas operações não classificadas na Carteira de Negociação. Consiste em operações estruturais e seus respectivos hedges, bem como em operações destinadas à gestão ativa da carteira.

As exposições a risco de mercados dos produtos, inclusive derivativos, são decompostas em fatores de risco. Um fator de risco refere-se a um parâmetro de mercado cuja variação acarreta impactos no resultado.

Os principais tipos de risco de mercado são descritos a seguir:

- Risco de taxa de juros: risco de perda das operações sujeitas à variações nas taxas de juros, abrangendo:
 - Taxas de juros prefixadas denominadas em real;
 - Taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
 - Taxas dos cupons de índices de preços;
 - Taxas dos cupons de taxas de juros denominados em real (TR e TJLP).
- Risco de taxa cambial: risco de perda das posições em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial;
- Risco de ações: risco de perda das operações sujeitas à variação do preço de ações;

Medidas de Risco:

As análises de risco são realizadas para cada fator de risco estimando-se as perdas em potencial adotando-se modelos de Value at Risk, ou VaR, com base no comportamento estatístico dos fatores de risco, com nível de confiança de 99%. A principal técnica empregada para a quantificação do risco é a medida baseada em parâmetros de mercado da redução potencial (ou aumento) do valor justo do ativo (ou passivo) associado à mudança nos fatores de mercado pelo parâmetro do mercado. O processo de análise de risco quantifica a exposição e o apetite pelo risco utilizando: (i) limites de risco baseados nos fatores de risco de mercado, (ii) VaR (nível de confiança de 99%), (iii) simulações de Stress e (iv) análises de resultado a realizar.

- Cálculo do Valor em Risco Estatístico (VaR - Value at Risk): medida estatística que prevê a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos;
- Cálculo de Perdas em Cenários de Stress (Simulações de Stress): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos de um portfólio quando diversos fatores financeiros são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários ou hipóteses projetadas);
- Alerta de Stop Loss: Perdas efetivas somadas ao prejuízo máximo potencial em cenários otimistas e pessimistas;
- Resultado a Realizar (RaR): avaliação de diferença entre valor com os juros apropriados e valor de mercado, em cenário normal e em cenários estressados, refletindo assimetrias contábeis.

Controle de Perdas:

- Perda máxima (Stop Loss): prejuízo máximo, que um operador, uma submesa ou as mesas com operações classificadas na Carteira de Negociação podem atingir.

Estrutura de Limites:

O processo de gerenciamento de risco começa com a determinação dos limites, que são aprovados pelo Comitê Superior de Tesouraria Institucional (CSTI). Os limites de risco de mercado estão estruturados de acordo com as diretrizes dadas pela Comissão Superior de Riscos (CSRisc), avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio e o perfil de risco de cada Veículo, sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão;

- Limites Superiores: definidos pela CSTI, sendo que o controle diário é de responsabilidade das Unidades de Controle e o monitoramento e o reporte às Comissões Superiores é responsabilidade da Diretoria de Controle de Riscos de Mercado e Liquidez;
- Limites Internos: definidos pelas comissões locais de gestão de riscos e controlados diariamente pelas unidades, sem prejuízo da observância dos limites superiores.

Estes limites são informados a cada divisão de controle de risco das unidades de negócios que realiza as atividades diárias de gestão de risco e fornece informações periodicamente para a divisão de controle de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Nossa divisão de controle de risco monitora o escopo, a precisão e a qualidade dos nossos controles. O ciclo de controle de risco é concluído com a divulgação do relatório de risco consolidado para o Comitê Superior de Tesouraria Institucional (CSTI). O comitê é responsável pelo monitoramento de todas as estratégias e exposições, entendendo e gerenciando em nível corporativo consolidado.

Capital Econômico Alocado:

- Utilizado como uma garantia de que a Instituição será capaz de absorver o impacto de perdas não esperadas, possibilitando a continuidade das atividades em cenários adversos.

Monitoramento do Risco de Mercado

A instituição conta com uma área de Gestão de Risco de Mercado unificada, focada no controle do risco de mercado do Itaú Unibanco e suas coligadas. A gestão de riscos das posições trading e banking do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é gerenciada através do controle do VaR Estatístico de sua posição estrutural (essencialmente posição banking) e de sua posição de tesouraria (essencialmente trading). De maneira complementar, cenários de estresse são utilizados para avaliação do risco de mercado nas carteiras do Itaú ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A Tesouraria Institucional tem sua administração de risco segregada em três grupos: Gap Estrutural (banking), e o Flow Book e Mesa Carteira Própria (correspondentes ao livro trading).

Para monitorar a exposição ao risco de mercado, são administradas duas categorias de exposição: a carteira trading (livro de trading), administrada pela mesa de negociação flow book e pela mesa de negociação proprietária; e a carteira de não negociação (livro de banking ou “gap estrutural”).

Como resultado da associação com o Unibanco, unificamos os modelos e os controles de risco e os procedimentos existentes no Itaú BBA, no Unibanco e no Itaú em 2009.

Monitoramos nosso livro de trading por meio da adoção de modelos de VaR, cenários de estresse de VaR, limites de perda máxima (prevenção de prejuízo) e alertas de perda máxima (que avisam que a prevenção de prejuízo pode ser obtida segundo os cenários de estresse). Administramos o nosso livro de banking por meio da adoção de modelos de VaR, cenários de estresse de VaR e simulações de lucro e prejuízo conforme os cenários de estresse.

Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O VaR Global demonstrado nas tabelas a seguir abrange o VaR consolidado das operações nacionais e internacionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, abrangendo também as carteiras do Itaú Unibanco, Itaú BBA, Banco Itaú Europa, Banco Itaú Argentina, Banco Itaú Chile, Banco Itaú Paraguai e Banco Itaú Uruguai. As carteiras do Itaú Unibanco e Itaú BBA são apresentadas conjuntamente, segregadas por fator de risco.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca manter uma política de operação dentro de limites baixos com relação a nossa base de capital. Observamos que a diversificação do risco dentro de nossas unidades de negócios foi significativa, reduzindo o VaR global. Em 2010, o VaR médio do VaR global foi de R\$ 109,4 milhões ou 0,16% do patrimônio total.

VaR Global (*)				
2010				
	31/12/2010	Média	Mínimo	Máximo
(em milhões de R\$)				
Fator de Risco				
Taxa de Juros				
Renda Fixa	77.8	65.2	26.5	102.4
TR	28.4	33.1	18.2	57.5
Taxa de juros atrelada ao dólar	13.0	12.9	2.6	38,0
Taxa de juros atrelada ao índice de inflação	18.6	17.1	6.4	30.0
Títulos Soberanos	4.3	5.5	1.1	12.8
Taxa de juros internacional	15.1	6.4	1.5	16.7
Commodities				
Commodities	18.5	10.8	2.3	40.1
Taxa de Câmbio				
Risco cambial - outros	5.7	8.5	0.4	23.4
Taxa de câmbio – dólar americano	9.7	12.5	0.6	34.6
Ações				
Ações	14.4	15.1	5.1	27.7
Outros				
Outros	2.4	4.8	1.1	31.2
Itaú Argentina	1.6	1.0	0.4	2.3
Itaú Chile	3.3	5.1	2.6	9.4
Itaú Uruguai	0.2	0.4	0.2	0.8
Itaú Europa	0.6	1.3	0.5	3.4
Itaú Paraguai	0.9	0.6	0.2	1.6
Efeito de diversificação	(82,8)	-	-	-
Total	131.9	109.4	61.6	181.8

(*) Ajustado para refletir o tratamento fiscal das classes individuais de ativos.

Análise de Sensibilidade (CARTEIRAS TRADING E BANKING)

De acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3.354/07 do BACEN e no Novo Acordo de Capitais – Basileia II, os instrumentos financeiros do ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A., incluídas todas as operações com derivativos, são segregados em Carteira de Negociação (Trading) e Carteira Estrutural (Banking).

As análises de sensibilidades, demonstradas abaixo, não preveem a dinâmica de funcionamento das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação de exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela instituição.

A Carteira Trading consiste em todas as operações, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos financeiros desta estratégia. São operações destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados ou realização de arbitragens. Esta carteira tem limites rígidos definidos pelas áreas de risco e é diariamente controlada.

Valores em BRL mil

Carteira Trading		31/12/2010 (*)		
Exposições		Cenários		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	I	II	III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(814)	(20.263)	(40.346)
Cupons Cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	86	(2.191)	(4.458)
Moedas Estrangeiras	Variação cambial	(1.101)	(27.525)	(55.050)
Índices de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	(119)	(2.963)	(5.899)
TR	Taxa do cupom de TR	346	(8.749)	(17.678)
Commodities	Variação nos preços de commodities	(4)	(108)	(216)
Renda Variável	Preço de ações	4.025	(100.634)	(201.268)
Total sem correlação		2.419	(162.433)	(324.914)
Total com correlação		1.603	(107.616)	(215.264)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

A Carteira Banking abriga as operações que não se enquadram no conceito de Carteira Trading e são, tipicamente, operações estruturais das linhas de negócio da instituição e seus respectivos hedges, que podem ou não ser realizados com instrumentos financeiros derivativos. Portanto, os derivativos desta carteira não são utilizados para fins especulativos, não gerando riscos econômicos relevantes para a instituição.

Valores em BRL mil

Carteira Trading e Banking		31/12/2010 (*)		
Exposições		Cenários		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	I	II	III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(3.648)	(90.909)	(181.222)
Cupons Cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(1.826)	(45.244)	(89.655)
Moedas Estrangeiras	Variação cambial	2.105	(52.625)	(105.250)
Índices de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	(578)	(14.373)	(28.578)
TR	Taxa do cupom de TR	(1.286)	(31.054)	(59.913)
Commodities	Variação nos preços de commodities	(3)	(85)	(170)
Renda Variável	Preço de ações	4.388	(109.698)	(219.396)
Total sem correlação		(848)	(343.988)	(684.183)
Total com correlação		(562)	(227.901)	(453.289)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto básico nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros e commodities e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações que tem como base as informações divulgadas pelo mercado (BM&F BOVE)

Cenário II: Aplicação de choques de mais e menos 25% na carteira de 31/12/2010, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

Cenário III: Aplicação de choques de mais e menos 50% na carteira de 31/12/2010, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

Todos os instrumentos financeiros derivativos contratados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

A seguir estão apresentados as exposições mais relevantes em relação a cada risco de mercado:

Risco de taxa de juros

2010	0-30	31-180	181-365	1-3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativos Remunerados	258.766	145.250	69.989	151.046	66.973	692.024
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.209	2.954	3.153	518	1	14.835
Aplicações no Mercado Aberto	47.929	32.267	1.898	5.165	1.423	88.682
Depósitos Compulsórios no Banco Central	81.304	-	-	-	-	81.304
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e designados a Valor Justo Através do Resultado	28.366	19.403	10.936	29.507	27.285	115.497
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6.809	8.098	4.659	8.249	16.724	44.539
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	4	144	136	295	2.591	3.170
Derivativos	1.142	2.602	1.315	1.212	1.506	7.777
Operações de Crédito	44.270	79.782	47.892	106.100	17.443	295.487
Outros Ativos Financeiros	40.733	-	-	-	-	40.733
Passivos Remunerados	213.838	58.288	49.043	134.715	77.481	533.365
Depósitos de Poupança	57.900	-	-	-	-	57.900
Depósitos a Prazo	15.333	16.714	21.476	33.002	29.892	116.417
Depósitos Interfinanceiros	348	836	505	203	37	1.929
Depósitos para Investimentos	906	-	-	-	-	906
Mercado Aberto	89.010	21.369	12.067	60.200	17.011	199.657
Mercado Interbancário	4.905	16.209	11.438	19.720	9.150	61.422
Mercado Institucional	658	1.419	1.857	20.261	20.318	44.513
Derivativos	1.113	1.424	1.409	1.043	682	5.671
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	50	317	291	286	391	1.335
Outros Passivos Financeiros	41.012	-	-	-	-	41.012
Passivos para Planos de Capitalização	2.603	-	-	-	-	2.603
Diferença ativo/passivo	44.928	86.962	20.946	16.331	(10.508)	158.659
Diferença Acumulada	44.928	86.962	20.946	16.331	5.823	
Índice da diferença acumulada para o total de Ativos Remunerados	6,5%	12,6%	3,0%	2,4%	0,8%	

RISCO DE MOEDA

ATIVO	2010				
	Dólar	Euro	Ien	Outros	Total
Disponibilidades	3.433	124	130	1.154	4.841
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	8	-	898	906
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.726	2.724	-	701	10.151
Aplicações em Mercado Aberto	1.177	-	-	109	1.286
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	12.447	694	-	541	13.682
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Result	-	306	-	-	306
Derivativos	1.974	111	-	121	2.206
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	22.320	47	-	2.570	24.937
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	692	-	-	-	692
Operações de Crédito, líquida	30.558	4.158	2.511	16.024	53.251
TOTAL DO ATIVO	79.327	8.172	2.641	22.118	112.258
PASSIVO	Dólar	Euro	Ien	Outros	Total
Depósitos	21.603	1.435	274	13.822	37.134
Captações no Mercado Aberto	15.327	-	-	259	15.586
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	1.335	-	-	1.335
Derivativos	1.684	119	-	130	1.933
Recursos de Mercados Interbancários	25.013	712	1	1.360	27.086
Recursos de Mercados Institucionais	27.355	1.333	-	932	29.620
TOTAL DO PASSIVO	90.982	4.934	275	16.503	112.694
POSIÇÃO LÍQUIDA	(11.655)	3.238	2.366	5.615	(436)

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

O Itaú Unibanco Holding possui estrutura dedicada ao aperfeiçoamento da monitoração e análise, através de modelos de projeções estatísticas e econômico-financeiras, das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda local e estrangeira.

Além disso, a instituição estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da Comissão Superior de Tesouraria Institucional - Liquidez.

Estes cenários podem ser revistos pontualmente à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas da instituição.

Fontes Primárias de Funding

O Itaú Unibanco Holding possui fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 362,7 bilhões de reais no quarto trimestre de 2010, com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos – 29,5% do total, ou R\$ 107,3 bilhões – é resgatável em menos de 30 dias. No entanto, o comportamento histórico dos dois maiores itens deste grupo – os depósitos à vista e de poupança – é relativamente estável: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Recursos de Clientes	2010			2009	
	0-30 dias	Total	%	Total	%
Depósitos	99.891	202.688		190.716	
Recursos à Vista	25.349	25.349	7,0	24.664	8,4
Recursos de Poupança	57.899	57.900	16,0	48.959	16,3
Recursos a Prazo	15.333	116.416	32,1	113.902	38,7
Outros Recursos	1.310	3.023	0,8	3.191	1,0
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (1)	3.418	24.304	6,7	16.629	5,8
Recursos de Emissão Própria (2)	3.983	101.278	27,9	65.457	22,1
Dívida Subordinada	28	34.487	9,5	22.726	7,7
Total	107.319	362.757		295.528	

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Controle de Liquidez

O Itaú Unibanco Holding gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o quarto trimestre de 2010, o Itaú Unibanco Holding manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (disponibilidades de caixa, posições bancadas das aplicações no mercado aberto e títulos públicos livres) totalizavam R\$ 59,3 bilhões e representavam 55,1% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 16,3% do total de recursos e 12,9% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo Itaú Unibanco Holding na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores Liquidez	%
Ativos Líquidos / Recursos em até 30 dias	55,1
Ativos Líquidos / Recursos Totais	16,3
Ativos Líquidos / Ativos Totais	12,9

Adicionalmente, apresentamos os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes considerando seus fluxos não descontados.

R\$ Milhões

Fluxos Futuros não Descontados	31 de Dezembro de 2010			
	PASSIVO	0 - 30	31 - 365	Acima de 365 dias
Depósitos	100.293	43.095	81.945	225.333
Depósito a Vista	25.532	-	-	25.532
Depósito Poupança	57.900	-	-	57.900
Depósito a Prazo	15.531	41.687	81.693	138.911
Depósito Interfinanceiros	424	1.408	252	2.084
Outros Depósitos	906	-	-	906
Captações no Mercado Aberto (1)	89.365	35.559	89.579	214.503
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (2)	3.455	11.825	12.078	27.358
Obrigações por Empréstimos e Repasses (3)	2.372	19.742	34.278	56.392
Dívidas Subordinadas (4)	28	2.038	44.196	46.262
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.113	2.831	1.727	5.671
	196.626	115.090	263.803	575.519

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

NOTA 35 - CONCILIAÇÃO BRGAAP PARA O IFRS DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A seguir apresentamos os reflexos nas Demonstrações Contábeis decorrentes do processo de Adoção Inicial do IFRS:

(Em Milhões de Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	BRGAAP ANTERIOR	AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO	RECLASSIFICAÇÕES	ITAU UNIBANCO HOLDING	INDUSTRIAIS	ITAÚSA E IUPAR	NOVO BRGAAP
	01/01/2009						01/01/2009
ATIVO	01/01/2009						01/01/2009
Disponibilidades	16.067	(10.218)	(29)	-	(1)	-	5.818
Depósitos Compulsório	14.385	(8.661)	-	-	-	-	5.724
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	26.007	(16.727)	-	1	36	-	9.316
Aplicações no Mercado Aberto	98.538	(63.454)	4.909	-	-	-	39.993
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	69.986	(43.534)	(4.931)	(53)	-	-	21.468
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo Através do Resultado	698	(450)	(32)	-	-	-	216
Derivativos	17.610	(11.334)	12	(103)	-	-	6.185
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	44.015	(27.917)	438	454	-	-	16.990
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	7.592	(4.893)	(448)	-	-	-	2.250
Operações de Créditos a Clientes	227.076	(148.987)	870	964	-	-	79.923
Outros Ativos Financeiros	67.253	(41.831)	(14.369)	2	-	2	11.057
Estoques	746	11	-	-	(25)	-	732
Investimentos em Empresas não Consolidadas	1.210	(1.913)	-	1	-	1.190	488
Imobilizado Líquido	5.994	(2.615)	(12)	26	-	-	3.393
Ativos Biológicos	182	(1)	-	-	284	-	466
Ativos Intangíveis Líquidos	4.152	(2.666)	12	-	0	-	1.498
Ativos Fiscais	31.138	(22.249)	2.437	146	0	(709)	10.764
Bens Destinados a Venda	301	(187)	-	-	-	-	115
Outros Ativos - Não Financeiros	10.251	(6.520)	(2.144)	372	85	-	2.045
TOTAL DO ATIVO	643.201	(414.146)	(13.286)	1.810	379	483	218.441
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	01/01/2009						01/01/2009
Recursos Captados	414.775	(267.394)	(45)	938	-	-	148.274
Depósitos	210.405	(137.174)	-	-	-	-	73.231
Captações no Mercado Aberto	100.098	(56.033)	-	-	-	-	44.065
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	0	105	-	-	-	105
Recursos de Mercados Interbancários	72.466	(54.114)	(12)	607	-	-	18.947
Recursos de Mercados Institucionais	31.806	(20.073)	(137)	331	-	-	11.926
Derivativos	14.858	(9.545)	(8)	(224)	-	-	5.081
Outros Passivos Financeiros	71.045	(46.514)	(15.639)	-	-	-	8.892
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização	43.182	(27.885)	-	(66)	-	-	15.231
Provisões	17.179	(10.926)	61	-	90	-	6.404
Obrigações Fiscais	10.802	(9.492)	2.376	-	-	-	3.686
Outros Passivos	23.077	(12.821)	(32)	(300)	49	-	9.974
TOTAL DO PASSIVO	594.918	(384.578)	(13.286)	348	140	-	197.542
Capital Social	10.000	(17)	-	-	17	-	10.000
Ações em Tesouraria	(46)	-	-	-	-	-	(46)
Reservas	6.760	968	-	1.831	222	483	10.264
Resultado Abrangente Acumulado	(122)	(1.078)	-	342	-	-	(858)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	16.592	(127)	-	2.173	239	483	19.360
Participações de Acionistas não Controladores	31.691	(29.441)	-	(711)	-	-	1.539
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	48.283	(29.568)	-	1.463	239	483	20.899
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	643.201	(414.146)	(13.286)	1.810	379	483	218.441

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
 Conciliação BR GAAP X IFRS
 Exercício Findo em 31 de dezembro de 2009
 (Em Milhões de Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	BRGAAP ANTERIOR	AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO	RECLASSIFIC AÇÕES	ITAÚ UNIBANCO HOLDING	INDUSTRIAIS	ITAÚSA E IUPAR	NOVO BRGAAP
ATIVO	31/12/2009						31/12/2009
Disponibilidades	10.782	(6.871)	(6)	-	(2)	-	3.903
Depósitos Compulsório	14.901	(8.931)	-	-	-	-	5.970
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto	139.442	(89.494)	5.107	(99)	-	-	54.956
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	72.460	(46.845)	(5.092)	(53)	-	-	20.470
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo Através do Resultado	388	(256)	-	-	-	-	132
Derivativos	5.940	(3.831)	14	(139)	-	-	1.984
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	40.433	(26.115)	(166)	642	-	-	14.794
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	2.430	(1.568)	-	-	-	-	862
Outros Ativos Financeiros	50.841	(32.121)	(9.250)	14	-	-	9.483
Operações de Créditos a Clientes	224.728	(146.754)	594	1.159	-	-	79.727
Estoques	758	-	-	-	(25)	-	733
Investimentos em Empresas não Consolidadas	1.192	(1.589)	-	336	-	1.190	1.129
Imobilizado Líquido	7.524	(3.268)	(16)	26	37	-	4.304
Ativos Biológicos	363	-	-	-	507	-	870
Ativos Intangíveis Líquidos	3.805	(2.426)	16	-	509	-	1.904
Ativos Fiscais	32.283	(25.189)	3.073	(177)	9	(107)	9.892
Bens Destinados a Venda	245	(153)	-	-	-	-	92
Outros Ativos	7.446	(3.076)	(2.695)	433	189	2	2.299
TOTAL DO ATIVO	615.961	(398.487)	(8.421)	2.143	1.224	1.084	213.504
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2009						31/12/2009
Recursos Captados	396.256	(255.339)	35	396	-	-	141.348
Depósitos e Captações	322.086	(207.661)	1	-	-	-	114.426
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	-	235	-	-	-	235
Recursos de Mercados Interbancários	43.664	(28.235)	34	396	-	-	15.860
Recursos de Mercados Institucionais	30.506	(19.444)	(235)	-	-	-	10.827
Derivativos	5.559	(3.532)	(51)	0	-	-	1.976
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização	52.396	(34.529)	-	(63)	-	-	17.805
Provisões	14.395	(9.466)	(199)	-	371	-	5.101
Obrigações Fiscais	18.022	(12.732)	368	-	-	-	5.658
Outros Passivos	71.377	(46.835)	(8.574)	(221)	31	-	15.778
TOTAL DO PASSIVO	558.005	(362.433)	(8.421)	113	402	-	187.666
Capital Social	13.000	-	-	-	-	-	13.000
Ações em Tesouraria	(15)	-	-	-	-	-	(15)
Reservas	6.763	(190)	-	2.292	298	1.084	10.247
Resultado Abrangente Acumulado	38	(212)	-	131	-	-	(43)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	19.786	(402)	-	2.423	298	1.084	23.189
Participações de Acionistas não Controladores	38.170	(35.652)	-	(393)	524	-	2.649
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	57.956	(36.054)	-	2.030	822	1.084	25.838
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	615.961	(398.487)	(8.421)	2.143	1.224	1.084	213.504

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
 Conciliação BR GAAP x IFRS
 Exercício Findo em 31 de dezembro de 2009
 (Em Milhões de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	BRGAAP ANTERIOR	AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO	RECLASSIFIC AÇÕES	ITAÚ UNIBANCO HOLDING	INDUSTRIAIS	ITAÚSA E IUPAR	NOVO BRGAAP
Vendas de Produtos e Serviços	4.299	-	-	-	-	-	4.299
Receita de Juros e Rendimentos	74.412	(48.239)	(157)	34	-	-	26.050
Ganhos (Perdas) Líquido com ativos e Passivos financeiros	3.430	(2.210)	(171)	(7)	-	-	1.042
Receita de Dividendos	160	(63)	-	96	-	-	97
Receita de Prestação de Serviços Financeiros	17.480	(9.906)	-	96	-	-	7.670
Receita de prêmios de Operações de Seguros e Previdência	16.237	(11.228)	-	(2)	-	-	5.007
Outras Receitas Operacionais	6.604	(5.220)	-	306	1	-	1.225
Despesas de juros e Rendimentos	(30.133)	22.929	161	(22)	-	-	(7.064)
Perdas com créditos, recebíveis e sinistros	(28.508)	18.835	0	170	-	-	(9.488)
Despesas de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(15.415)	9.679	0	176	-	-	(5.560)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.302	(510)	-	-	-	-	792
Despesas com Sinistros	(14.394)	9.666	-	(6)	-	-	(4.720)
Custo dos Produtos e Serviços	(3.330)	-	-	-	-	-	(3.330)
Outras Despesas Operacionais	(18.848)	14.060	167	302	(2)	-	(3.870)
Despesas Gerais e Administrativas	(20.467)	8.020	-	-	-	-	(12.447)
Despesas Tributárias	(2.659)	1.042	-	-	-	-	(1.617)
Resultado de Participação sobre Empresas Não Consolidadas	242	(107)	-	-	-	-	135
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	18.921	(12.087)	0	877	(1)	-	7.709
Impostos de Renda e Contribuição Social Correntes	(5.757)	3.704	-	17	(1)	-	(2.037)
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	(1.422)	784	-	(285)	-	-	(923)
LUCRO LÍQUIDO	11.742	(7.598)	0	608	(2)	-	4.749
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	10.786	(6.980)	0	558	(2)	-	4.362
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores	956	(618)	0	49	(0)	-	387

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
 Conciliação BR GAAP X IFRS
 Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010
 (Em Milhões de Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	BRGAAP ANTERIOR	PARCELA NÃO CONSOLIDADA	RECLASSIFICAÇÕES	ITAÚ UNIBANCO HOLDING	INDUSTRIAIS	ITAÚSA E IUPAR	NOVO BRGAAP
ATIVO	31/12/2010						31/12/2010
Disponibilidades	10.911	(6.852)	(31)	-	-	-	4.029
Depósitos Compulsório	86.702	(55.233)	-	-	-	-	31.469
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto	86.142	(54.206)	6.275	0	-	-	38.212
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	135.284	(86.297)	(6.423)	55	-	-	42.619
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo	503	(391)	-	-	-	-	112
Derivativos	8.316	(5.276)	13	(207)	-	-	2.846
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	43.327	(27.172)	70	578	-	-	16.803
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	3.170	(2.011)	-	-	-	-	1.159
Operações de Créditos a Clientes	277.387	(177.613)	303	679	-	-	100.756
Outros Ativos Financeiros	60.653	(44.929)	-	-	-	-	15.724
Estoques	661	-	-	-	2	-	663
Investimentos em Empresas não Consolidadas	937	(1.820)	-	325	-	1.636	1.079
Imobilizado Líquido	7.867	(3.313)	-	27	36	-	4.617
Ativos Biológicos	470	-	-	-	560	-	1.030
Ativos Intangíveis Líquidos	4.287	(2.083)	-	-	487	-	2.691
Ativos Fiscais	30.125	(19.336)	(1.300)	64	16	(120)	9.450
Bens Destinados a Venda	81	(49)	-	-	-	-	32
Outros Ativos - Não Financeiros	7.388	2.591	(7.266)	7	70	(445)	2.345
TOTAL DO ATIVO	764.211	(483.988)	(8.357)	1.526	1.171	1.072	275.635
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2010						31/12/2010
Recursos Captados	509.881	(322.382)	(54)	431	-	-	187.876
Depósitos e Captações	202.610	(55.461)	-	-	-	-	147.149
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	787	(499)	200	-	-	-	488
Recursos de Mercados Interbancários	261.062	(238.528)	(71)	431	-	-	22.894
Recursos de Mercados Institucionais	45.422	(27.894)	(183)	-	-	-	17.345
Derivativos	5.707	(3.618)	(17)	5	-	-	2.077
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização	61.365	(39.624)	-	8	-	-	21.749
Provisões	22.565	(17.202)	(124)	-	342	-	5.581
Obrigações Fiscais	10.565	(3.693)	(1.212)	31	-	(42)	5.650
Outros Passivos	85.961	(54.555)	(6.950)	(487)	(0)	(445)	23.524
TOTAL DO PASSIVO	696.044	(441.074)	(8.357)	(13)	342	(486)	246.456
Capital Social	13.266	-	-	-	-	-	13.266
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	10.477	(1.520)	-	1.796	830	1.558	13.141
Resultado Abrangente Acumulado	-	(279)	-	175	(1)	-	(105)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	23.743	(1.799)	-	1.970	829	1.558	26.302
Participações de Acionistas não Controladores	44.424	(41.116)	-	(431)	-	-	2.877
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	68.167	(42.915)	-	1.539	829	1.558	29.179
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	764.211	(483.988)	(8.357)	1.526	1.171	1.072	275.635

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
 Conciliação BR GAAP x IFRS
 Período Findo em 31 de dezembro de 2010
 (Em Milhões de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	BRGAAP ANTERIOR	PARCELA NÃO CONSOLIDADA	RECLASSIFICAÇÕES	ITAÚ UNIBANCO HOLDING	INDUSTRIAIS	ITAÚSA E IUPAR	NOVO BRGAAP
Vendas de Produtos e Serviços	5.237	-	3	-	-	-	5.240
Receita de Juros e Rendimentos	77.870	(49.749)	(31)	119	-	-	28.210
Ganhos (Perdas) Líquido com ativos e Passivos financeiros	1.655	(1.057)	7	93	-	-	698
Receita de Dividendos	123	(48)	-	-	-	-	75
Receita de Prestação de Serviços Financeiros	18.521	(11.271)	15	(25)	-	-	7.239
Receita de prêmios de Operações de Seguros e Previdência	17.221	(12.277)	-	45	-	-	4.989
Outras Receitas Operacionais	5.532	(4.466)	21	(46)	-	-	1.041
Despesas de juros e Rendimentos	(32.712)	23.344	(65)	(480)	172	-	(9.742)
Perdas com créditos, recebíveis e sinistros	(24.920)	16.653	(2)	(552)	-	-	(8.821)
Despesas de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(12.519)	7.357	(0)	(524)	-	-	(5.686)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.393	(859)	-	-	-	-	1.534
Despesas com Sinistros	(14.794)	10.155	(0)	(28)	-	-	(4.667)
Custo dos Produtos e Serviços	(3.624)	-	-	-	-	-	(3.624)
Outras Despesas Operacionais	(10.072)	7.514	(3)	(6)	(165)	42	(2.691)
Despesas Gerais e Administrativas	(31.926)	17.607	57	178	30	-	(14.054)
Despesas Tributárias	(2.590)	930	-	-	-	-	(1.660)
Resultado de Participação sobre Empresas Não Consolidadas	211	(251)	1	(15)	-	214	161
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	20.527	(13.071)	3	(689)	37	256	7.063
Impostos de Renda e Contribuição Social Correntes	(4.233)	2.646	(3)	6	(13)	-	(1.596)
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	(1.627)	1.124	(0)	62	-	(13)	(454)
LUCRO LÍQUIDO	14.667	(9.301)	0	(620)	24	243	5.013
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	12.923	(8.196)	0	29	22	214	4.417
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores	1.744	(1.106)	0	(591)	3	29	596

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Individual e consolidado

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2010

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas referidas anteriormente apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de março de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Sergio Miron
Contador CRC 1SP173647/O-5

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ. 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

NIRE. 35300022220

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A., após procederem ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2010, verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista do relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Sociedade no período.

São Paulo (SP), 28 de março de 2011.

JOSÉ MARCOS KONDER COMPARATO
Presidente

LUIZ ALBERTO DE CASTRO FALLEIROS
Conselheiro

PAULO RICARDO MORAES AMARAL
Conselheiro